



**POR UM OUTRO
DESENVOLVIMENTO**



ORGANIZAÇÕES EM DEFESA
DOS DIREITOS E BENS COMUNS

POR UM OUTRO DESENVOLVIMENTO

Expediente

Diretoria Executiva

Aldalice Moura da Cruz Otterloo
Instituto Universidade Popular (Unipop)

Damien Hazard
Vida Brasil-BA

Ivo Lesbaupin
ISER Assessoria – Religião, Cidadania e Democracia

Raimundo Augusto de Oliveira
Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)

Vera Maria Masagão Ribeiro
Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

Suplentes

Ana Cristina Lima
CUNHÁ Coletivo Feminista

Mauri José Vieira Cruz
CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

Diretorias Regionais

Amazônia
AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR, TO

João Daltro Paiva
APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

Terezinha de Jesus Soares dos Santos
IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá

Centro-Oeste
DF, GO, MS, MT

Sem diretoria

Nordeste I
AL, PB, PE

Luciel Araújo de Oliveira
SEDUP – Serviço de Educação Popular

Mércia Maria Alves da Silva
CENDHEC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social

Ricardo José de Souza Castro
Instituto PAPAÍ

Nordeste II
BA, SE

Edmundo Ribeiro Kroger
CECUP – Centro de Educação e Cultura Popular

Renato Pêgas Paes da Cunha
GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Babia

Nordeste III
CE, PI, RN

Patrick Oliveira
VIDA BRASIL – Associação Vida Brasil - CE

Suzany de Souza Costa
CEARAH PERIFERIA – Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos

São Paulo

Alexandre Isaac
CENPEC – Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária

Beloyanis Bueno Monteiro
SOS Mata Atlântica

Paulo Roberto Padilha
Instituto Paulo Freire (IPF)

Waldir Aparecido Mafra
CARE BRASIL – Care Internacional Brasil

Sudeste
ES, MG, RJ

Adriana Valle Mota
Nova Pesquisa e Assessoria em Educação - NOVA

Eleutéria Amora da Silva
Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra)

Sul
PR, RS, SC

João Marcelo Pereira dos Santos
CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

Maribel Lindenal
CEBI – Centro de Estudos Bíblicos

Valdevir Both
CEAP – Centro de Educação e Assessoramento Popular

Equipe Abong

Assistente de Diretoria
Helda Oliveira Abumanssur

Administrativo
Marta Elizabete Vieira

Comunicação
Amanda Rigamonti
Hugo Fanton Ribeiro da Silva

Programa de Desenvolvimento Institucional e Relações Internacionais

Isabel Mattos Porto Pato
Luara Lopes

Participaram desta publicação

Coordenação Editorial
Ivo Lesbaupin

Edição e revisão de textos
Fernanda Sucupira

Apoio
Helda Oliveira Abumanssur
Hugo Fanton Ribeiro da Silva
Isabel Mattos Porto Pato
Luara Lopes

Projeto Gráfico e impressão
Maxprint Editora e Gráfica Ltda

A Abong conta com os apoios de
Evangelischer Entwicklungsdienst (EED)
Fundação Ford
Fórum Interacional das Plataformas Nacionais de ONGs (FIP)
Organização Interclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco)
Oxfam GB

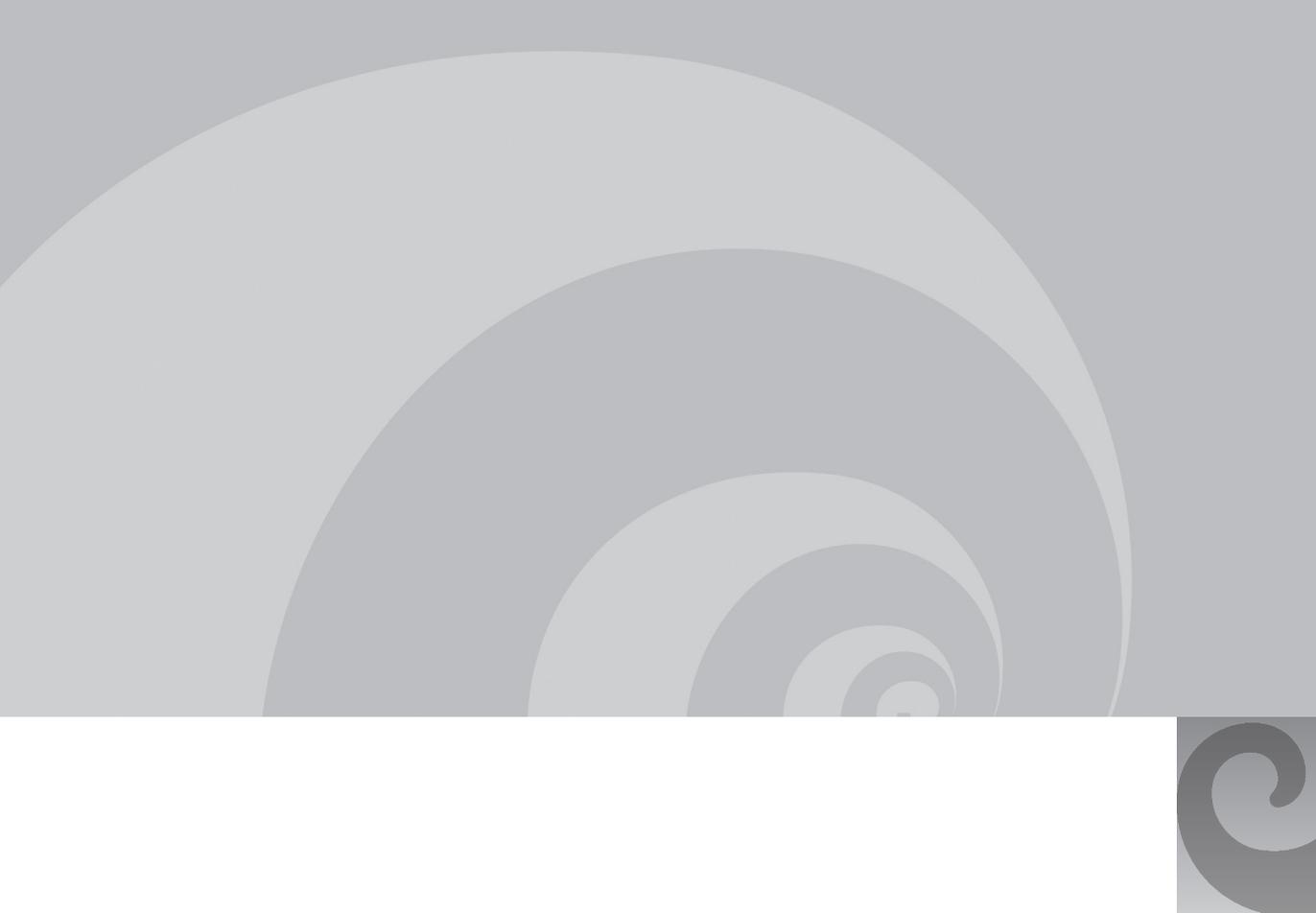
São Paulo, junho de 2012



Sumário

Apresentação.....	5
Ecosocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista <i>Michael Löwy</i>	7
Desenvolvimento integral: sentido profundo da economia e da vida <i>Marcos Arruda</i>	17
Por novas concepções de desenvolvimento <i>Ivo Lesbaupin</i>	37
Cidadania ativa, democratização e “crise civilizatória” <i>Cândido Grzybowski</i>	49
Sociedade Civil na América Latina: conjuntura atual e perspectivas <i>Lilian Celiberti</i>	61

Soberania dos povos contra o esverdeamento do capital <i>Marcelo Durão e Luiz Zarref</i>	67
Experiências de economia solidária como estratégias de um outro desenvolvimento <i>Débora Rodrigues e Damien Hazard</i>	73
A monetarização das Amazônias: surfar na pororoca ou remar contra a maré? <i>João Daltro Paiva</i>	83
Semiárido: proposta de convivência com a seca <i>João Suassuna</i>	91



Apresentação

O mundo vive hoje uma situação grave, de aquecimento global, depredação da natureza, perda de biodiversidade. O nosso modo de viver e de produzir é insustentável. As mudanças climáticas que estamos sofrendo são um pálido exemplo do que pode vir a ocorrer. Corremos o risco de ver a humanidade desaparecer, se não tomarmos as providências que se fazem urgentes.

Estamos convencidos de que o nosso modelo de desenvolvimento, produtivista-consumista, é inviável: com o tipo de consumo que temos hoje, a Terra não será suficiente para todos – e já não é. A concepção de economia praticada nos últimos duzentos anos e, sobretudo, nos últimos trinta anos, nos levará ao desastre.

Esta é a razão pela qual a Abong decidiu investir no debate e na construção de novos paradigmas de desenvolvimento, que superem o modelo atual e revertam o quadro de destruição das condições de vida. É urgente tomarmos consciência dos limites de uma lógica econômica cujo único objetivo é aumentar os lucros de um pequeno grupo em detrimento da vida de todos.



É mais do que nunca o momento de pensar em um modelo de desenvolvimento centrado nas necessidades humanas, que garanta a reprodução da natureza, evite o desperdício e não esgote os bens de que precisamos para *bem viver*. Um desenvolvimento que esteja voltado para a vida e não para a maximização do consumo.

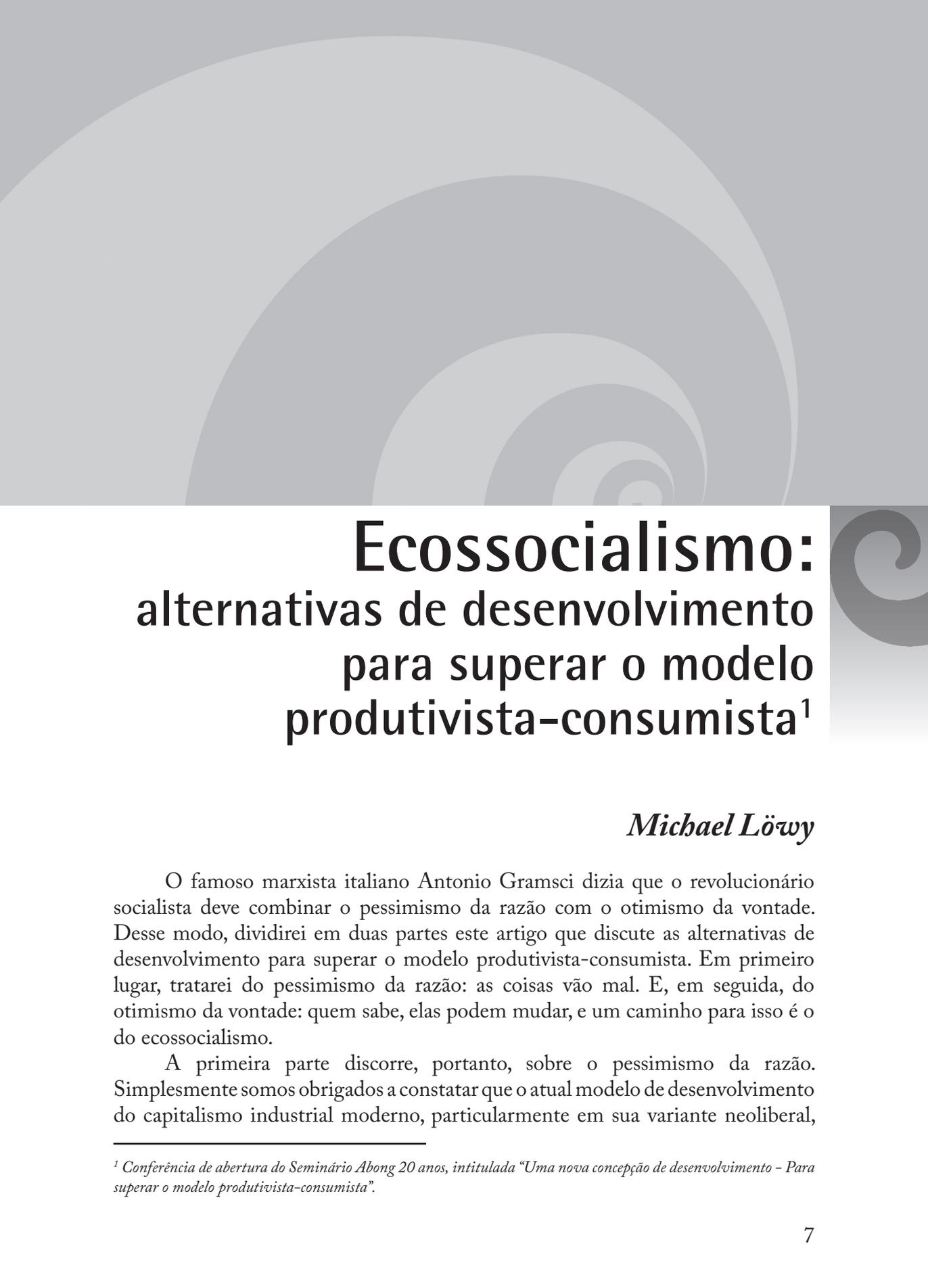
Esta é uma discussão muito recente no nosso campo: como pensar uma economia que não seja produtivista-consumista? Como superar a concepção neoliberal sem cair na concepção “crescentista”? Como obter o que é necessário sem destruir as condições que nos permitem viver na Terra, sem acabar com a água, os peixes, os animais, a terra cultivável, as florestas, a diversidade biológica, social e cultural?

Para contribuir com este debate, organizamos, entre 2010 e 2012, três seminários, de âmbito nacional e internacional. Convidamos palestrantes brasileiras/os e estrangeiras/os para nos ajudar a pensar esta questão. Reunimos neste livro algumas destas contribuições. Esperamos que ele seja um instigador nesta busca por uma outra sociedade, uma outra economia, um outro desenvolvimento.

Cúpula dos Povos por justiça social e ambiental, contra a mercantilização da vida e da natureza e em defesa dos bens comuns

Rio de Janeiro, junho de 2012

A Direção da Abong



Ecosocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista¹

Michael Löwy

O famoso marxista italiano Antonio Gramsci dizia que o revolucionário socialista deve combinar o pessimismo da razão com o otimismo da vontade. Desse modo, dividirei em duas partes este artigo que discute as alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista. Em primeiro lugar, tratarei do pessimismo da razão: as coisas vão mal. E, em seguida, do otimismo da vontade: quem sabe, elas podem mudar, e um caminho para isso é o do ecosocialismo.

A primeira parte discorre, portanto, sobre o pessimismo da razão. Simplesmente somos obrigados a constatar que o atual modelo de desenvolvimento do capitalismo industrial moderno, particularmente em sua variante neoliberal,

¹ Conferência de abertura do Seminário Abong 20 anos, intitulada “Uma nova concepção de desenvolvimento - Para superar o modelo produtivista-consumista”.



baseada no produtivismo e no consumismo, está conduzindo a humanidade – e não o planeta – a uma catástrofe ecológica ou ambiental sem precedentes em sua história.

Por que digo “a humanidade” e não “o planeta”? Porque o planeta, qualquer que seja o estrago que façamos, vai continuar tranquilo, girando. Ele não será atingido. Quem será afetada pelo desastre ecológico será a vida no planeta, serão as espécies vivas, dentre elas a nossa, o *Homo sapiens*. Esse é o âmago do problema, que serve para evitar discussões um pouco abstratas, como “temos que salvar o planeta”.

Porém, não é o planeta que está em perigo, somos nós e as outras espécies vivas. Isso porque a lógica atual do sistema, de expansão e crescimento ao infinito, e o atual modelo de desenvolvimento, que segue a lógica do produtivismo e do consumismo, conduzem, inexoravelmente – e independentemente da boa ou da má vontade de empresários ou governos – à degradação do meio ambiente e à destruição da natureza.

Isso se manifesta em vários aspectos, como no desaparecimento de algumas espécies. Já se calcula que, com o *business as usual*, como diz a expressão americana, daqui a algumas dezenas de anos não vão mais existir os peixes. São espécies que existem há milhões de anos e que a humanidade consome há dezenas de milhares de anos. E já estão desaparecendo.

Outro aspecto importante é o envenenamento, por meio da poluição, do ar das cidades, da terra, do solo, dos rios, do mar, ou seja, a degradação dos equilíbrios ecológicos. Uma série de aspectos que vão se acumulando, e, com todos esses elementos, o sinal vai passando do amarelo para o vermelho. No entanto, o mais grave de todos esses aspectos da destruição do meio ambiente e dos desequilíbrios ecológicos, o mais ameaçador e inquietante, é a mudança climática ou o aquecimento global.

Não farei aqui uma análise científica disso, suponho que já seja de conhecimento geral. A emissão de gases a partir da queima dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás) e sua acumulação na atmosfera produzem o efeito estufa e o aquecimento global. Esse processo, a partir de certo nível de aquecimento, por volta de dois ou três graus a mais, vai conhecer uma espécie de aceleração e crescimento descontrolado que pode chegar a quatro, cinco, seis ou mais graus. E o que vai acontecer com isso?

No livro “Six Degrees: Our Future on Hotter Planet” (Seis Graus: nosso futuro em um planeta mais quente), o especialista inglês Mark Lynas descreve como será o planeta quando a temperatura subir seis graus. Segundo ele, se compararmos o inferno de Dante com o planeta com seis graus a mais, o inferno de Dante vai parecer um passeio de fim de semana. O autor analisa as consequências disso, como o desaparecimento da água potável e a desertificação, dois fenômenos que estão interligados. Alguns pesquisadores já calcularam que o deserto do Saara pode atravessar o Mediterrâneo e chegar à Europa, às portas de Roma, dentro de uma longa lista de outros desastres.



Outro aspecto ainda mais inquietante é a subida do nível do mar, que resulta do derretimento do gelo dos Polos Norte e Sul, em particular da Groenlândia, um gelo que não está sobre a água, mas sim em cima da terra. Já se calculou que, se o nível do mar subir poucos metros — um, dois ou três —, várias das principais cidades da civilização humana, como Londres, Amsterdã, Hong Kong, Rio de Janeiro, ficarão debaixo d'água. Também boa parte do que é a orla marítima dos países desaparecerá. E o que acontece se derreter todo o gelo que está no Polo Norte e no Polo Sul? O mar pode subir até setenta metros, para se ter uma ideia da magnitude da ameaça.

Obviamente, isso não vai acontecer na próxima semana, mas esse processo de aquecimento global e de derretimento dos gelos está se acelerando. Há alguns anos, os especialistas diziam que esses processos estavam previstos para 2100, ou seja, para o fim do século XXI. Portanto, atingiria nossos bisnetos que ainda não nasceram, e precisamos pensar neles. Só que normalmente as pessoas não se preocupam com o que vai acontecer com os bisnetos que ainda não nasceram, não é uma prioridade. No entanto, os trabalhos mais avançados dos cientistas, os mais recentes, apontam para processos irreversíveis do aumento de temperatura, com todas as suas consequências, já nas próximas décadas, antes de 2100. Ninguém pode dizer se será daqui a vinte, trinta, quarenta ou cinquenta anos, mas a coisa está muito mais próxima.

Um exemplo disso são os escritos do cientista americano James Hansen, o principal climatólogo dos Estados Unidos, que trabalha para a NASA, e que não é um homem de esquerda, não tem nada a ver com o marxismo. Hansen é um cientista que há alguns anos vem tocando o sinal de alarme, mas durante o governo do presidente George W. Bush tentaram proibi-lo de falar. Mandaram para ele um recado dizendo que ele era um funcionário do governo americano e que o que ele estava dizendo sobre o perigo do aquecimento global não era a linha do governo, o qual considera tudo isso uma bobagem. Pediam, por favor, que ele calasse a boca, e, mais que isso, afirmavam que estava proibido de falar. Um acontecimento sem precedente desde Galileu, quando a Inquisição ordenou a ele que não deveria dizer que a Terra se mexe, que estava proibido pela Igreja Católica. Desde essa época, não houve caso tão absurdo de um governo proibir um cientista de se manifestar. Obviamente ele não obedeceu, continua a protestar e a escrever sobre isso e é respeitado mundialmente como um grande climatólogo.

Ele afirma que o processo está se acelerando e que é uma questão de décadas. E os especialistas do gelo — os glaciólogos, que vão para o Polo Norte e para o Polo Sul e medem e calculam esses fenômenos — dizem que não estão entendendo nada do que está acontecendo. Está tudo indo muito mais depressa do que eles pensavam. Em 2010, fizeram um cálculo de como o gelo estava derretendo e, em 2011, viram que o cálculo estava errado, que o modelo utilizado não estava funcionando, que estava indo muito mais rápido. Portanto, são questões científicas e políticas que têm a ver com o futuro da humanidade.



De quem é a culpa dessa ameaça sem precedentes na história da humanidade? Os geólogos calculam que há 60 milhões de anos houve um processo de aquecimento global que matou quase tudo o que existia no planeta. Depois levou algumas dezenas de milhões de anos para a vida voltar ao planeta. Mas, desde que existe a humanidade, nunca existiu nada parecido, é algo sem precedentes. Os cientistas dizem que é culpa do ser humano, que o aquecimento global é resultado da ação humana. Os geólogos dizem que estamos entrando em uma nova era geológica chamada Antropoceno. Isto é, uma era geológica em que a situação do planeta, o clima, depende da ação humana e está sendo transformada por ela.

Essa explicação é cientificamente correta, mas eu diria que é um pouco limitada politicamente. Isso porque a humanidade já vive no planeta há algumas dezenas de milhares de anos, desde que apareceu o *Homo sapiens*, e o problema do aquecimento global, essa acumulação de gases na atmosfera, vem da Revolução Industrial. Começou em meados do século XVIII, quando esses gases foram se acumulando, e se intensificou enormemente nas últimas décadas, as décadas da globalização capitalista neoliberal. Portanto, o culpado dessa história não é o ser humano em geral, mas um modelo específico de desenvolvimento econômico, industrial, moderno, capitalista, globalizado, neoliberal: esse é o responsável pela atual crise ecológica e pela ameaça que pesa sobre a humanidade.

Quais são as soluções que propõem os representantes da ordem estabelecida? Há uma proposta que é a seguinte: as energias fósseis são as responsáveis pelo problema, por isso, vamos substituí-las por formas de energia limpas, que não produzem gases, e são seguras, como a energia nuclear. Está aí uma solução técnica e fácil para o problema: construir usinas nucleares. Isso foi feito em grande escala nas últimas décadas. Em 1986, houve um incidente desagradável, em Chernobyl, na União Soviética. Cientistas calculam que as vítimas de Chernobyl que foram morrendo no curso dos anos, resultado das irradiações, chegam a 800 mil mortos — mais do que todos os mortos de Hiroshima e Nagasaki, por decorrência da bomba atômica. O argumento dos responsáveis pela energia nuclear era de que isso aconteceu na União Soviética, um país totalitário, burocrático, com tecnologia e gestão atrasadas; no ocidente, com empresas privadas, isso não aconteceria. Esse discurso foi repetido muitas vezes até que ocorreu o acidente de Fukushima, no Japão, em 2011. A empresa responsável pela usina, Tokyo Electric Power Company (TEPCO), é a maior empresa privada de eletricidade do mundo. É a mais esplêndida manifestação do capitalismo privado no terreno da energia nuclear. Desse modo, fica claro que essa não é uma alternativa aos combustíveis fósseis, temos que procurar outras.

Há alguns anos, na época Bush, vazou para a imprensa um documento secreto do Pentágono sobre a questão do aquecimento global. O governo dizia que esse problema não existia, mas os cientistas do Pentágono sabiam que sim. Apresentaram um documento prevendo o que iriam fazer se o aquecimento global escapasse de qualquer controle e chegasse a seis graus, e a vida humana se

tornasse impossível no planeta. Era uma possibilidade considerada pelos cientistas do Pentágono. A única proposta que conseguiram elaborar foi a de mandar um foguete para o planeta Marte. Eles inclusive detalham quem estaria nesse foguete: o presidente dos Estados Unidos, o Estado Maior do Exército, cientistas etc. Como não estamos convidados para essa viagem, não nos interessa a proposta. Esse é apenas um exemplo do tipo de solução considerada.

Obviamente, há tentativas mais sérias de solução, como a ideia de que precisamos desenvolver energias alternativas: hidrelétrica, eólica e solar. Com exceção da hidrelétrica, que já tem um desenvolvimento importante, em países como o Brasil, as outras são pouco desenvolvidas. E por uma razão bem simples: são menos rentáveis do que o petróleo e o carvão. Por isso, não interessa às empresas e aos Estados, com algumas exceções, investir maciçamente nessas energias. Em alguns países, chega a 10% o índice de energia produzida por fontes alternativas, mas o resto continua com o carvão e o petróleo. Seria necessária uma mudança em grande escala, acabar com os combustíveis fósseis e desenvolver energias alternativas. Por enquanto, nenhum governo está fazendo isso, embora os cientistas já tenham dado o recado: se não mudarmos drasticamente o padrão de matriz energética, nos próximos dez ou vinte anos a situação fugirá do controle. É uma questão de rentabilidade — que é o que conta — e de competitividade.

Outra tentativa mais interessante por parte dos governos foram os Acordos de Kyoto. Eles têm alguns aspectos positivos no sentido de serem acordos em que os governos se empenham em reduzir as emissões de gás. Só que isso não funcionou, por várias razões, dentre as quais o método utilizado, que é o mercado dos direitos de emissão, que não poderia conduzir a uma efetiva redução. Mesmo que o objetivo de Kyoto tenha sido muito pequeno — reduzir em 8% as emissões, enquanto os cientistas estão dizendo que precisamos reduzir em 40% nos próximos anos —, ele não foi alcançado. Além disso, os principais poluidores, os Estados Unidos, não assinaram Kyoto. E o país que está aparecendo como o segundo colocado nas emissões, a China, tampouco assinou.

Houve uma conferência em Copenhague, em 2009, para discutir esses problemas e o que fazer com as ameaças do aquecimento global. Os Estados Unidos utilizaram o argumento de que, embora sejam os maiores responsáveis pelas emissões de gases poluentes, a China está emitindo tanto quanto eles, e, se esse país não fizer nada, não serão eles que tomarão a iniciativa. A isso o governo chinês respondeu, com certa razão, que os Estados Unidos vêm emitindo gases há um século, têm uma responsabilidade histórica. Só agora que os chineses iniciaram, portanto, os Estados Unidos é que deveriam começar a reduzir suas emissões. Só depois disso, a China poderia discutir esse assunto. Ou seja, cada um jogou a peteca para o outro. E os governos europeus disseram que se os Estados Unidos e a China, que são os principais emissores, não fazem nada, não serão eles, os europeus, que irão resolver o problema. Dessa forma, todos os governos chegaram



ao acordo de que era urgente não fazer nada, cada um com seus argumentos. O resultado da conferência de Copenhague foi praticamente zero. Isso ilustra, entre outras coisas, o poder da oligarquia fóssil, ou seja, os interesses do carvão, do petróleo, da indústria automobilística, enfim, de todo esse complexo gigantesco de que dependem as energias fósseis, que não tem a mínima vontade de mudar a matriz energética.

Outra coisa que se deve dizer é que mesmo se as energias fósseis fossem substituídas pelas energias renováveis, estas também têm seus probleminhas, como os impactos socioambientais da energia hidrelétrica. Portanto, é uma ilusão achar que é só uma questão técnica, de mudar a matriz energética, embora isso seja fundamental. De qualquer maneira, teremos de reduzir significativamente o consumo de energia e, conseqüentemente, a produção econômica e o consumo. O desenvolvimento alternativo ao produtivismo e ao consumismo implica uma redução da produção e do consumo, a começar pelos países capitalistas avançados, evidentemente, que são os principais responsáveis e os maiores produtivistas e consumistas.

Até aqui vai o pessimismo da razão. Agora, vamos começar com o otimismo da vontade, senão fica muito triste essa história. Vou iniciar com Copenhague, onde houve a conferência oficial, que não decidiu nada, mas que também foi palco de um protesto. Saíram às ruas 100 mil pessoas da Dinamarca e da Europa, protestando contra essa inércia das potências capitalistas, levando como palavra de ordem principal: “*change the system, not the climate*”, ou seja, “mudemos o sistema, não o clima” — o sistema capitalista, evidentemente. Essa é a esperança, a de uma luta por transformação sistêmica, por alternativas radicais. Radical vem do latim *radix*, que significa raiz. Se a raiz do problema é o sistema capitalista industrial, moderno, globalizado, neoliberal, então devemos atacar a raiz do problema. Essas seriam, portanto, as alternativas radicais pós-capitalistas. Aqui vem a proposta do ecossocialismo.

Por que ecossocialismo? Em que se distingue do socialismo tradicional? O ecossocialismo é uma crítica, por um lado, do socialismo não ecológico, que foi a experiência fracassada soviética e de outros países, que do ponto de vista ecológico não representou nenhuma alternativa ao modelo ocidental. Pelo contrário, tratou de copiar o modelo produtivo do capitalismo ocidental. Ecossocialismo é uma crítica desse socialismo — ou pseudossocialismo — não ecológico, soviético, etc.

Por outro lado, é uma crítica à ecologia não socialista, que acha que podemos ter um modelo alternativo de desenvolvimento nos quadros do capitalismo, do mercado capitalista. Do ponto de vista ecossocialista, achamos que isso é uma ilusão, pela própria dinâmica de expansão necessária ao capitalismo, de crescimento, que leva necessariamente a uma colisão com a natureza e com os equilíbrios ecológicos. O capitalismo sem crescimento, sem competição feroz entre empresas e países pelos mercados, é impossível e inimaginável. Temos no ecossocialismo, desse modo, uma crítica ao ecologismo de mercado.



É uma crítica também, ou autocrítica, a certas concepções tradicionais na esquerda em geral, e no marxismo em particular, sobre o que é uma transformação socialista. Há uma visão clássica de que é preciso mudar as relações de produção — propriedade coletiva, em vez da privada — para permitir que as forças produtivas se desenvolvam, já que as relações de produção são um obstáculo ao livre desenvolvimento das forças produtivas. Mas não passa por aí. Primeiro, porque não é possível o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. E, em segundo lugar, porque pensar em uma transformação e em um modelo alternativo de desenvolvimento implica questionar não só as formas de propriedade e as relações de produção, mas as próprias forças produtivas, o próprio aparelho produtivo.

Esse aparelho produtivo, criado pelo capitalismo ocidental, industrial, moderno, é incompatível com a preservação do meio ambiente, por sua matriz energética e por sua forma de funcionamento, que inclui o agronegócio, o uso de pesticidas, entre toda uma série de características que mostram que esse aparelho produtivo não serve. Temos que pensar em uma profunda transformação, não só das relações de produção, mas do aparelho produtivo.

Mas não é só isso: precisamos pensar em uma transformação do padrão de consumo. É insustentável o padrão de consumo do capitalismo moderno. Isso significa que seria necessária uma redução do consumo, mas para quem? Nem todo mundo tem que apertar o cinto, não é bem assim. Primeiro, é uma questão de desigualdade social. O consumo é dez ou cem vezes maior nos países avançados. Eles são os primeiros que têm que começar essa mudança. Segundo, há uma diferença enorme entre o consumo ostentatório das elites dominantes e o consumo das classes populares: uns comem feijão e milho e outros compram iates enormes, helicópteros, etc. Não é a mesma coisa. Não é o que come milho que vai ter que comer menos milho. É o que compra palácios de luxo que vai ter que reduzir drasticamente seu consumo ostentatório.

Além disso, existe no capitalismo algo que se chama obsolescência planejada dos objetos de consumo. Dentro do capitalismo, os objetos de consumo já têm, em sua própria concepção, sua obsolescência prevista para o mais rápido possível. Todo mundo sabe que a geladeira de quarenta anos atrás durava quarenta anos, e as geladeiras de agora duram três anos. Isso é necessário: para o capital vender mais e mais geladeiras, produzir mais e mais, precisa ter uma duração muito menor. É parte do padrão produtivista e consumista, e também precisa ser modificado.

Precisamos, portanto, de mudanças nas formas de propriedade, no aparelho produtivo, no padrão de consumo, no padrão de transporte. O atual modelo, baseado no carro individual para as pessoas e no caminhão para as mercadorias, é insustentável, até porque depende do petróleo. Por isso, precisamos pensar no desenvolvimento do transporte coletivo, no trem em vez do caminhão, entre outras medidas.

Tudo isso vai configurando uma mudança bastante radical no padrão de civilização. Na verdade, a proposta ecossocialista, de um novo modelo de



desenvolvimento mais além do produtivismo e do consumismo, coloca em questão o paradigma da civilização capitalista ocidental, industrial, moderna. É uma proposta bastante profunda. Precisamos pensar em um novo padrão de civilização, baseado em outras formas de produzir, consumir e viver. Essa é a discussão que está colocada.

É uma proposta revolucionária, mas talvez a revolução tenha que ser redefinida. Gosto muito de citar uma frase de Walter Benjamin. Em suas “Teses sobre o conceito de história”, ele diz: “Nós, marxistas, temos o hábito de dizer que as revoluções são a locomotiva da história. Mas talvez a coisa seja um pouco diferente. Talvez as revoluções sejam a humanidade puxando os freios de emergência para parar o trem.” É uma imagem bastante atual. Hoje em dia, somos todos passageiros de um trem, que é a civilização capitalista, industrial, ocidental, moderna. Esse trem está indo, com uma rapidez crescente, em direção ao abismo. Lá na frente há um buraco que se chama aquecimento global ou crise ecológica. Não se sabe a quantos anos de distância se encontra esse abismo, mas ele está lá. Portanto, a questão é parar esse trem suicida e mudar de direção. É o desafio colocado pela proposta ecossocialista.

Agora, muitos dirão, com razão, que é uma proposta simpática e até interessante, mas e daí, como é que vamos daqui até lá? Não basta ter uma bela utopia. Acho que temos que partir da ideia de que o ecossocialismo é algo para um futuro imaginário, mas que devemos começar aqui e agora. Começando, modestamente, com movimentações, lutas, em função da busca de alternativas. Essas alternativas já estão se construindo em movimentos, experiências e lutas atuais.

Um exemplo de uma luta desse gênero, de um brasileiro que é para mim o precursor do ecossocialismo: Chico Mendes, um socialista confesso e convicto, e ecológico. Chico Mendes organizou a Aliança dos Povos da Floresta para defender a floresta como patrimônio comum dos povos indígenas e camponeses, patrimônio do povo brasileiro em seu conjunto, e também da humanidade. A defesa da floresta é uma causa do conjunto da humanidade porque, como se sabe, as florestas — em particular a Amazônia — são os chamados “poços de carbono” que absorvem os gases que estão na atmosfera. Se não houvesse essas florestas tropicais, o processo de aquecimento global já teria escapado de qualquer controle e já estaríamos no meio da catástrofe. O que ainda breca um pouco o processo são as florestas tropicais. Na Aliança dos Povos da Floresta, Chico Mendes fez um primeiro movimento em direção ao ecossocialismo, com a ideia de propriedade comum, bem comum dos povos, bem comum da humanidade.

No Fórum Social Mundial de Belém, em 2009, por exemplo, houve uma convergência interessante entre movimentos indígenas, camponeses, ecologistas, de mulheres, entre outros, em torno de uma exigência concreta em relação à Amazônia, ao Brasil, ao Peru e a todos os países amazônicos: *desmatamento zero já*. É uma exigência imediata, que tem a ver com a perspectiva de salvar a floresta tropical.



Outro exemplo interessante na América Latina é o que se deu recentemente no Equador, onde há um governo de esquerda, o do presidente Rafael Correa. Nesse país, há uma região com um grande território de floresta tropical, onde vivem comunidades indígenas, chamada Parque Yasuní. Para desgraça dos indígenas, descobriram petróleo nessas terras. As multinacionais foram correndo para lá, pedindo autorização para cortar a mata e extrair petróleo. Os indígenas resistiram, protestaram, o protesto foi apoiado pela sociedade civil, pela opinião pública, pelos ecologistas, pela esquerda. O governo, que é progressista, aceitou a proposta dos indígenas e fez a proposição de deixar esse petróleo debaixo da terra, mas pedir aos governos dos países ricos, do Norte, que os indenizem em pelo menos metade do valor desse petróleo. Porque os países do Norte, da Europa, estão dizendo que querem reduzir a emissão de gases, e a melhor maneira de reduzir a emissão de gases é não queimar o petróleo e deixá-lo debaixo da terra. Essa é a proposta para o Parque Yasuní. Há atualmente uma negociação entre o governo do Equador e outros governos, e pelo menos um deles — o da Noruega — prometeu dar o dinheiro. Já é uma vitória e um exemplo para outros países, como a Indonésia, onde já está havendo mobilizações nesse sentido.

Mencionei a manifestação de Copenhague, que também é um exemplo de esperança, de otimismo da vontade, com 100 mil pessoas nas ruas exigindo a mudança do sistema. E essa mobilização teve continuidade. De todos os governos que estavam em Copenhague, só um se solidarizou com o protesto, o governo da Bolívia. Evo Morales saiu da conferência e foi falar com os manifestantes, dizendo que eles tinham razão. E ele convocou, depois, uma conferência na Bolívia, em Cochabamba, chamada Conferência dos Povos contra o Aquecimento Global e em Defesa da Mãe Terra, que foi um evento importante, com a participação de 30 mil delegados de movimentos sociais, indígenas, camponeses, representantes da ecologia urbana, de sindicatos, de organizações de mulheres, etc. A partir daí se lançou uma campanha internacional. Esse tipo de mobilização e luta é a esperança de que a coisa possa mudar. Em cima dessas experiências é que podemos investir nosso otimismo da vontade.





Desenvolvimento Integral: sentido profundo da economia e da vida

Marcos Arruda¹

“Recordando os relevantes acordos, convenções, resoluções, recomendações e outros instrumentos da ONU (...) relativos ao desenvolvimento integral do ser humano, ao progresso e desenvolvimento econômico e social de todos os povos (...)”
Declaração da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento

Introdução

Para dar sentido a um diálogo sobre o desenvolvimento, faço primeiro uma reflexão sobre o caráter contraditório do desenvolvimento no sistema do capital mundial, a fim de desconstruir a ideia que prevalece de que ele é sinônimo de

¹ Economista e educador do PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul), Rio de Janeiro, facilitador da UNIPAZ e do Programa Educação Gaia. Associado ao Instituto Transnacional, Amsterdam.



crescimento econômico ilimitado, de consumo e produção irresponsáveis, e que não há alternativas. Este é o único mundo possível, o do capital globalizado, o dos Estados nacionais e agências de governança global dominados pelas megacorporações, o do aprofundamento crescente das desigualdades, o das guerras em busca de recursos naturais alheios, o da destruição ambiental como preço necessário para continuar crescendo.

Na segunda parte do ensaio, proponho uma visão e estratégias para outro desenvolvimento, informado por uma economia centrada no humano, planejada com consciência e sentido ético e solidário e atravessada pela inclusão do outro no meu bem viver, em harmonia com a Mãe Terra. Afirmo que um desenvolvimento endógeno, autogestionário, solidário e sustentável é possível e necessário. Ele dá sentido à atividade econômica e à reprodução ampliada da própria vida. Ele precisa ser integral, ou seja, precisa contemplar todos os aspectos e dimensões, e abranger todos os potenciais que possuímos como seres humanos. Um tal desenvolvimento não é mera utopia, pois já está brotando em diferentes iniciativas socioeconômicas e educativas, individuais, comunitárias, societárias, nacionais e até continentais numa variedade de locais em todo o planeta.

I - OS FUNDAMENTOS CONTRADITÓRIOS DO CAPITAL MUNDIAL: O DESENVOLVIMENTO QUE NÃO QUEREMOS

A crise financeira global, iniciada em 2007-2008, teve um prolongamento inesperado, apesar do pragmatismo dos responsáveis pela governança nacional e global. Depois de terem canalizado trilhões de dólares para salvar bancos privados, os governos dos EUA e da Europa se viram afogados em dívidas impagáveis! Sem nenhuma disposição de buscar as raízes da crise e de mudar as regras de um jogo em que todos perdem no longo prazo, os governantes e seus conselheiros, membros das agências financeiras regionais e multilaterais apelaram para a velha receita, imposta aos países devedores da América Latina e da África há três décadas: redução drástica de gastos públicos, privatizações e outras perversidades contra a população e o Estado nacional, a fim de manter o fluxo de pagamentos de juros aos bancos credores...

Os povos, no entanto, não se submeteram e surgiram reações corajosas e inovadoras: a Islândia realizou dois plebiscitos que resultaram na recusa de o país pagar a dívida dos bancos islandeses a bancos ingleses e holandeses, à custa dos direitos civis do povo; na Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda surgiram movimentos de rua de cidadãos e cidadãs *indignados*, protestando contra a imposição de austeridade à população em troca de mais capital para os bancos; nos Estados Unidos explodiram *ocupações* de pontos estratégicos das cidades, clamando pelos direitos dos 99%, sempre menosprezados pelo super-rico 1%.

O que está em questão nesta conjuntura da história humana é *o modo de conceber e de implementar o desenvolvimento*. Que desenvolvimento? As populações começam a entender que o capitalismo globalizado não busca o desenvolvimento do ser humano, mas sim do próprio capital. E que os dois são incompatíveis. Gerar máximos lucros, acumular, produzir e consumir indefinidamente, como se os recursos da Terra fossem ilimitados, gerar produtos artificialmente perecíveis, fazer e comercializar produtos tóxicos para a saúde humana, fazer dos solos e das águas e até da estratosfera sepulturas de toneladas de lixo tóxico, acelerar processos de poluição ambiental e mudanças climáticas ameaçadoras da própria vida no planeta...

Isso é desenvolvimento? De quem? Para quem? Por quem? São perguntas que os povos estão fazendo nesta segunda década do século 21.

Olhemos brevemente para as contradições que permeiam o sistema do capital mundial, para depois explorarmos os caminhos de desconstrução e reconstrução do conceito e da práxis do desenvolvimento, que vem sendo proposto e realizado em diferentes partes do mundo, tomando como referenciais *não o crescimento* do consumo e da produção de bens materiais, mas sim a *organização e gestão coletiva do desenvolvimento* em comunidade, visando o melhoramento contínuo do bem viver (vida de qualidade), com base em níveis de consumo material satisfatórios e suficientes, sem esgotar o meio natural e sem comprometer as gerações futuras.

1. AUMENTA A RIQUEZA MATERIAL E APROFUNDA AS DESIGUALDADES

Se olharmos os rostos de homens, mulheres e jovens trabalhadores escravos, alguns brancos, outros mulatos ou negros, outros de origem indígena vemos neles o doloroso retrato do ‘desenvolvimento’ brasileiro.

O endereço econômico do Brasil pode ser declarado assim: país capitalista, célula média do sistema do capital mundial, chamado ‘emergente’ não tanto porque está saindo de um subdesenvolvimento histórico, mas porque os países ‘emergidos’ estão imergindo devido à crise financeira global de 2008, ao sobre endividamento público e privado e à tendência recessiva de suas economias. O corpo desse sistema econômico está fragmentado em classes sociais, que têm uma relação tensa e conflituosa entre si. Como estaria uma pessoa se os órgãos do seu corpo, em vez de colaborarem para o bem estar e a saúde do todo, estivessem em permanente conflito? Estaria cronicamente doente, impedido de usufruir da beleza da vida.

Apesar de emergente, a economia do Brasil tem tido taxas de crescimento medianas e não altas. Apesar do sucesso na redução da miséria na última década, o país ainda mantém elevado índice de desigualdade social. Em alguns bairros das grandes cidades tem-se a impressão de estar em pleno mundo desenvolvido. Essa abundância contrasta com a ampla população favelada e empobrecida, que busca conceber os mais inventivos artifícios para sobreviver. É o que faz com que 53% da população em idade de trabalhar se ocupe em atividades informais.



Desenvolvimento é um termo que está na boca de todos os políticos e grandes empresários há mais de 50 anos. Para a ONU, “desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante melhoramento do bem viver de toda a população e de todos os indivíduos com base na sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios que dele resultam.”

Quanto tempo ainda falta para essa noção de desenvolvimento se tornar realidade neste país-continente, rico em recursos e pobre em governantes honestos e empresários íntegros?

A população brasileira ainda mostra sinais de grave subdesenvolvimento, sobretudo social e humano. A gestão do orçamento público, que seria o principal financiador de um desenvolvimento endógeno, soberano e democrático, está refém da prioridade de pagar primeiro os credores da dinossáurica dívida pública e só depois investir na economia interna e nas necessidades da cidadania. Os investimentos públicos e as políticas fiscal e tarifária se orientam para a produção e comercialização de matérias-primas e produtos semimanufaturados, de baixo valor agregado, voltadas para os mercados externos. A sobrevalorização do real, a opção pelos altos juros e a falta de uma firme política cambial provocam uma tendência importadora que ameaça a indústria nacional. Os projetos-enclave de infraestrutura, energia e complexos industriais e portuários se impõem sobre as populações tradicionais e violam seus territórios, prometendo mais crescimento em benefício dos setores mais abastados. A opção por manter e aprofundar a dependência de capitais externos cria desequilíbrios e obstáculos a um desenvolvimento voltado para as necessidades do país e do povo. A cara de país rico que os sucessivos governos tentam dar ao Brasil fica toldada pela precariedade dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, saneamento, que dão ao rico Brasil a substância de país pobre e carente das condições mais básicas para o bem viver de todos.

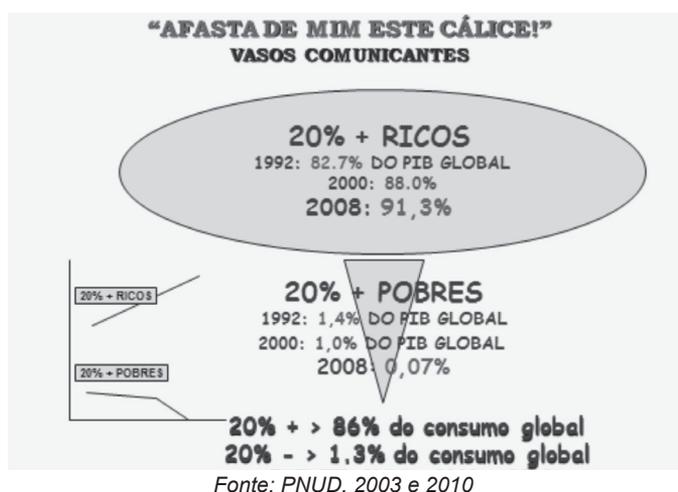
2. DESFIGURA O DESENVOLVIMENTO REDUZINDO-O A CRESCIMENTO E IGNORANDO OS LIMITES DO PLANETA

Alguns dados globais revelam contrastes extremos e provam que o crescimento tem servido para enriquecer poucos e manter pobre a maioria, seja nos espaços nacionais, seja no do planeta.

* A classe social dos mais ricos do mundo aumentou em número 8,3% em 2010; passou a 10,9 milhões de bilionários (em dólar), contra 10 milhões em 2009. Sua riqueza aumentou em um ano de 39 trilhões para 42,7 trilhões de dólares. A renda da metade mais pobre da população mundial não passou de US\$2/dia, ou US\$ 720/ano, resultando num somatório de US\$ 2,52 trilhões. A conclusão é que 10,9 milhões de ricos possuem riqueza que equivale a 17 vezes a renda de 3,5 bilhões de pessoas no planeta.

* Entre 1990 e 2001, para cada US\$ 100 de crescimento na renda global per capita, apenas US\$ 0,60 foram para os mais pobres, que tinham renda diária inferior a um dólar. Para alcançar um dólar de redução da pobreza sem redistribuição da renda mundial eram necessários US\$ 166 de acréscimo na produção e consumo global, com enormes impactos ambientais que afetam mais os mais pobres!²

* O PNUD (2010) mostra que os 20% mais ricos, que detinham 82,7% da renda global em 1992, alcançaram 91,5% em 2009. No mesmo período a renda correspondente aos 20% mais pobres caiu de 0,19% para 0,07%! Em 2010, o PIB global alcançou US\$ 74 trilhões (PPP), tendo crescido 4,9% em termos reais. No entanto, esse crescimento tem beneficiado um número muito reduzido de pessoas. De fato, em vinte anos de crescimento econômico, a renda global se concentrou de maneira aberrante. Não podemos mais esperar que a redução e a erradicação da pobreza e as metas do desenvolvimento sustentável derivem do crescimento econômico. Elas têm que vir da redistribuição da renda e da riqueza, e isso só acontecerá com uma transformação do sistema de poder político.



Isso é desenvolvimento? De quem? Para quem? Não há dúvida de que esses milhões de bilionários *não conseguem* usufruir de toda essa riqueza que detêm em seu poder. Tenho chamado essa riqueza produzida socialmente, privatizada ilegitimamente e não utilizada, de *riqueza morta*. Não beneficia quem a possui nem ninguém mais. Nem a ética utilitarista, que está por trás da corrida desenfreada e sem limites ao dinheiro e aos bens materiais, justifica esse patrimônio! O sistema do capital globalizado tem se provado historicamente incapaz de prover as condições e de promover o desenvolvimento socioeconômico e humano da grande maioria da população mundial.

² NEF – New Economics Foundation, (1) “Growth isn’t Working”, Rethinking Poverty collection, UK, 2006. (2) “Growth isn’t Possible”, Rethinking Poverty collection, UK, 2010. http://www.neweconomics.org/sites/neweconomics.org/files/Growth_Isnt_Possible.pdf



Esses dados evidenciam que o sistema do capital é uma grande máquina concentradora de riqueza e de privilégios, gerando e nutrindo uma divisão e fragmentação das sociedades e da espécie em classes sociais em permanente conflito.

3. TRANSFORMA O DINHEIRO E OS BENS MATERIAIS DE MEIOS EM FINS

Em 2010, o mundo produziu uma renda cifrada em US\$ 74 trilhões. Nesse mesmo ano, segundo o FMI, a quantidade de títulos financeiros existente nos mercados de capitais e na mão de especuladores na forma de derivativos alcançou US\$ 601 trilhões. Quase nove vezes mais dinheiro sem nenhum lastro do que a riqueza real produzida naquele ano. A economia mundial está ‘financeirizada’ porque o dinheiro deixou de ser meio para se tornar fim. Para alguns esse dinheiro permite acumular bens materiais em excesso em relação a sua capacidade de usufruir deles. Essa *riqueza morta* acontece porque acumular ou consumir bens materiais passou a ser o próprio sentido da vida humana. Algo criado para satisfazer necessidades foi pervertido. A existência humana foi dessacralizada e, no seu lugar, se ergueu a cultura do materialismo vulgar e, com ele, todas as violências contra o ser humano, os povos e a vida passaram a ter justificativa.

Desde Aristóteles existe o debate sobre se as necessidades humanas podem ser ilimitadas. Para ele nem os lares nem a cidade-Estado precisam de uma quantidade ilimitada de “coisas essenciais à vida e que se conservam”. Polanyi discute a questão com propriedade. A cultura atual, porém, tenta convencer a humanidade de que ela precisa e pode comprar e consumir produtos materiais indefinidamente. Polanyi aponta que Aristóteles critica a introdução do dinheiro e do ganho monetário como fatores que perturbam o bem viver e o reduzem a elementos utilitários. Essa crítica se aplica hoje, quando imperam duas éticas, a utilitária e a da acumulação como fim. A vida faustosa dos muito ricos, como vimos acima, é justificada por uma ética que transcende a utilitária: acumular riqueza material, mesmo que o patrimônio não tenha utilidade para seu detentor. Dinheiro, prestígio e poder foram convertidos em fins e deformaram o próprio sentido da existência humana.

4. REDUZ O HOMO SAPIENS A HOMO POSSEDENS

Vimos que o desenvolvimento no capitalismo se limita ao crescimento dos lucros do capital e da riqueza dos muito ricos. Que premissa antropológica está por trás desse conceito e dessa prática? A premissa do *eu-sem-nós*, ou seja, do indivíduo absoluto, seja ele pessoa física ou jurídica, corporação, raça ou país. A premissa é que o Outro será sempre visto como competidor, adversário ou inimigo; se Eu não o venço, subordinado ou elimino, serei Eu o vencido, o subordinado ou eliminado. A outra premissa é que pelo máximo lucro no menor prazo vale tudo, não importam

os custos. Daí algumas práticas perversas ou abomináveis serem lugar comum nos países capitalistas, como a produção e o comércio de armas, de drogas, de órgãos humanos, de corpos, a prática da obsolescência planejada de produtos de consumo³, e tantas outras. E as práticas *anticapitalistas* dos grandes conglomerados capitalistas tais como o monopólio, o oligopólio e o cartel, a transferência ilegal de lucros através dos preços sobre ou subfaturados nas transações intrafirma, a sonegação de impostos, a fuga de capitais para o exterior, entre outras.⁴

A meu ver, o avanço tecnológico, o consumo de luxo e a sociedade do desperdício que decorrem da economia de 'livre' mercado não podem ser chamados de desenvolvimento. O progresso técnico é visível, mas... há civilizações que se desenvolveram muito no plano psíquico e espiritual, mostrando um reduzido desenvolvimento técnico. Digamos, portanto, mais apropriadamente, que há diversos aspectos e dimensões do ser humano a desenvolver, pois ele é um ser complexo e é o único animal que tem os atributos para ser o autor do seu próprio desenvolvimento. Se o desenvolvimento não é integral – abrangendo todos os aspectos e dimensões do ser humano – e se não é harmônico, ele dá lugar a um organismo com deformidades, desequilíbrios e insanidades.

5. BUSCA CRESCER E ACUMULAR DEIXANDO OS CUSTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS PARA OUTROS PAGAREM

“O que deve ser feito, na sua opinião de grande empresário, para que o mundo consiga implementar o *desenvolvimento sustentável*?”, perguntou a repórter a um executivo de um banco transnacional no Canal Bloomberg.

“Investimentos em crédito de carbono, manejo de florestas tropicais, comercialização de recursos como a água, produção de energia da biomassa, dos mares e dos ventos, tudo isso está servindo para criar as bases de um *crescimento sustentado*”, respondeu o empresário.

Note-se que ele substituiu o termo *desenvolvimento sustentável* por *crescimento sustentado*. Revelou a falácia que faz parte da retórica da grande maioria dos grandes empresários. Ele confunde, proposital ou negligentemente, desenvolvimento com crescimento contínuo da demanda, das vendas e do lucro, o que significa maior volume de produção, de consumo, de uso de recursos sempre mais escassos, de custo ambiental e, necessariamente, de desperdício.

Na modernidade também faz sentido valorizar a comunidade e o bem viver, como fez Aristóteles.

A grande empresa capitalista é obrigada pela lógica do sistema a que pertence a buscar maximizar seus lucros e reduzir seus custos, produzindo sempre mais, sem considerar se sua oferta corresponde ou não a necessidades essenciais

³ <http://www.youtube.com/watch?v=0bxzU1HFC7Q>

⁴ Andrew Simms e David Boyle, 2010, “



dos consumidores. Isso significa crescer e expandir-se sem cessar. Se não fizer isso, ela naufraga. E com ela se vão os empregos, única fonte de ganhos dos seus empregados no sistema assalariado, característico do capitalismo. Na era neoliberal, a partir dos anos 1980, as grandes empresas, com a cumplicidade dos respectivos governos, conseguiram fazer uma ofensiva exitosa contra as conquistas históricas dos trabalhadores: começaram a terceirizar a produção de bens e serviços, reduziram suas contribuições sociais, precarizaram a força de trabalho, privatizaram parte da previdência social, ou toda ela, e transformaram os fundos de pensão em agentes da especulação financeira. Isto aumentou a margem de lucros das empresas, aprofundou as desigualdades de renda e de riqueza e ampliou as tensões sociais.

A onda da Economia Verde, liderada pela ONU, e marcada pelos interesses do grande capital, pretende responder à apreensão crescente com as consequências das mudanças climáticas, da escassez de água potável que atinge cada vez mais pessoas e regiões, do maciço desmatamento de florestas tropicais e equatoriais, da crescente desertificação, do anúncio do pico do petróleo e de outras matérias primas minerais etc., sem querer ir às causas dessas aflições. A contrapelo dessa proposta e paralela à Cúpula Oficial sobre Desenvolvimento Sustentável, que se realiza em junho de 2012 no Rio de Janeiro, as organizações da sociedade civil mundial prepararam a Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental.

A polarização entre o capital e o complexo mundo do trabalho se conjuga hoje com outra polarização – aquela entre a ideologia do crescimento econômico ilimitado, centrado na grande empresa capitalista ou no Estado autocrático, e o projeto histórico do desenvolvimento integral do ser humano – pessoa e coletividade – em harmonia com o meio natural, realizado, sobretudo no espaço privilegiado da comunidade.

II - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Diante de tamanhas aberrações realizadas em nome do desenvolvimento, uma corrente de pensadores e ativistas defende a bandeira do *combate ao desenvolvimento*. O termo desenvolvimento, para mim, tem uma natureza positiva, abrangente e transdisciplinar. Vindo da biologia, ele se faz presente em todas as esferas humanas, pois se refere ao “processo de desabrochar dos potenciais inerentes a um organismo ou sociedade na esfera da natureza, e ao indivíduo, coletividades e espécie na esfera do humano.”⁵

Essa definição, na esfera do humano, desafia à explicitação da premissa

⁵ M. Arruda, 2006, “Tornar real o possível: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho”, Editora Vozes, Cap. 3, p. 151. Quem quiser aprofundar a reflexão na linha conceitual que proponho aqui é convidado a ler este capítulo, que se intitula “Desenvolvimento: a arte de realizar nossos potenciais”.

antropológica que a permeia. Trata-se de um animal que ri, que se emociona, que ama, que reflete e se comunica por meio de diversas linguagens, que se reconhece como eu e como nós, que evolui no contexto das relações consigo próprio, com outros seres e com o meio natural. Portanto, um ser que não tem uma natureza fixa ou definitiva, que está em processo contínuo de transformação, um ser que projeta e age para tornar real o que projetou, um ser complexo, ao mesmo tempo pessoa, comunidade e sociedade. Um ser tão próximo quanto distante dos seus parentes do reino animal, vegetal e mineral; uma pequena célula consciente de organismos maiores, interligado a todas as outras células que compõem esses organismos, desde outros seres humanos mais próximos, da mesma escala e dimensão, até os mais remotos no espaço e no tempo. Um ser material e espiritual, imanente e transcendente, cotidiano e histórico, temporal e transtemporal, que se movimenta e se auto-organiza nas diversas esferas de sua existência. Um ser capaz de gerir seu próprio desenvolvimento, e compartilhar com outros a gestão do desenvolvimento da comunidade, da humanidade e do Cosmos. Esse *Homo* no espaço da sociedade é quem pode e deve ser *o sujeito do seu próprio desenvolvimento* – como pessoa, comunidade e povo.

Portanto, é legítimo afirmar, parafraseando Paulo Freire, que ninguém desenvolve ninguém, e ninguém se desenvolve sozinho.

Essa concepção que proponho contém o projeto político democrático pleno. Postulo como sujeito do desenvolvimento, por direito e por responsabilidade, cada pessoa, cada comunidade e cada povo. Afirmo que a democracia plena não se limita à escolha periódica de representantes, mas implica no *envolvimento* de cada pessoa, cidadã e cidadão na ação de planejar e implementar o desenvolvimento de todos os aspectos e dimensões da sua existência.

A outra implicação dessa definição é que toda educação serve a um determinado processo de desenvolvimento. Educar para que a mulher e o homem assumam a responsabilidade – individual e coletiva – de desenvolver, com a plenitude que lhe permitir a vida, seus potenciais de realização, de bem viver e de felicidade – essa é a educação libertadora, que chamo também de Educação da Práxis.

Esse modo de desenvolvimento toma o ser humano no contexto maior dos biomas, dos ecossistemas e da Terra inteira. Demanda do *Homo* uma atitude de respeito, reciprocidade e cuidado com o meio natural que provê e mantém o necessário para a sua vida. Dá origem a modos de consumo e de produção de bens materiais e uso dos bens naturais baseados na lógica do *suficiente* e da reprodução sustentável da vida.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Esse conceito, no sistema do capital mundial, se refere ao conjunto de ações de políticos, empresas e comunidades para promover o nível de vida e a



saúde econômica de um território ou um país de forma sempre mais eficiente. Alguns, mais rudimentares, o definem como a promoção do aumento da renda nacional e da demanda efetiva (aquela que se origina no poder de compra), ou simplesmente como crescimento do PIB. O outro lado da definição é o da oferta: promover a eficiência econômica da empresa, visando aumentar a produtividade, a competitividade e a lucratividade das empresas, reduzindo ou externalizando todos os custos materiais, humanos e ambientais.

Na perspectiva solidária, o desenvolvimento econômico é o processo de melhoramento das condições de vida de uma população, realizado mediante o planejamento e a gestão participativos, a fim de prover as condições materiais para o desenvolvimento dos potenciais e atributos superiores do ser humano. Os indicadores do desenvolvimento são determinantes, pois encarnam as premissas que dão sentido à ação transformadora e provêm os elementos para a definição de metas da atividade socioeconômica. O PIB é um índice de crescimento econômico apenas. Ele não mede a qualidade dos investimentos, nem o grau de satisfação das necessidades que a atividade econômica gerou, nem capta como foram distribuídos os ganhos e os custos deste crescimento. Outros índices estão sendo desenvolvidos, que buscam superar essas limitações⁶.

Um equívoco que está na raiz dos desequilíbrios provocados pelo desenvolvimento do capital mundial é isolar e idolatrar o desenvolvimento econômico, fora do contexto maior que é o desenvolvimento do *Homo* e da vida. Outra vez, um equívoco fatal que converte meio em fim. A atividade econômica, a pesquisa científica e o progresso técnico são apenas meios para aprimorar a vida do *Homo* e capacitá-lo para melhor gerir e fazer progredir seu desenvolvimento como pessoa e como coletividade. O desenvolvimento econômico e técnico só tem sentido se está *a serviço do desenvolvimento humano e social*, isto é, do estabelecimento das condições necessárias ao desabrochar do conjunto das potencialidades humanas, das quais a relacionada com o corpo é apenas uma delas.

A meu ver é preciso afirmar que todo progresso econômico, técnico, científico tem como força motriz o desenvolvimento humano e social, e não o contrário! Se nos ocupamos adequadamente da educação, da saúde, da pesquisa científica, do aprendizado da gestão participativa e do diálogo como metodologia para superar conflitos, do cultivo dos atributos do sentir, do conhecer e do relacionar-se de cada pessoa e coletividade, o planejamento e a implementação do desenvolvimento econômico e técnico ocorrerão sem atritos e com um mínimo de obstáculos e contradições.

⁶ Índice de desenvolvimento humano. Índice de Progresso Genuíno ou índice de Bem Estar Econômico Sustentável. Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB). Pesquisa Europeia de Qualidade de Vida. Índice do Planeta Feliz. Quadro de Melhores Vidas (OCDE). Índice Composto de Riqueza. Ver detalhes em http://en.wikipedia.org/wiki/Gross_domestic_product

DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

O crescimento leva ao aumento da quantidade de bens produzidos e consumidos. Está relacionado às necessidades materiais. Na nossa cultura, o conceito de riqueza está particularmente relacionado aos bens materiais, a mídia e a propaganda comercial estão continuamente enfatizando isso, e criando novelas que em geral focalizam a vida e as mazelas cotidianas dos mais ricos, apresentando personagens que servem para alimentar o imaginário de milhões com sonhos de riqueza, prestígio e poder. O crescimento nessa cultura está associado à lógica da escassez. Empresas, bancos e nações têm um único objetivo explícito com a atividade econômica: aumentar indefinidamente, e sempre mais, as vendas, a produção, o consumo, o PIB. Se a empresa produz armas, ela quer guerras, pois elas são o seu mercado. Se ela produz remédios, ela quer doenças. O mercado é cego, sua ética é a compra e venda de qualquer coisa, inclusive do que não devia ser comercializado, como trabalho humano, terra, dinheiro, água, e outros bens comuns à humanidade. As emoções da ganância e da voracidade se escondem por trás da cultura da ideologia do crescimento ilimitado. E a lógica materialista vulgar que a caracteriza afasta o ser humano de si próprio, dos outros e da Natureza. Por tudo isso, o “sistema de mercado” provou-se humana e ecologicamente insustentável.

O desenvolvimento, por sua vez, tem a ver com qualidade e sustentabilidade da vida. Ele vai além da economia, além dos bens materiais, para abranger a totalidade da existência atual e potencial do ser humano, pessoa, sociedade, espécie! Ele se move, no caso humano, no espaço da liberdade. E tudo que tolhe essa liberdade é obstáculo ao desenvolvimento. Amartya Sen, um grande economista indiano contemporâneo, fala de “desenvolvimento como liberdade”, e identifica diversos impedimentos estruturais à liberdade: carência de trabalho, alimento, educação, saúde, saneamento, habitação e todos os outros meios de satisfazer as necessidades físicas e ter uma vida humana digna. A essa lista eu acrescento dois impedimentos:

- A ocupação da maior parte do tempo e da energia das pessoas com atividades ligadas à mera sobrevivência físico-animal;
- E o sistema assalariado, que é a escravidão moderna a um trabalho remunerado como único meio para garantir o direito à vida.

A riqueza que o desenvolvimento visa realizar consiste, mais que tudo, nos bens imateriais que mencionamos acima, aqueles que correspondem às qualidades e atributos superiores do ser humano! Essa é a riqueza que desejamos multiplicar e acumular em abundância e sem limites.

ECODESENVOLVIMENTO

Uma abordagem atraente e oportuna conecta economia e meio natural. Nasceu com o apelido de Eco-Eco, e em 1972 evoluiu para *Ecodesenvolvimento*, termo lançado por Maurice Strong, secretário geral da Conferência de Estocolmo



sobre o Desenvolvimento.⁷ O conceito evoluiu e em 1974 a Declaração de Cocoyoc identificou o termo com a necessidade de ajudar as populações a educar-se e organizar-se para valorizar os recursos específicos de cada ecossistema a fim de satisfazer suas necessidades fundamentais.

A ênfase em “educar-se”, “organizar-se”, “recursos próprios dos seus ecossistemas” e “satisfação das suas necessidades fundamentais” toma como referência os potenciais da população local e do ecossistema, e exclui agentes e projetos externos de qualquer protagonismo no Ecodesenvolvimento. O passo seguinte, dado pela Fundação Hammarskjöld, foi proclamar o desenvolvimento endógeno e dependente das suas próprias forças (*self-reliant*)⁸, submetido à lógica das necessidades de toda a população, e não à do consumo e da produção erigida como fins em si, consciente da sua dimensão ecológica, e buscando uma harmonia entre a sociedade humana e a natureza. Sachs mostra que essa definição contém uma filosofia e uma ética. Acrescento que também tem uma política, a democracia real.

Sachs insiste que o Ecodesenvolvimento é um instrumento prospectivo de exploração de opções de desenvolvimento que busca alternativas ao crescimento desenfreado que prevalece hoje. E propõe uma solução que não questione o crescimento econômico. Eis aí um cerne de polêmica no espaço mesmo do Ecodesenvolvimento. Pois há toda uma tradição na Fundação para uma Nova Economia (NEF), assim como na obra dos economistas Serge Latouche, Tim Jackson, Herman Daly, entre outros, que oferece sólidos argumentos em favor de um freio ao crescimento.

DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO, SUSTENTABILIDADE

O espaço não nos permite um debate mais profundo. Adianto minha proposta. A resposta a meu ver mais plausível e eficaz a essa questão é múltipla. A primeira reflexão é de que a dúvida precisa ser colocada no seu contexto. Trata-se do desenvolvimento de quem, de quê? Centrar a economia no ser humano, em suas necessidades, capacidades, saber e criatividade significa focalizar com objetivo maior o desenvolvimento do ser humano. O crescimento econômico tem que estar a serviço do desenvolvimento humano e social, isto é, contribuindo para o melhor viver, não só no curto mas também no longo prazo, duravelmente. Então, é preciso rejeitar a hipocrisia do mercado autorregulado, distinguindo claramente entre crescer para acumular lucros e ampliar o controle dos mercados, e crescer para bem distribuir socialmente os frutos do crescimento. A questão

⁷ Ignacy Sachs, 1980, “*Stratégies de l’écodéveloppement*”, Editons Economie et Humanisme, Paris, é uma obra seminal sobre o tema.

⁸ Xabier Gorostiada, nos anos da Nicarágua Sandinista, fez muito para divulgar o conceito de desenvolvimento próprio no continente latino-americano e caribenho, como autor, ativista político e diretor de um centro e um instituto de pesquisas econômicas e sociais situados em Manágua.

maior não é, pois, o crescimento, mas a distribuição equitativa dos seus benefícios. Nesse contexto, discutamos agora a questão desenvolvimento e crescimento na perspectiva da sustentabilidade.

1. O crescimento econômico ilimitado é intrínseco à natureza do sistema do capital mundial, mas ele não é possível nem viável em um mundo de recursos limitados; deixado ao sabor do “livre” mercado, ele tem sido um fator de destruição de ecossistemas e de crescentes ameaças à vida. Para que o crescimento seja possível sob o controle de um plano de desenvolvimento que leve em conta as necessidades humanas e as condições ecossistêmicas, ele não pode ser movido pela motivação do lucro em mercados desregulados. Portanto, *o sistema do capital mundial é incompatível com a sustentabilidade do planeta.*
2. Por isso, é preciso suspender e abolir os projetos energéticos e de infraestrutura que desrespeitam as sociedades locais e destroem a Natureza em proveito de agentes externos a elas, e usando falsamente o nome de desenvolvimento. É o caso da represa de Belo Monte no rio Xingu, das represas do rio Madeira e das que estão planejadas para o rio Tocantins.⁹ A Amazônia precisa ter sua floresta equatorial e sua riquíssima diversidade biológica e humana preservadas, e não ser transformada em lagos emissores de CO₂ e aceleradores do aquecimento da região. O mesmo digo do faraônico projeto de transposição do rio São Francisco, que está prejudicando o ecossistema da bacia e custando demasiado para beneficiar um número insuficiente de nordestinos. Em particular, se considerarmos que a alternativa proposta pela Agência Nacional das Águas custaria a metade e alcançaria mais que o dobro de famílias da região.
3. É preciso encontrar uma resposta adequada à realidade de cada país e região, aos diferentes setores da população e da produção de bens. Uma proposta geral pode ser *decrescimento para os países ricos, em particular para as classes abastadas dos dois hemisférios, e crescimento planejado democraticamente para os países em via de desenvolvimento e as classes carentes, que são majoritárias.* O argumento é simples. Se 20% da população mundial, concentrada especialmente nos países do Norte, mas também, mais e mais, nos emergentes, consomem entre 86 e 90% dos recursos do planeta, para que se caminhe com a urgência que se impõe no sentido da erradicação da fome e da

⁹ Há estudos provando que a recuperação da produtividade das usinas hidroelétricas existentes no Brasil tornaria a oferta de energia superavitária e capaz de responder ao crescimento da demanda a médio prazo, além de custar uma fração ínfima do que os governos recentes têm investido de fundos públicos, para satisfazer a ganância das empreiteiras e das corporações que usufruem de tarifas de energia elétrica reduzidas.



pobreza no mundo com crescente equidade e sustentabilidade, faz-se necessário reduzir o consumo das sociedades do Norte, e das elites dos países do Sul. Mas o crescimento voltado para as necessidades básicas da maioria deve ser concebido de outra maneira: a da democracia econômica.

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO, AUTOGESTIONÁRIO, SOLIDÁRIO, SUSTENTÁVEL

A democratização da economia¹⁰ faz parte de um novo paradigma de desenvolvimento. Ela exige o acesso da maioria trabalhadora à posse e à gestão compartilhada dos bens e recursos produtivos, a organização e capacitação das comunidades para o planejamento e a implementação do desenvolvimento endógeno, autogestionário, solidário e sustentável. A lógica autocêntrica da empresa capitalista faz com que ela precise *crescer sempre* para garantir sua sobrevivência e competitividade individual num ambiente hostil e competitivo. A democracia econômica e a economia solidária têm o poder de substituí-la pela lógica da cooperação e da reciprocidade positiva das redes de colaboração solidária em ambiente econômico planejado em função das necessidades, no qual o lucro é rebatizado como excedente, pois não evolue a exploração do trabalho humano, e assim não é mais um fim em si, mas apenas um meio para melhor servir às necessidades e aspirações humanas e sociais.

Os passos para realizar a democratização da economia no sentido da equidade social e da sustentabilidade ecológica têm que ser postos nos três horizontes, de curto, médio e longo prazo. Não há um ritmo preciso para esse processo, pois o movimento da realidade e a correlação de forças serão os fatores determinantes. Ter uma visão clara dos passos, contudo, é essencial para definir como e para onde caminhar.

AUTOGESTÃO

O objetivo da autogestão é transcender as hierarquias. Como o ser humano é relação, sua primeira relação é consigo mesmo. Ele precisa aprender a gerir seu próprio ser complexo (corpo, mente, psique, espírito, relações com a Natureza, com a sociedade e a espécie, com cada pessoa, relação com o Princípio Vital e Amoroso que o anima). Essa é a autogestão de si próprio, e ela é uma condição não só para a boa saúde, o bem viver, o autofazer-se e o autodesenvolver-se em plenitude, mas também é condição para ser um bom gestor coletivo.

Em relação a um empreendimento solidário ou ao desenvolvimento de uma

¹⁰ Ver Ladislau Dowbor, 2010, "Democracia Econômica", Vozes, Petrópolis e também em www.dowbor.org.

comunidade, comparemos o grupo ao organismo humano. Neste existe, sim, uma hierarquia relacionada com a função vital de cada célula e de cada órgão. Mas essa hierarquia não é autoritária. Todos precisam de todos e um complementa o outro. Nenhuma célula, órgão ou membro compete com os outros, ou tenta se promover e ocupar o lugar do outro para ter mais poder. A lei que rege as relações entre eles é a COOPERAÇÃO! Assim também no organismo do empreendimento, das redes e da sociedade autenticamente democrática. A gente escolhe os diretores ou coordenadores e os eleitos assumem responsabilidades mais abrangentes do que as do pessoal da base. Mas nem por isso são mais importantes ou valiosos para o conjunto. Sua autoridade vem do seu carisma e da confiança que todos depositam neles. E se eles vacilam ou traem essa confiança, o conjunto, em assembleia, pode destituí-los e substituí-los. Assim devia ser também em relação aos cargos políticos eletivos no Estado

É em assembleia que tudo que é importante é decidido: o sistema de direção do empreendimento, o modo de dividir os excedentes, a estratégia empreendedora, a estratégia de inserção nas redes de colaboração e nas cadeias produtivas solidárias, etc. Quando o empreendimento tem dezenas, centenas ou até milhares de associados, a organização das assembleias começa na base, na forma de assembleias por área ou por seção, que discute os temas de interesse do empreendimento e elege seus representantes para as assembleias mais abrangentes. Assim se garante que o poder de decisão é descentralizado e que todos usufruem dele. Cria-se então um fluxo de informação e de decisões que desce e sobe e desce outra vez, e sobe outra vez, num ciclo que é intensamente participativo e que, ao mesmo tempo, garante a eficiência do todo.

Não esqueçamos, porém, que toda diversidade humana envolve desacordos, contradições e conflitos. Então, é preciso adotar métodos de resolução de conflitos que estejam incorporados a processos de FORMAÇÃO dos associados. A EDUCAÇÃO COOPERATIVA é uma dimensão fundamental da autogestão. E o DIÁLOGO é um processo que se aprende, que não se realiza de forma espontânea ou improvisada, pois ele envolve a sutileza que são as subjetividades, os egos das pessoas. As relações solidárias que prevalecem na COOPERAÇÃO e na AUTOGESTÃO precisam ser aprendidas, cultivadas e cuidadas por todos e por cada um. Elas incluem a superação de toda discriminação e desigualdade subjetiva, como a de gênero, de raça, de opção sexual, etc. Incluem também o desenvolvimento de uma espiritualidade que inspira e alimenta a humildade em lugar do orgulho, o respeito à diversidade, a ativação das complementaridades do que é diverso, e o envolvimento ativo na construção de unidades na diversidade.

Na verdade, a COOPERAÇÃO e a AUTOGESTÃO têm que ser construídas sobre a base da ACEITAÇÃO DO OUTRO COMO AUTÊNTICO OUTRO NO CONVERSAR (essa é a definição de amor do biólogo Humberto Maturana!).

DIMENSÕES OBJETIVAS DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

“Uma sociedade rica é uma sociedade sem ricos”.

Carlos Brandão

1. Desenvolvimento endógeno significa nascer a partir de dentro e não de fora. Portanto, as ações geradas fora do organismo biológico ou social podem contribuir, mas não devem ser determinantes do desenvolvimento. Os seus sujeitos são a pessoa, a comunidade e seus membros, o município e seus cidadãos e cidadãs, o país e sua população.
2. A referência seminal do desenvolvimento endógeno é dupla: comunidades de trabalhadoras e trabalhadores associados nos espaços de trabalho e comunidades de pessoas e famílias compartilhando sua vida num território local determinado.¹¹ A perspectiva é de que essas comunidades se eduquem e se empoderem para planejar e gerir de forma autogestionária o seu próprio desenvolvimento, articuladas entre si em sistemas de redes colaborativas e de cadeias produtivas solidárias. O instrumento fundamental para seu desenvolvimento é o planejamento micro, meso e macro das atividades econômicas visando responder às necessidades e demandas dos seus membros, tendo com fim último maximizar o bem viver e a felicidade de cada um e de todos ao longo do tempo.
3. Desprivatização e democratização do Estado; fortalecimento do aparelho do Estado democrático para promover um processo multidirecional de planejamento e implementação do desenvolvimento: das comunidades para os diversos níveis de governo, e desses de volta às comunidades.¹² Um novo aparato jurídico é necessário para viabilizar essas mudanças. A correlação de forças é um desafio maior a enfrentar no plano objetivo. O egocentrismo, o materialismo vulgar e a ambição de poder são os maiores desafios no plano subjetivo.
4. Direito econômico à participação: compartilhar a propriedade e o acesso aos bens produtivos; emancipar-se das prisões do salário e da simples sobrevivência animal dos nossos corpos; democracia integral.

¹¹ Essa proposta tem por lastro uma grande variedade de práticas em diferentes partes do mundo, que incluem modos de vida comunitária de povos tradicionais, comunidades autogestionárias, organizadas em rede; movimentos sociais tais como o movimento global de Economia Solidária, hoje animado pela Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária, a Rede Global de Ecovilas, os movimentos Cidades em Transição e Cidades Sustentáveis, o movimento Corporações de Desenvolvimento Comunitário nos Estados Unidos, as redes de trocas solidárias usando moedas complementares em diversos continentes, e muitas outras mais. Os limites deste ensaio não me permitem avançar mais.

¹² Ver detalhes dessa proposta em Marcos Arruda, 2008, “PLANIFICACIÓN DEMOCRÁTICA DEL DESARROLLO - Contribución a la construcción de una Venezuela emancipada”, monografía, PACS, Rio de Janeiro.

5. A ancoragem das atividades econômicas no *território* em que vivem as *comunidades*, envolvendo-as ativamente na gestão do desenvolvimento de seus empreendimentos e de suas interconexões, indo do território para fora dele de forma autogestionária, relativamente autônoma e solidária. A abordagem territorial tem que ser combinada com a das redes e das cadeias produtivas, sendo que o critério prioritário para as decisões sobre de quem comprar e a quem vender é o da *expansão do sistema da economia solidária*.
6. A construção estratégica de redes de colaboração solidária e de cadeias produtivas solidárias que criem o ambiente propício para a integração de cada empreendimento associativo num contexto relacional que favoreça a concretização dos fluxos de produtos e de valores com a lógica da colaboração e da vantagem cooperativa, em vez da competição.
7. Sustentabilidade ambiental: o viver comunitário dentro dos limites ecossistêmicos; máxima utilização dos recursos renováveis e consumo mínimo de não renováveis; atitude de respeito e amor à Natureza, o que implica economizar, reutilizar, reciclar; e consumir quanto possível bens produzidos localmente.
8. Equidade: o progresso humano e social exige a distribuição da renda e da riqueza por dois meios:
 - Democratização da propriedade e da gestão dos recursos produtivos
 - Política fiscal equilibrada, que oriente os investimentos para as necessidades e metas sociais e ambientais; e política tributária progressiva.
9. Desmilitarização:
 - Cortes nos gastos militares, liberando recursos para o desenvolvimento
 - ONU: cumprir seu papel de controlar os fluxos de armas, promover efetivamente a paz, a autodefesa não provocadora, a resolução pacífica de conflitos, e a justa distribuição global dos benefícios e dos custos do desenvolvimento.

DIMENSÕES SUBJETIVAS DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento endógeno e autogestionário demanda mudanças subjetivas, de visão de mundo, de leitura da realidade complexa – do que é manifesto e do que está escondido. Elas são essencialmente mudanças de *atitude*. Têm a ver com a consciência de que tudo na Terra e no Universo está interligado, e por isso somos todos seres relacionais. Em consequência, não é a competição a referência principal da evolução da vida e do ser humano, mas sim a colaboração, isto é, trabalhar juntos pelo bem de todos e de cada um; e a cooperação, atuar juntos pelos mesmos objetivos.



A mudança de atitude inclui cultivar o sentido da solidariedade, da reciprocidade positiva e do amor em relação aos outros seres humanos e também aos animais, às plantas, ao reino mineral, à Mãe Terra e a todo o Cosmos, entendendo que a vida é, na verdade, um fenômeno cósmico e nós fazemos parte intrínseca dele. Ao preparar uma palestra recente, li partes de um dos livros magistrais de Carlos Brandão¹³. Eu intuía que dele viria inspiração. E ela veio na forma de afirmação da urgência de uma Visão Solidária e Amorosa para com *todos os reinos da Natureza*, uma nova atitude de acolhimento e diálogo com animais, vegetais e minerais (a começar pela água!). A partir desse diálogo, a busca de modos novos de relação com eles, uma relação que reconhece a subjetividade da Natureza, em particular da Terra Mãe, Pachamama, e de cada ser que ela gerou. Uma relação de comunicação, de reciprocidade, de amor.

Essa consciência é libertadora e exige mudanças na configuração da economia e do desenvolvimento para ser plenamente viável:

1. Do trabalho subordinado ao trabalho emancipado:
 - Sem patrão, autogestionário, escolhido livremente. O cooperativismo, o associativismo, a economia solidária já colocam em prática essa proposição;
 - Partilha solidária do tempo de trabalho necessário, sem perda de remuneração. Isso permite que o máximo tempo e energia humana esteja liberado para o desenvolvimento humano e social;
 - Diversas formas de renda mínima cidadã.
2. Direito ao desenvolvimento dos potenciais humanos:
 - Ética, estética, comunicação, partilha, irmandade, amor;
 - Relação solidária e amorosa para com os outros seres e reinos da Natureza.

PRESSÃO POR MUDANÇAS MAIS URGENTES

A metodologia da ação transformadora exige a combinação de três estratégias:

- Pesquisar e analisar a situação atual e as raízes da opressão, da alienação e da atitude agressiva contra a Natureza e os biomas. Denunciar os fatores de injustiça, opressão e exclusão;

¹³ Carlos Brandão, 2005, *“Aprender o Amor – Sobre um afeto que se aprende a viver”*, Papirus Editora, São Paulo, pp. 206-218.

- Pressionar os centros de poder por mudanças de políticas que protejam os direitos humanos e naturais, visando reduzir as aflições sociais, regular a ação dos poderosos e melhorar a condição de vida da maioria oprimida;
- Adotar as novas atitudes e criar o novo desenvolvimento nos espaços atuais de ação e relação, introduzindo inovações objetivas e subjetivas que demonstrem que a criação do novo já pode e deve acontecer, mesmo que o sistema do capital ainda seja hegemônico.

Outras medidas incluem:

- Promoção de campanhas de erradicação do consumismo, usando métodos como a criminalização da obsolescência planejada, pôr controles sobre a propaganda/*marketing* promotores da corrida ao consumo, política pública que limita o acesso ao crédito para o consumo supérfluo e pune os desperdícios, rigoroso controle de qualidade dos produtos que chegam ao mercado, a começar pelos alimentos industrializados, estímulo ao fortalecimento das entidades de defesa do consumidor, capacitando-as a desempenhar com vigor sua responsabilidade fiscalizadora, educativa e mobilizadora;
- Redução do consumo de bens e de energia. Reduzir o desperdício, punir legalmente a obsolescência planejada. Reduzir até eliminar a produção e o comércio de armamentos. Romper a cadeia do endividamento ilegítimo. Eliminar as instituições que atuam secretamente, sem nenhum controle social (tipo CIA), e os espaços (tipo jurisdições financeiras secretas) clandestinos. Romper as cadeias do comércio injusto e das finanças especulativas, eliminando os refúgios fiscais. Eliminar o apoio a ditaduras e a intervenções armadas. Que as elites do Norte global aprendam a ouvir e a aprender, e não só a ensinar;
- Adoção de novos indicadores de desenvolvimento, que inspirem metas de desenvolvimento integral, democraticamente estabelecidas. Essas metas darão a oportunidade às comunidades e às instituições de governança de planejarem o desenvolvimento econômico a serviço do desenvolvimento humano e social, no curto, médio e longo prazo. A avaliação participativa dará margem à geração de novos indicadores e à definição de novas metas, que serão a guia da nova etapa de planejamento, num balé que vai da ação à avaliação, ao planejamento e à nova ação.



EXEMPLO DE CAMPOS PARA O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO INTEGRAL

A Mandala acima apresenta diversos elementos que compõem o sistema dinâmico e complexo do que chamamos Desenvolvimento Integral:

1. O núcleo da Mandala é ocupado pelo sujeito do desenvolvimento, no caso, a comunidade, sensibilizada e mobilizada para planejar e gerir seu desenvolvimento de forma autogestionária, relativamente autônoma e solidária ao mesmo tempo. O desenvolvimento humano e social é concebido como o desabrochar dos potenciais, atributos e qualidades de que o sujeito é portador, e da compreensão da consciência e da liberdade de escolha como os atributos superiores do animal *Homo*. Coloca-se no centro a Pessoa, a Comunidade, o Povo, a Espécie;
2. O fundamento político do Planejamento Participativo é a combinação criativa e dinâmica da Democracia Direta com a Representativa;
3. Da parte da comunidade, estão incluídos, como exemplo, campos da vida comunitária a serem desenvolvidos. Cada campo faz parte do todo e, ao mesmo tempo, precisa ser planejado, dando origem a outra Mandala, situada no contexto desse todo;
4. Entre os campos a desenvolver estão mencionados os nove que compõem o índice de Felicidade Interna Bruta.

Por novas concepções de desenvolvimento

*Ivo Lesbaupin*¹

maio 2012 ²

“Nos últimos anos, diversos países latino-americanos, como Equador e Bolívia, vêm incorporando em suas constituições, o conceito do bem-viver, que nas línguas dos povos originários soa como Sumak Kawsay (quíchua), Suma Qamaña (aimará), Teko Porã (guarani). Para alguns sociólogos e pesquisadores, temos aí uma das grandes novidades do início do século XXI.

*Redescobre-se agora um conceito milenar: o “Viver Bem”. “A expressão Viver Bem, própria dos povos indígenas da Bolívia, significa, em primeiro lugar, ‘viver bem entre nós’. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetrias de poder (...). É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza (...), diferenciando-se do ‘viver melhor’ ocidental, que é individualista e que se faz geralmente a expensas dos outros e, além disso, em contraponto à natureza” – escreve **Isabel Rauber**, pensadora latino-americana, estudiosa dos processos de construção do poder popular na América Latina indo-africana³.*

¹ Ivo Lesbaupin é sociólogo, coordenador do Iser Assessoria e da direção nacional da Abong.

² Uma primeira versão deste artigo foi publicada em *Le Monde Diplomatique Brasil*, novembro de 2010.

³ Citação extraída de “Conjuntura da Semana - Campanha 10:10:10 e o “Tempo para a Criação” (www.ihu.unisinos.br – 29/09/2010). Cf. Isabel Rauber, apud <http://isabelrauber.blogspot.com>, 22/08/2010.

A GRAVIDADE DA CRISE AMBIENTAL

A humanidade está hoje na direção da não-sustentabilidade, caminhando rapidamente para tornar a Terra inabitável: estamos desmatando numa velocidade incrível por toda parte, seja para vender a madeira, seja para exportá-la, seja para dar lugar a grandes pastagens e plantações de *commodities* (no caso brasileiro, soja e etanol, principalmente). As florestas são fundamentais para garantir a biodiversidade, mas também, entre outras coisas, para termos chuva e lençóis freáticos abundantes. Nossa água doce está sendo utilizada em uma quantidade muito acima de sua capacidade de reposição. Além disso, ela está sendo poluída pelo não-saneamento (despejo de esgotos diretamente nos rios), pelos agrotóxicos, pelas indústrias e seus produtos tóxicos, pela mineração (na qual muitas vezes são usadas substâncias químicas). Por outro lado, o aquecimento global está derretendo fontes de água doce que são as geleiras, os glaciares e as calotas polares, o que pode tornar a vida muito difícil em inúmeras regiões do mundo.

Nossos alimentos são cada vez mais envenenados pelos pesticidas e agrotóxicos – o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, à frente dos EUA. Alguns alimentos que consumimos são carregados desses produtos. Nós os colocamos em nosso organismo numa quantidade ínfima, mas dia a dia, ano a ano, ingeridos continuamente, esses venenos produzem doenças, entre as quais o câncer.

Alguns elementos altamente poluentes e prejudiciais à saúde humana, entre os quais os combustíveis fósseis (petróleo, gás, carvão), há mais de cem anos são a principal fonte de energia utilizada pelos seres humanos. Nosso ar é permanentemente poluído pelo uso desses combustíveis e, por mais que a poluição incomode cada vez mais os habitantes das grandes cidades, não é possível contê-la, pois a cada dia aumenta o número de automóveis nas ruas. O automóvel se converteu no grande ídolo da nossa civilização, de sua lógica de produção e consumo: é em função dos carros, principalmente, que nossas cidades são construídas.

Nosso sistema econômico, para gerar lucro, precisa incessantemente produzir e vender. É por isso que nossa sociedade é uma sociedade de consumo, porque as pessoas precisam consumir sempre mais. Essa é a lógica do capitalismo. É a propaganda é absolutamente fundamental, para tornar as pessoas consumidoras, para convencer as pessoas de que precisam comprar e, depois de comprar, comprar novamente. Os produtos não são feitos para ter durabilidade, eles são feitos para se tornar rapidamente obsoletos, de modo a que as pessoas tenham necessidade de comprar um novo. Mais produtos, mais embalagens, tudo isso gera lucros para as empresas, mas também consome intensamente as matérias primas de que são feitos os produtos, além de aumentar a quantidade de lixo que é descartado num volume maior que a capacidade do meio de absorvê-lo.

Em consequência, os recursos naturais do planeta estão desaparecendo. Alguns desses recursos não são renováveis e, em algum momento, vão deixar de existir, em razão do consumo excessivo. Outros são renováveis, mas a velocidade com que estão sendo utilizados e a não-sustentabilidade de seu uso fazem com que não haja tempo de regeneração.

O capitalismo é suicida porque ele não consegue se manter sem destruir as condições que a humanidade necessita para sobreviver: clima equilibrado, recursos naturais disponíveis a longo prazo e segurança alimentar. É desagregador das sociedades, porque tende a produzir fortes desigualdades. A distância entre os ricos, impondo padrões de consumo inalcançáveis, e os pobres, com suas esperanças cada vez mais frustradas, produz o ambiente propício para a proliferação do crime e da violência. A vida se mercantiliza, tudo vira mercadoria, inclusive as pessoas.

A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E SUA NÃO-SOLUÇÃO

A maior crise econômica mundial desde 1929 eclodiu publicamente em 2008. Ela foi produzida pelas políticas neoliberais e pela globalização econômica implementadas nos últimos trinta anos. Os dogmas neoliberais em poucos dias foram derrubados e as consequências da economia de mercado desregulada ficaram mais evidentes: desemprego, exclusão, aumento da desigualdade social, violência – tudo isso aliado a uma enorme destruição ambiental.

Mesmo desnudado, porém, o capital financeiro não desistiu do seu caminho. A solução que os governos deram para a quebra de vários grandes bancos e multinacionais foi a injeção de recursos públicos (isto é, dos contribuintes, de todo o povo) nessas instituições. Salvaram os próprios bancos responsáveis pela crise. Agora, depois de salvos pelo dinheiro público, estão novamente tendo lucros privados, isto é, os prejuízos são pagos pelo povo, mas os lucros são reapropriados pelos bancos. As exigências de regulação do sistema financeiro, dos bancos, não foram colocadas em prática, o que significa que hoje estamos praticamente nas mesmas condições que geraram a crise de 2008: podemos portanto prever a eclosão de uma outra grave crise mundial, só não sabemos o momento exato.

Por outro lado, a saída da crise mundial não pode ser a retomada do crescimento econômico anterior, apoiado na lógica “produtivista-consumista”: a saída é romper com o modelo econômico baseado na exploração e no lucro e estabelecer um modelo de sociedade baseado em uma economia solidária e ecológica, na relação respeitosa com a natureza, na busca do bem-viver, produzindo aquilo que é necessário, evitando o esgotamento dos bens que a natureza nos oferece.

Nós temos um país com riquezas naturais invejáveis, dotado de uma enorme biodiversidade, com terra agricultável em quantidade, com uma imensidão de trabalhadores aptos a trabalhar – o principal recurso para o desenvolvimento



–, com um parque produtivo que foi atingido mas não destruído pelas políticas neoliberais. Somos banhados pelo sol o ano inteiro, temos 13,8% da água doce do mundo e temos ventos: ou seja, poderíamos ter toda a nossa energia renovável, eólica, solar, geotérmica, oceânica e outras.

É mais do que nunca o momento de pensar em um modelo de desenvolvimento centrado nas necessidades humanas, que garanta a reprodução da natureza, evite o desperdício e não esgote os bens de que precisamos para viver. Um desenvolvimento que esteja voltado para a vida e não para a maximização do consumo.

POR UMA OUTRA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Precisamos construir uma outra concepção de desenvolvimento, centrado na satisfação dessas necessidades. Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante – difundida pela grande mídia –, desenvolvimento não é sinônimo de “produtivismo-consumismo”. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem⁴. Isso implica garantir proteção social para que as pessoas se sintam seguras face às dificuldades imprevistas que podem atingir qualquer ser humano.

O que é necessário para conseguir esses bens? Como obter aquilo de que precisamos sem destruir as condições que nos permitem viver na Terra, sem acabar com a água, os peixes, os animais, a terra cultivável, as florestas, a diversidade cultural, social e biológica? Como organizar a sociedade de modo que haja trabalho para todos?

Não basta fazer coleta seletiva de lixo, não basta evitar o desperdício de água, substituir os carros a gasolina por carros elétricos. Na verdade, o que é preciso mudar, para interromper a destruição do planeta, é o tipo de desenvolvimento. Desde o século passado, a economia é centrada na produção crescente e no consumo incessante. O objetivo prioritário da economia dominante é o crescimento econômico: o critério universal de avaliação de um país é o PIB, o Produto Interno Bruto, quanto mais produzir, quanto mais vender, melhor é o país, melhor está sua economia⁵.

Nessa toada, vão-se embora os bens naturais – a água, a terra fértil, o ar saudável, as árvores, etc. Os especialistas dizem que precisamos de mais de uma Terra para garantir o nível de consumo atual – os países desenvolvidos têm apenas 20% da população mundial, mas consomem 80% dos produtos. É fundamental mudar isso. Mais que fundamental, é urgente, é inadiável: se mantivermos o

⁴ Cf. Marcos Arruda, *Tornar real o possível, Petrópolis, Vozes, 2006*; cf. também Michael Löwy, “Ecosocialism, democracy and planification”, 2007 (apud www.europe-solidaire.org); *Ecologia e socialismo*, São Paulo, Cortez, 2005.

⁵ Cf. Carlos Lopes, Ignacy Sachs e Ladislau Dowbor, “Crises e oportunidades em tempos de mudança”, 2010, 15 pp. (www.dowbor.org).

sistema atual, a humanidade desaparecerá⁶. No dizer de Leonardo Boff, “a Terra pode sobreviver sem nós, mas nós não podemos viver sem a Terra”⁷.

Essa é a preocupação do economista Joan Martínez Allier, no livro “Da economia ecológica ao ecologismo popular” (1998)⁸. Segundo esse autor – inspirado em Georgescu Roegen, o iniciador dessa linha de pensamento –, economia ecológica “é uma economia que usa os recursos renováveis (...) com um ritmo que não exceda sua taxa de renovação, e que usa os recursos esgotáveis (...) com um ritmo não superior ao de sua substituição por recursos renováveis (...)” (1998: 268).

Um outro autor, Lester Brown, publicou em 2001 a obra *Eco-economia: construindo uma economia para a Terra* e, recentemente, em 2009, publicou *Plano B4.0 – Mobilização para Salvar a Civilização*⁹. Obras onde ele propõe outro tipo de economia: desde a mudança da matriz energética até o tipo de indústria que deveríamos ter, o tipo de agricultura, de transporte e assim por diante. E poderíamos citar outros, como Herman Daly, Manfred Max-Neef¹⁰.

É POSSÍVEL ORGANIZAR A SOCIEDADE DE OUTRA FORMA - E MELHOR

Não basta dedicar 2% do PIB mundial para tornar a economia sustentável, como afirma documento do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) em preparação à Rio+20¹¹.

Em primeiro lugar, o capitalismo em sua forma neoliberal – hegemônica nos últimos 30 anos – produziu uma forte desregulamentação das atividades econômicas. As empresas, desreguladas, ficaram livres para fazer o que quisessem para obter mais lucros. O resultado foi um incrível aumento da exploração dos trabalhadores: as empresas e, dentre estas, especialmente as empresas financeiras, passaram a ter lucros crescentes, e seus executivos passaram a ter salários altíssimos, em absoluta desproporção aos salários pagos aos demais trabalhadores, severamente comprimidos.

O primeiro ser natural a sofrer aumento de degradação neste período foi o ser humano, expresso na grande maioria da humanidade. Este foi o primeiro ser vivo a ter sua sobrevivência ameaçada, o primeiro a sofrer perda de direitos.

⁶ Cf. Jared Diamond, *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro, Record, 2009.

⁷ Ver, de Leonardo Boff: *Sustentabilidade: o que é; o que não é*. Petrópolis, Vozes, 2012.

⁸ Blumenau, Ed. da FURB.

⁹ Earth Policy Institute, W. W. Norton & Company. Lester Brown fundou em 1974 o Worldwatch Institute. Passou a publicar o relatório anual sobre “O Estado do Mundo”. Em 2001, fundou o Earth Policy Institute (www.earth-policy.org).

¹⁰ Cf. Marcus Eduardo de Oliveira, “Manfred Max-Neef e Herman Daly: dois economistas alternativos”, www.ihu.unisinos.br – 18/06/2010; Ricardo Abramovay, “Para juntar economia e ética, sociedade e natureza”, www.folha.com – 02/05/2012; José Eli da Veiga, “Mundo em transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento”, Campinas, Armazém do Ipê, 2009; Ignacy Sachs, “A Terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento”, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

¹¹ “Economia Verde precisa de 2% do PIB mundial” (www.unep.org.br – 17/11/2011).



A primeira conclusão a tirar desta crise é que a economia precisa ser regulada, é necessário o controle da sociedade sobre a política econômica. Não se pode deixar as empresas decidirem o que e como fazer sem a interferência da sociedade na qual atuam, sem o conhecimento e a avaliação daqueles que sofrem as consequências de sua atuação.

O ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Qualquer projeto de desenvolvimento baseado no cuidado ecológico, qualquer projeto de economia ecológica, tem de ter como prioridade a redução da desigualdade social - não basta a redução da pobreza.

Temos assistido, no período recente, a crise econômica servir de pretexto para desmontar o Estado de bem estar social na Europa. Os trabalhadores vêm seus salários serem reduzidos sucessivamente, suas futuras aposentadorias serem rebaixadas e, mesmo, ameaçadas e uma parte significativa se vê desempregada e vivendo na informalidade, com os serviços públicos sofrendo constantes cortes de recursos.

No entanto, para surpresa nossa, isso não se deve à diminuição da riqueza de cada país. Para dar um exemplo, vejamos o caso da França: nos últimos 30 anos, as aposentadorias foram reduzidas, os salários rebaixados, a população desempregada quintuplicou e as políticas sociais sofreram sérios cortes. Mas não foi por falta de recursos. Em 1980, o PIB da França era de 444 bilhões de euros. Em 2010, foi de 1.932 bilhões de euros (1 trilhão e 932 bilhões de euros). O PIB cresceu mais de 300%. Seria possível argumentar que isso ocorreu porque a população cresceu muito. Na verdade, cresceu bem menos que o PIB: ela passou de 36 milhões a 63 milhões de habitantes: um crescimento de 75%. Poder-se-ia dizer que a parte mais velha da população – aquela acima de 65 anos - cresceu muito mais. Mas esta parte aumentou menos de 40%.

Nas mãos de quem foi parar a renda e a riqueza acrescida entre 1980 e 2010?

No caso do Brasil, a pobreza diminuiu nos últimos anos, em razão principalmente de um aumento real do salário-mínimo e do programa Bolsa-Família. Isso, porém, não significou mudança nas estruturas geradoras da desigualdade social. Ao contrário, a política econômica vem enriquecendo de modo exponencial os mais ricos – os 5% no topo da pirâmide social. Portanto, ocorre diminuição da pobreza, sim, mas, ao mesmo tempo, aumento da desigualdade social. A maior parte do resultado do trabalho, a maior parte dos recursos produzidos no país, vai para a camada mais rica, através do sistema tributário, do imposto sobre o consumo – que tem um peso maior que aquele sobre a renda - e do pagamento da dívida, dos juros da dívida, do superávit primário.

COMO SUPERAR O MODELO PRODUTIVISTA-CONSUMISTA

Para superar o modelo de desenvolvimento predador, produtivista-consumista, temos de propor outro tipo de desenvolvimento. Como pensar o conjunto da organização social, como pensar as cidades e o campo, o trabalho, a produção daquilo que é necessário?

MUDAR A MATRIZ ENERGÉTICA

Temos de mudar a matriz energética (e a tragédia ocorrida no Japão só fez confirmar a urgência dessa mudança): substituir a energia baseada em combustíveis fósseis e a nuclear por energias renováveis. Nesse ponto, em termos de estudos e de propostas, estamos nos adiantando. Temos estudos mostrando a viabilidade técnica de obter toda a energia de que necessitamos via energia eólica, solar fotovoltaica, solar térmica, oceânica, geotérmica e hidrelétrica¹² (ver, por exemplo, o recente estudo do Greenpeace no Brasil, *A revolução energética e o Relatório sobre Energia*, produzido pela WWF)¹³. Não temos necessidade de nenhuma nova megasina hidrelétrica para garantir eletricidade para o povo, não precisamos expulsar povos indígenas e ribeirinhos de seu habitat, não precisamos mais acabar com belezas naturais como Sete Quedas, exaltada nos versos de Carlos Drummond de Andrade¹⁴.

Um estudo da Academia americana de Ciências indica que o potencial de produção eólica terrestre representa 40 vezes as necessidades atuais de eletricidade. Na China, cobriria 16 vezes as necessidades do país¹⁵. O potencial avaliado pelo Atlas Eólico Brasileiro é de que a energia eólica pode multiplicar por dez a energia gerada por Itaipu (apud Greenpeace, 2010).

Na China, captadores térmicos instalados nos tetos de casas fornecem atualmente água quente a 120 milhões de famílias. Cerca de 5 mil empresas chinesas fabricam estes aparelhos: é uma tecnologia simples e barata¹⁶ e se difundiu enormemente em lugares onde ainda não há eletricidade. A vantagem da energia solar é que ela não precisa de rede para funcionar: cada residência pode ter sua fonte de energia independente, mesmo que esteja situada numa região isolada. Na Alemanha, atualmente 2 milhões de alemães vivem em casas onde a água quente e a eletricidade são assegurados por captadores solares.

¹² Mas não com novos projetos de usinas hidrelétricas, destruidoras das populações e do meio-ambiente. Se se fizesse a repotenciação das usinas existentes, teríamos mais energia do que o projeto de Belo Monte poderia produzir; e se se implementasse a produção de energia eólica e solar, teríamos energia suficiente para tudo aquilo de que o país necessita.

¹³ Cf. [R]evolução energética – a serviço de um desenvolvimento limpo. Greenpeace Brasil, www.greenpeace.org.br, dez. 2010 e *The energy report – 100% renewable energy by 2050*. www.wwf.org, out. 2010.

¹⁴ Adeus a Sete Quedas, 1982 (apud www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond30.htm).

¹⁵ Lester Brown, 2011. As informações seguem desta obra.

¹⁶ Cada aparelho custa 150 euros (aproximadamente R\$ 400,00 ao câmbio de abril de 2012). Depois de instalado o aparelho, não se gasta mais nada: a energia do sol é gratuita.



Segundo o Atlas Solarimétrico do Brasil, se 0,3% do Saara fosse usina solar concentrada, geraria energia suficiente para toda a Europa. E, no Brasil, se apenas 5% da energia vinda do sol fosse aproveitada, toda a demanda nacional por eletricidade poderia ser atendida (idem). O Brasil ainda tem condições de ser um dos primeiros em pesquisa e tecnologia de energia solar. Bastaria que algum governo tivesse a vontade política de investir recursos nesta área.

Tendo em vista que, no futuro, as fontes principais de energia serão renováveis, se tornará desnecessário o transporte do petróleo através de extensos oleodutos e de petroleiros cruzando incessantemente os mares¹⁷.

Em escala mundial, as subvenções aos combustíveis fósseis se eleva a 500 bilhões de dólares por ano. Seria preciso interromper estas subvenções. Para comparar: o investimento em energias renováveis é de 46 bilhões de dólares, dez vezes menos.

A ÁREA AGRÁRIA-AGRÍCOLA

Para a área agrária-agrícola, há propostas consistentes dos movimentos sociais do campo e de setores a eles vinculados. Eles propõem um modelo de agricultura radicalmente diferente do modelo dominante, um modelo que se opõe à dominação das multinacionais, ao agronegócio, à dependência de fertilizantes e agrotóxicos, aos transgênicos. Ele exige a reforma agrária, para que todos os trabalhadores tenham terra e condições para plantar; e propõe um modelo apoiado na agroecologia – sem agrotóxicos –, na produção diversificada, na agricultura familiar¹⁸, produzindo prioritariamente para a alimentação da população.

Esta não é uma proposta teórica apenas, ela já está sendo praticada em vários lugares do país. E tem tido excelentes resultados tanto em termos de produção, quanto em termos de alimentação saudável e suficiente para a população envolvida. A razão pela qual ela não se expande é a prioridade dada pelos governos ao agronegócio, à exportação de *commodities* e a pouca atenção a este tipo de agricultura. Levando em conta que 70% dos alimentos que consumimos são produzidos pela agricultura familiar, fica claro por que o país tem importado cada vez mais alimentos em que, há menos de vinte anos, éramos autossuficientes.

O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

A ASA (Articulação do Semi-Árido) tem propostas amplas sobre como viver e produzir nessa região, sintetizadas na expressão “convivência com o semi-árido”. E não são apenas idéias: estão sendo implementadas em boa parte da região, com resultados muito positivos para a população. São inúmeras tecnologias sociais

¹⁷ Lester Brown, 2011.

¹⁸ “Plataforma da Via Campesina para a agricultura” (www.mst.org.br – 26/05/2010).

que permitem ter água durante todo o ano, mesmo com pouca pluviosidade¹⁹. O “Atlas do Nordeste”, preparado pela ANA (Agência Nacional de Águas) se apóia em muitas dessas propostas e oferece condições de atender a 34 milhões de nordestinos, o triplo do prometido pelo projeto governamental de transposição do rio São Francisco – e pela metade do valor da transposição.

A INDÚSTRIA

Terá de ser toda ela à base da reciclagem dos materiais já utilizados. Temos de passar de um sistema baseado no automóvel e no fluxo de materiais e de produtos descartáveis para um sistema baseado em meios de transporte diversificados e na reciclagem exaustiva das matérias primas e dos produtos acabados²⁰.

DURABILIDADE/ CONSERTABILIDADE/ RECUPERABILIDADE

Isso também implica em exigências quanto à própria fabricação dos bens ou ao seu desmonte. A construção dos prédios deve ser de tal modo e com tais materiais que permita, no futuro, quando vierem a ser desfeitos, que os materiais possam ser reutilizados, reaproveitados. Os aparelhos devem ser produzidos de tal forma que possam ser desmontados, e todas as suas partes reaproveitadas. Eles devem ser feitos de modo a poderem ser consertados em vez de descartados, a poderem substituir apenas uma peça quando esta peça apresentar defeito. Eles devem ser feitos para durar, não para serem trocados em pouco tempo. Há produtos que poderiam ter garantia de dez, vinte anos ou mais, em vez de um ou dois anos.

A lâmpada, por exemplo, se for fluocompacta (FLC), gasta menos e dura mais que a incandescente. E se for LED (diodo emissor de luz)²¹, gasta ainda menos e dura muito mais - mais de 15 anos. Os semáforos em alguns países já são LED²².

Na Europa, os aparelhos eletrodomésticos são duas vezes mais econômicos que nos Estados Unidos. E existem aparelhos ainda mais econômicos que os da Europa.

OS TRANSPORTES

Repensar o sistema de transporte, investindo pesadamente no transporte coletivo, diversificado, apoiado nos trilhos – trem, metrô, bonde (*tramway*) -, nos ônibus; e também na utilização de bicicletas – estimulada por investimento público e garantindo condições de segurança. Estabelecer vias preferenciais para

¹⁹ Roberto Malvezzi, *Semi-árido: uma visão holística, Brasília, CONFEA, 2007.*

²⁰ Lester Brown, 2011.

²¹ *Light Emitting Diode, em inglês.*

²² *A cidade de Livermore, na Califórnia, EUA, é famosa por um recorde mundial: lá existe uma lâmpada acesa desde 1901, portanto, com mais de cento e dez anos! (cf. en.wikipedia.org/wiki/Centennial_Light).*



os ônibus (o que os torna mais rápidos e mais atrativos), reduzir as áreas acessíveis aos carros individuais, investir em ciclovias e ruas para pedestres.

Isso implica abandonar a centralidade do automóvel em nossa civilização – e do transporte rodoviário. A prioridade para o automóvel está inviabilizando as cidades, aumentando o aquecimento global, a poluição ambiental e as doenças respiratórias, prejudicando o ser humano.

A CIDADE

Repensar a cidade: a cidade para o bem-estar dos habitantes. Pensar a construção das habitações de modo que os materiais utilizados sejam poupadores e geradores de energia: tetos solares, sistema de captação de água da chuva para diversos usos. Além disso, pode-se produzir equipamentos geradores de energia em pequena escala, residencial – para garantir o abastecimento das necessidades domésticas, para a iluminação e a climatização (“residência eficiente”). Energia fotovoltaica para os aparelhos domésticos, energia solar térmica para a água quente. De forma a aproveitar o máximo e a desperdiçar o mínimo aquilo que a natureza oferece. Mesmo imóveis antigos, mal isolados, podem passar por uma renovação energética e reduzir o gasto de energia em 20 a 50%²³.

A PROPAGANDA

Não precisamos de propaganda para nos convencer a comprar um novo produto, muitas vezes supérfluo. Aquilo de que precisamos não supõe propaganda: basta a informação sobre sua finalidade e as substâncias que contém. Os cidadãos, com esta informação, saberão decidir por si próprios qual dos produtos lhes convém.

Começemos por eliminar a propaganda: de medicamentos, pelo risco que oferece à saúde pública, além de incitar ao consumo desnecessário dos mesmos; de bebidas alcoólicas; de refrigerantes, pelo efeito deletério que eles têm sobre a saúde das pessoas (vício, açúcar, obesidade, diabetes, etc.); a propaganda dirigida a crianças.²⁴

O DESENVOLVIMENTO QUE NÓS QUEREMOS

Queremos um desenvolvimento que nos dê vida e não produtos. Temos de produzir aquilo de que precisamos, não aquilo que as empresas querem que consumamos, para atender a sua ganância de lucros. Não precisamos de um celular novo por ano, de uma televisão a cada Copa do Mundo, de mais ruas, avenidas

²³ Cf. Lester Brown, 2011.

²⁴ Este tipo de propaganda já é proibido em alguns países, resultado da pressão de movimentos sociais.

e viadutos para garantir a venda de mais carros. Não precisamos de máquinas de lavar que quebram depois de um ano ou computadores que ficam obsoletos depois de alguns meses. Tudo aquilo de que precisamos pode ser fabricado de modo a ter longa duração, a poder ser aperfeiçoado sem ser trocado, a ser consertado em vez de eliminado. Precisamos de reengenharia, sim, mas para que nossas indústrias se dediquem a utilizar o que já existe para produzir coisas novas e úteis.

Sim, é verdade: “outro mundo é possível” – nele poderemos “viver bem”, na solidariedade com os irmãos, em harmonia com a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. “Para juntar economia e ética, sociedade e natureza” - <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/1084052-para-juntar-economia-e-etica-sociedade-e-natureza.shtml> – 02/05/2012.
- ALLIER, Joan Martínez. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau, Ed. da FURB, 1998.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. “Adeus a Sete Quedas”, 1982 (apud <http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond30.htm>).
- ARRUDA, Marcos. *Tornar real o possível*, Petrópolis, Vozes, 2006;
- BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é; o que não é*. Petrópolis, Vozes, 2012
- BROWN, Lester. *Eco-economy: building an economy for the Earth*. W. W. Norton & Company 2001.
- _____. *Plano B 4.0 – Mobilização para Salvar a Civilização*. 2009 (www.earthpolicyinstitute.org) .
- _____. *Basculement: comment éviter l’effondrement économique et environnemental*. Bernin, Souffle court éditions et Paris, éd. Rue de l’échiquier, 2011.
- DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro, Record, 2009.
- GREENPEACE BRASIL. [R]evolução energética – a serviço de um desenvolvimento limpo - www.greenpeace.org.br , dez. 2010.
- LESBAUPIN, Ivo. Por uma nova concepção de desenvolvimento. *Le Monde Diplomatique Brasil*, novembro de 2010.
- LOPES, Carlos, SACHS, Ignacy e DOWBOR, Ladislau, “Crises e oportunidades em tempos de mudança”, 2010, 15 p. (www.dowbor.org).
- LÖWY, Michael. “Ecosocialism, democracy and planification”, 2007 (apud www.europe-solidaire.org) .
- _____. *Ecologia e socialismo*. São Paulo, Cortez, 2005.
- MALVEZZI, Roberto. *Semi-árido: uma visão holística*. Brasília, CONFEA, 2007.
- OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. “Manfred Max-Neef e Herman Daly: dois economistas alternativos” - www.ihu.unisinos.br – 18/06/2010.



PNUMA. “Economia Verde precisa de 2% do PIB mundial” (www.unep.org.br – 17/11/2011).

RAUBER, Isabel. isabelrauber.blogspot.com , 22/08/2010.

SACHS, Ignacy. *A Terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

VEIGA, José Eli da. *Mundo em transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento*, Campinas, Armazém do Ipê, 2009.

WWF. “The energy report – 100% renewable energy by 2050”. www.wwf.org , out. 2010



Cidadania ativa, democratização e "crise civilizatória"

Cândido Grzybowski¹

I - O LUGAR CENTRAL DA CIDADANIA NA DEMOCRATIZAÇÃO

A democratização, em sua dimensão mais radical e substantiva, é a equalização pela ação política das assimetrias e desigualdades existentes na sociedade. Aí reside o seu enorme potencial transformador. Trata-se de um método de ação política, de busca do possível na diferença e oposição, resultando em um pacto histórico possível, um "pacto de incertezas" (PRZEWORSKI, 2000).

¹ *Sociólogo, Diretor-geral do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)*



Democracia é um processo antes de ser um fim. Ou, melhor, na democracia, os fins se buscam, se alcançam e são qualificados pelo método democrático, em um processo de construção coletiva, de disputa permanente, de ganhos e perdas relativas e nunca definitivas. Por isso, democracia gera um processo e ela mesma está em permanente construção, com seus avanços e recuos, crises e superações. A democratização é, nesse sentido, o processo possível em um momento dado. O modo democrático de ação política transforma as diferentes lutas sociais de forças destrutivas em forças de construção. Nesse sentido, reconhece e legitima as lutas, mas as submete aos princípios e regras democráticas (BOBBIO, 1986). A institucionalidade dada em um momento revela o “estado” da democracia e de sua legalidade. Mas tal institucionalidade é tensionada permanentemente por novas demandas legítimas, que dão origem à nova legalidade e à revisão da anterior.

A RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES E EXCLUSÕES

Estando em disputa permanente, a democracia adquire maior força transformadora quando seus sujeitos coletivos atuantes a tencionam no sentido de ser mais inclusiva, mais participativa, expressar melhor a múltipla diversidade que carregamos como membros dessa genial complexidade que é a sociedade. Ou seja, para superar as desigualdades e assimetrias nas relações econômicas, sociais e culturais, enfim, na vida, a democracia precisa, primeiro, equalizá-las no nível de poder político. Todas as relações na sociedade exprimem em graus e formas variadas relações de poder, que alimentam a dominação, a exclusão, a discriminação étnica, de gênero, o não respeito à diferença. Trazer os sujeitos que vivem tais relações para a arena política, segundo regras democráticas, com voz e poder a todos e todas, é a condição para a transformação delas mesmas. Isso se dá pela participação cidadã (GRZYBOWSKI, 2007).

Não é possível aqui aprofundar todo esse debate e seu enraizamento nos processos históricos reais da democratização brasileira. O certo é que o berço da democracia é a ação direta, na praça e na rua. Mas ela não se esgota aí. Democracia implica sempre mais participação e se confunde com participação. A qualidade da participação define, em última análise, a qualidade da própria democracia. Seja pelo voto, seja por meio de conselhos e fóruns, seja nas redes, nos movimentos, manifestações e campanhas públicas, sempre é e será a participação a condição definidora da radicalidade da democracia. A obra de Fábio Konder Comparato mostra isso com fundamento jurídico, aliado a um profundo conhecimento sociológico e a uma grande sensibilidade política (COMPARATO, 1989).

No que importa aqui, destaco a aposta na radicalização da democracia como engajamento possível. Aliás, foi isso que gestou esta monumental onda

de democratização no Brasil das últimas três décadas. A emergência de novos sujeitos coletivos e sua incidência na política foi fundamental. Não teríamos a democracia que temos não fossem essas forças (GRZYBOWSKI, 1997 e 2004). Hoje, porém, são visíveis os limites dessa onda democratizadora. Faz-se necessária uma nova, apostando mais fundo ainda na radicalização da democracia. Trata-se de contribuir para que quem ainda não tem voz e identidade como sujeito venha a emergir e participe da arena política, qualificando a disputa. Assim se gestará uma nova onda, um novo processo, para uma democracia mais substantiva.

A democracia radical se inspira nos princípios e valores éticos da liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação. Todos juntos e ao mesmo tempo, esses princípios e valores embasam o agir democrático, no qual a relação entre método de ação e fins se solda pela ética. Uma reflexão de grande atualidade a respeito é a do Betinho, que, como um dos fundadores do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), vem sendo o legado e a inspiração da própria atuação de nossa organização (SOUZA e RODRIGUES, 1994). Democracia radical tem como pressuposto a cidadania ativa guiada pelos princípios e valores éticos acima anunciados.

A CIDADANIA ATIVA

As mudanças fundamentais nas sociedades devem ocorrer no Estado/poder ou na economia/mercado, ou ainda nos dois ao mesmo tempo, como nos lembra Gramsci (GRAMSCI, 1981). Nas democracias, a força instituinte e constituinte dos processos que empurram o Estado e a economia provém da cidadania ativa. Por isso, nos processos de democratização, ocupa um lugar central a referência comum de cidadania por trás da diversidade de forças em que se dá a disputa.

Concebo “estado” da cidadania como o nível em que iguais direitos são referência para todos os membros da coletividade, independente de sua situação e condição. Meus direitos de cidadania são expressão de direitos iguais que devo reconhecer nos outros e nas outras. Direitos e responsabilidades cidadãos de todos e todas são os dois lados dessa relação política de igualdade, como relação compartilhada. Se não é assim, onde a existência de um direito implica a sua negação para os e as demais, tais direitos viram privilégios. Aliás, no Brasil, dada a nossa profunda cultura autoritária e patrimonialista, particularmente vinda dos “donos de gado e gente”, ainda nos defrontamos quase no dia-a-dia com privilégios virados direitos, por que estão em leis (ilegítimas, diga-se de passagem, mas leis) ou mesmo acima delas, garantidas pela força das armas. Temos até a figura de “direitos adquiridos”, uma aberração em si mesmo para qualquer situação de cidadania. Será que pode ser considerado direito o privilégio de viver de renda, sem nunca ter feito nada, por exemplo?

Mas, voltando ao cerne da questão, na perspectiva radical aqui definida, a cidadania é o direito fundamental de todas e todos, sem distinção, a ter



direitos (ARENDDT, 1988; OLIVEIRA, 1999 e BENEVIDES, 1991 e 2000). Reconhecer-se e agir como cidadão implica ver a si mesmo como titular de direitos e reconhecer a mesma condição em todos os demais, o que implica corresponsabilidade, balizada pelos princípios e valores éticos da democracia. Por isso, quem qualifica a democracia e empurra a democratização é a cidadania ativa e não o contrário.

No seio da sociedade civil mais militante no combate às desigualdades e às exclusões que ainda marcam profundamente a sociedade brasileira, adota-se o conceito prático, político e mobilizador de cidadania ativa. A inclusão e a maior justiça social dependem da cidadania ativa. Trata-se de um conceito síntese que contempla múltiplas determinações:

A situação real expressa nas condições de vida, de direitos de cidadania, direitos civis e políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (a cidadania vivida ou violada);

A disponibilidade e as condições de acesso aos direitos de cidadania garantidos pelas políticas públicas nas diferentes situações dadas (a cidadania garantida);

A consciência e a cultura dos direitos de cidadania (a cidadania percebida);

A organização social e a participação política para a inclusão plena na cidadania (a cidadania em ação).

II – MODELO DE DESENVOLVIMENTO E “CRISE CIVILIZATÓRIA”

Aqui entro no que considero a necessária mudança a ser feita na perspectiva da cidadania e da democracia. Enfrentamento das desigualdades sociais e da destruição ambiental, mais inclusão e sustentabilidade, requerem uma revisão profunda do desenvolvimento, tanto de seus fundamentos econômicos, políticos e tecnológicos, como dele como imaginário e ideal social a ser atingido. Retomo elementos de uma reflexão pessoal acumulada a respeito, já pública (GRZYBOWSKI, 2009a e 2009b).

CONTEXTO DE CRISE DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

A crise climática é a consequência mais evidente, mais imediata e mais ameaçadora do modelo industrial, produtivista e consumista em que se baseia a nossa economia e o modo de vida que levamos. Não se trata de algo conjuntural, mas de esgotamento de um sistema que tem como motor o ter e o acumular, ou seja, um desenvolvimento que tem como pressuposto básico o crescer, crescer mais, sem parar, sem respeitar limites naturais, tudo para concentrar riquezas. Como condição para desenvolver, não importa a destruição ambiental que

possa provocar, nem que a geração de riqueza seja, ao mesmo tempo, geração de pobreza, exclusão social, desigualdades de todo tipo. O aquecimento global e a crise do clima são, por isso, expressões de uma inviabilidade intrínseca desse desenvolvimento. Tanto do ponto de vista ambiental como social, não dá para tornar sustentável tal desenvolvimento.

No Brasil, vivemos a sensação de que a crise veio e já passou. Aliás, por meio dos indicadores econômicos e financeiros, quase diários, no mundo todo se tenta criar essa ideia de que o pior já era, de que a crise é coisa do passado. O problema é que ninguém lembra que os indicadores mais usados para avaliar a temperatura da economia são os mesmos que foram incapazes de anunciar a hecatombe financeira do segundo semestre de 2008. Pior, ninguém questiona as bases científicas e políticas do termômetro, como se ganho de especuladores – ou há outro nome para os operadores do cassino global em que virou a economia capitalista sob o jugo da lógica financeira? – fosse mais do que é: riqueza financeira acumulada independente da produção.

Mas, acima de tudo, cabe perguntar: é possível nos restringir a pensar a crise financeira para caracterizar o contexto de crise? Sem dúvida, a globalização econômica e financeira revelou-se uma espécie de desregulação em escala planetária em benefício da desenfreada acumulação de grandes conglomerados e bancos. A globalização e seu ideário neoliberal enfrentam as suas próprias contradições agora. O “outro mundo é possível” do Fórum Social Mundial se impôs como uma necessidade. Assim não dá mais, não vai longe. Querer consertar isso pode lhe dar uma sobrevida, mas o que a crise melhor mostrou foi a insustentabilidade dos processos desencadeados pela globalização em seu afã de submeter o mundo aos ditames da acumulação capitalista. Ou melhor, de forma mais radical e contundente, estamos diante da evidência de insustentabilidade intrínseca do modelo de desenvolvimento que temos. Quanta desigualdade social intra e interpovos gera essa globalização? Quanta destruição ambiental?

Por isso, para uma melhor avaliação do contexto da crise de um ponto de vista da cidadania é fundamental considerar a crise financeira, a crise ambiental e climática, a crise energética, a crise alimentar. A globalização econômica e financeira desgovernada e em crise é uma das pontas visíveis de uma grande crise larval, profunda, que põe em questão tanto estruturas e processos econômicos e políticos, como modos de pensar e agir. Estamos diante de uma incontornável crise da civilização técnico-industrial, produtivista e consumista, das bases da economia que temos e do modo de vida que levamos. Não considero a crise algo conjuntural.

Com tanta injustiça social e ambiental, com o “ciclo do desastre” em que se baseia essa economia e o poder que a sustenta, não dá para tornar sustentável tal desenvolvimento. Por sinal, qual é a prioridade da humanidade: são sociedades sustentáveis, de bem viver possível para todos e respeitando o ciclo regenerativo da biosfera, para nós e para as futuras gerações? Ou sustentabilidade desse



modo predatório de produzir e de viver, ambiental e humanamente falando, da civilização criada pelo crescimento que não pode ter limites?

Esse é o meu pressuposto para pensar a crise e o Brasil nela. Com 190 milhões de habitantes, dotado de um imenso território, responsável pela gestão de um importante patrimônio coletivo natural (água, minérios, terras agrícolas, biodiversidade, florestas, extenso litoral oceânico, com grandes reservas de petróleo) que influem no equilíbrio planetário, extremamente desigual e excludente, com cidades geradoras de favelas, de gente sem teto, sem água, sem saneamento, sem transporte decente, sem segurança, de imensos latifúndios e agronegócio produtores de sem terra, com racismo estrutural que se nega e dissimula, com crescente multinacionalização de suas empresas e influência na geopolítica regional e mundial, esse Brasil passa a ser considerado uma potência emergente. Aqui cabe logo a pergunta: estamos diante de um Brasil que busca ser sócio do clube (G8 expandido), para repor as bases de crescimento dessa economia e da dominação que ela supõe? Ou, um Brasil cunha de mudança das estruturas econômicas e políticas existentes, com a construção de uma nova governança mundial participativa, mas igualitária e simétrica entre os povos do planeta, favorável ao enfrentamento dos grandes desafios da mudança climática, da injustiça social e ambiental, da sustentabilidade?

Da crise, pelo velho termômetro do crescimento do PIB – que a ditadura do pensamento econômico dominante nos impõe – o Brasil até que vai saindo, volta a crescer. Mas que crescimento é esse? Um elemento básico é a retomada das exportações e o crescente papel no comércio e nas negociações mundiais. No entanto, basta olhar para essas exportações para ver o quanto isso é insustentável. O Brasil exporta e depende de *commodities*. Exportamos natureza em última análise. É emblemático que as nossas exportações de minério de ferro, com a Companhia Vale puxando, signifiquem a transferência sistemática, predatória, sem retorno, de uma montanha no coração da Amazônia para a China e alguns outros países.

O grande e dinâmico mercado interno é apontado como uma fortaleza do Brasil. Importantes segmentos da população se incorporaram a esse mercado nos anos recentes (geração de milhões de empregos nas cidades, aumento do salário mínimo, facilidades de crédito) e um colchão protetor aos mais pobres finalmente foi constituído (12 milhões de famílias no Bolsa Família). Pela primeira vez, esboçou-se uma tendência de redução da desigualdade extrema na renda, porém não o suficiente para nos tirar do grupo de países campeões em concentração de renda. Para esse mercado interno, o modelo de desenvolvimento é a continuidade retocada do velho, daquilo que no mundo todo mostra a sua insustentabilidade. É desse Brasil que a cidadania precisa? É esse o Brasil de que o mundo precisa e que nós, brasileiros e brasileiras, devemos e podemos construir?

Aqui, cabe qualificar melhor a minha perspectiva, as perguntas que faço. Reconheço que o Brasil mudou e valorizo tal mudança. Mas ela está se revelando

insuficiente, particularmente no contexto em que vejo a crise e o papel do Brasil. Com a democratização das últimas décadas, muitos problemas começaram a ser enfrentados. A começar pela própria institucionalidade, o Estado democrático de direito. O mínimo que se pode dizer é que o Brasil de hoje, com suas contradições, apresenta uma democracia em operação, com crescente participação. Aliás, do ponto de vista político, o Brasil talvez não tenha paralelo no mundo em termos de inclusão na cidadania política, de enraizamento e expansão de um tecido associativo, de sindicatos e movimentos sociais, de organizações comunitárias, de associações de cidadania, de redes e fóruns, de conselhos participativos.

Mesmo levando em conta que ainda quase a metade da população, das periferias urbanas e dos grotões no campo, não tem verdadeira identidade e voz, não se tornaram sujeitos coletivos com capacidade de incidência, há uma mudança substantiva na sociedade civil e na política que redefine muita coisa no Brasil de hoje. Basta lembrar aqui o feito dessa cidadania ao ter transformado Lula, um migrante, sindicalista industrial, com cara de povo, em presidente do Brasil. Isso explica não só uma voz mais legítima no cenário mundial, mas uma maior incorporação do “social” na política interna brasileira.

Esse Brasil em mudança – para mim, melhor do que considerar mudado – ainda está se revelando incapaz de enfrentar de forma radical as estruturas geradoras de desigualdade, as mesmas que geram a destruição ambiental. Pior, esse Brasil ainda é dominado pelo velho desenvolvimentismo e pelas forças que o sustentam, tudo justificado como condição de “progresso” para a sociedade. Aí reside a especificidade da crise no Brasil.

MUDAR MENTALIDADES E PRÁTICAS: IMAGINAR E CONSTRUIR UM NOVO PARADIGMA

Estamos diante de uma urgência e de uma radicalidade: aqui e agora, precisamos transformar nossos ideais, modos de pensar e os sistemas políticos, econômicos e técnicos que sustentam o desenvolvimento. A ruptura tem de ser total, de ponta-cabeça. Passar de uma civilização industrial e produtivista para uma biocivilização, comprometida com a vida no planeta, implica verdadeira revolução. Precisamos pensar em estilos de vida que dependam menos de carbono, usem menos matéria por unidade de produto e busquem a regeneração mais do que o consumo destrutivo atual.

A ruptura é espinhosa. O desenvolvimento está incrustado na gente, é um valor. Desenvolvimento lembra imediatamente progresso. E quem não quer progresso? O problema é que deixamos de discutir a qualidade de vida que nos traz o progresso. Quanto de lixo, poluição e destruição está associado a esse progresso! Basta lembrar aqui o carro, um dos protótipos atuais do modelo de desenvolvimento. As nossas cidades são desenhadas para eles e não para nós, cidadãs e cidadãos. E,



no entanto, quase não andamos por conta dos monumentais engarrafamentos. Será que para viver bem precisamos sempre de mais? Ter mais e mais bens, trocando sempre porque estragam logo (feitos para não durar) ou pela compulsão, que o ideal nos impõe, de adquirir o último modelo. Isso só gera destruição em todo o ciclo, da extração das matérias-primas ao lixo onde jogamos os bens em desuso. Já paramos para pensar quem está ganhando nessa história?

Não há dúvida de que existem enormes necessidades não atendidas. Muita gente tem seus direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais não atendidos. Grupos e povos inteiros estão condenados à exclusão, miséria, fome, pobreza, privações de todo tipo. Mas por quem e como isso é gerado? Quanto mais se desenvolve o mundo na base desse modelo – como agora com a globalização ficou mais evidente ainda –, mais e mais desigualdade se gera. Apenas 20% da humanidade consomem mais de 80% dos recursos naturais e dos bens e serviços produzidos por esse sistema. E o pior é que se fosse generalizá-lo para atender a todos os seres humanos, aí faltaria planeta, faltariam recursos naturais!

Impõe-se uma grande revolução de mentalidades e de sistema de valores. Precisamos superar a ideologia do progresso e voltar a colocar no centro a justiça social e ambiental com a ideia de bem viver para todas as pessoas. Começemos disputando sentidos e significados do desenvolvimento que nos é dado como salvação. Há uma ditadura de pensamento econômico no debate e nas decisões políticas, como se nada pudesse ser feito sem crescimento econômico como condição prévia. Na visão economicista dominante, considerações ambientais e sociais são custos, e não bases em que se assentam as próprias sociedades. Repolitizar tudo é a palavra. Trata-se de submeter o econômico e o mercado, a ciência e as técnicas, as estratégias de desenvolvimento, a uma filosofia de vida que vê os seres humanos como parte intrínseca do meio natural e em íntima interação com todos os seres vivos, em sua biodiversidade, seus territórios.

Estamos diante da necessidade de um novo paradigma ético, analítico e estratégico para iniciarmos aqui e agora a mudança. Precisamos de uma infraestrutura mental, de uma revolução cultural como diria nosso Betinho, que reponha tudo no lugar, o lugar da vida, da natureza, das ideias, de nossa enorme capacidade coletiva de criar, de inventar. Ponhamos isso tudo a serviço de um reencontro entre nós mesmos, seres humanos, com a diversidade do que somos e do que sabemos fazer e criar. Mas nosso reencontro, também, precisa ser com o meio ambiente do qual sugamos a vida e do qual somos parte integrante.

Mas o fundamental é estarmos convencidos de que outro mundo é possível. A dúvida só retarda a ação efetiva. Pior, permite que sejamos presas fáceis de um falso discurso sobre a necessidade de agredir o meio ambiente para desenvolver, para resolver nossos gritantes problemas sociais. Uma coisa é encarar nossas necessidades inadiáveis, outra é confundir isso com apoio aos grandes conglomerados econômicos e financeiros para que tratem do problema. Isso vai

das grandes hidrelétricas ao agrocombustível, do desmatamento para criação de bois e dos grandes desertos verdes para celulose ao apoio às grandes empreiteiras porque criam empregos. Nenhuma ação política de mudança poderá acontecer se nós, cidadãos e cidadãs, não acreditarmos que ela pode e precisa acontecer e se não quisermos que aconteça. Sobre a mudança de paradigma, a bola está com a cidadania. Está em nossas mãos a possibilidade de o Brasil agir diferentemente, nós que somos detentores de um dos maiores patrimônios naturais da humanidade.

III – PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E CONTROLE SOCIAL

Nesta parte, proponho voltar ao aqui e agora, pois o amanhã se decide a partir de hoje. Nesse sentido, trata-se de examinar mais de perto o campo das lutas da cidadania e ver como a sociedade vai se colocando problemas e os vai resolvendo. O pano de fundo das lutas da cidadania que aqui considero é a grande diversidade de formas de se organizar em sujeitos coletivos e de agir: movimentos sociais, sindicatos, associações, grupos comunitários, organizações de cidadania ativa, redes, coalizões, plataformas, fóruns; sua inserção local, nacional, regional ou mundial; suas visões, demandas e propostas, com suas convergências e divergências; sua capacidade variável de incidência política, seja no debate público, no imaginário social e cultural, na definição de agendas, como nas instâncias de poder e das políticas públicas, sem esquecer o que representam como condicionante da atuação das empresas e do funcionamento da economia.

Enfim, o terreno da sociedade civil, campo por excelência de emergência e ação cidadã, é eivado de contradições, encontros e desencontros, de tensões que podem ou não virar lutas cidadãs concretas, dependendo das conjunturas políticas. É desse campo que brotam as possibilidades da democracia e da democratização. Faz-se necessário ter sempre presente tal pressuposto nas democracias.

É próprio da cidadania ativa, por definição, participar e exercer o controle social de qualquer campo que diz respeito à vida coletiva. Mas é da natureza da participação e do controle social serem campos centrais da disputa em uma democracia. Portanto, se o controle social brota de demandas das lutas sociais, o efetivo controle público e político, porém, será resultado, em última análise, das relações de força e dos pactos políticos. São grandes movimentos cidadãos, irresistíveis, que criam o clima político adequado para decisões fundamentais no campo da promoção de direitos e do controle social. O Estado democrático, com seu poder e suas instâncias, cria leis e normas e define sistemas de regulação, mas não por virtude própria e sim empurrado pelas lutas sociais. Existem, sem dúvida, modelos de regulação de diferentes campos de atividade, mas sua adoção, legitimidade e efetividade se definem na luta democrática.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah (1988). *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1988.
- BAWENS, Michel (2009). Open everything mindmap. *Politics*. Rio de Janeiro, n. 5, p. 08-15, nov. 2009.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita (1991). *A Cidadania Ativa*. São Paulo: Ática, 1991.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita (2000). *Os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/vdletras3/vitoria.htm>>. Acesso em: 20 abri. 2010.
- BOBBIO, Norberto (1987). *Futuro da Democracia: Uma defesa das regras de jogo*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CALAME, Pierre (2009). *Essai sur l'Oeconomie*. Paris: FPH, 2009.
- COMPARATO, Fábio Konder (1989). *Para Viver a Democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- FREIRE, Paulo (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FORD, Heather (2009). Cultura aberta. *Politics*. Rio de Janeiro, n. 5, p. 02-07, nov. 2009.
- FÓRUM (2010). *FÓRUM SOCIAL MUNDIAL CIÊNCIA E DEMOCRACIA*. Paris, 2010. Disponível em: <<http://fm-sciences.org/>>. Acesso em: 26 abr. 2010.
- GANDRA, Ives (2000). *O princípio ético do bem comum e a concepção jurídica do interesse público*. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina>>. Acesso em: 20 Abri. 2010.
- GOLDIM, José Roberto (2002). *O Princípio da Precaução*. Disponível em: <www.ufrgs.br/bioetica>. Acesso em: 20 Abri. 2010.
- GRAMSCI, Antônio (1981). *Concepção Dialética da História*. 4 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- GRZYBOWSKI, Cândido (1997). Pressão Política, Mobilização Social, Lobbying. In: EZE (Org.). *América Latina: entre el desencanto y la esperanza*. Bogotá: Viva la Ciudadania, 1997.
- GRZYBOWSKI, Cândido (2004). Democracia, sociedad civil y política em América Latina: notas para un debate. In: PNUD. *La Democracia em América Latina: Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Alfaguara, 2004.
- GRZYBOWSKI, Cândido (2007). *Possibilidades e Limites da Participação Cidadã*. Contribuição ao Seminário Internacional. “Participación Ciudadana y Empoderamiento de la Sociedad Civil”, Santiago do Chile, 18 y 19 octubre de 2007.
- GRZYBOWSKI, Cândido (2009a). Mudar mentalidade e práticas: um imperativo. *Democracia Viva*. Rio de Janeiro, n. 43, p. 58-62, set. 2009.

- GRZYBOWSKI, Cândido (2009b). *Contexto de Crise: Desafios para a cidadania e a democracia*. Contribuição ao Fórum “El Impacto de la Crisis Económica y Social em la Gobernabilidad Democrática de América Latina e el Caribe”, Montevideo, 26 e 27 de octubre de 2009.
- GRZYBOWSKI, Cândido (2010). Fórum Social Mundial, a construção de um outro mundo possível. *Democracia Viva*. Rio de Janeiro, n. 44, p. 66-75, jan. 2010.
- HELFRICH, Silke (2008). *Genes, Bytes y Emisiones: Bienes Comunes y Ciudadanía*. México: Fundación Heinrich Boll, 2008.
- JONAS, Hans (2006). *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC, 2006.
- MANDER, Jerry (2007). *Manifesto on Global Economic Transitions*. San Francisco: International Forum on Globalization, 2007.
- OLIVEIRA, Chico (1999). *O que é formação para cidadania?* Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/coliveira.htm>>. Acesso em: 20 Abri. 2010.
- SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla (1994). *Ética e cidadania*. São Paulo: Editora Moderna, 1994.
- PRZEWORSKI, Adam (2000). *Democracy and Development: Political regimes and material well-being in world, 1950-1990*. New York: Cambridge University Press. 2000.



Sociedade Civil na América Latina: conjuntura atual e perspectivas¹

Lilian Celiberti²

*“Somos diferentes, nada de lo que se espera,
como una naranja con sabor a pera.
No somos clones, no somos imitaciones,
hoy vinimos a hacer lo que no se supone,
contar un cuento sin narrativa,
tirar el cielo patas pa’ arriba”.*

“Vamos a Portarnos mal” – Calle 13

No atual contexto de crise capitalista, a possibilidade de avançar em novas concepções de organização da vida em comum supõe percorrer um

¹ Documento escrito para apresentação no Seminário Abong 20 anos.

² Feminista e ativista política uruguaia.



caminho de rupturas teóricas, descolonizações e questionamentos simultâneos ao etnocentrismo, ao patriarcado, à heteronormatividade. Abrem-se, portanto, diálogos e confrontações que colocam no debate político tanto os discursos como as práticas políticas. O desafio do pensamento crítico é produzir e construir novas categorias teóricas a partir de uma polifonia crítica, que podemos-deveremos encarar e debater sem preconceitos, com imaginação criativa e crítica.

AMÉRICA LATINA: O IMPULSO E O FREIO³

Nos últimos anos, foram geradas mudanças significativas no contexto da América Latina. A emergência de novas lideranças políticas em alguns países coloca no discurso público propostas e reivindicações de setores historicamente excluídos. Experimentam-se caminhos pós-neoliberais que voltam a colocar na agenda um horizonte de maior protagonismo do Estado no combate às desigualdades, o que abre espaço para um novo protagonismo dos movimentos sociais.

Essas mudanças, tanto simbólicas quanto concretas, criaram um difícil e contraditório processo de transformação política que coloca em debate as relações entre Estado, sociedade e mercado, com o objetivo explícito de desfazer os efeitos lacerantes da década neoliberal na região. Essas mudanças nas elites políticas expressam as expectativas das sociedades e dos movimentos sociais, e colocam na agenda pública, ainda com matizes e tensões, uma nova concepção de direitos, incluídos os direitos da “mãe terra”.

As conquistas e mudanças na institucionalidade democrática estabelecem um amplo campo de disputa sobre as formas de articular o ecológico, o econômico, o social, e o cultural. Disputas que colocam no cenário político concreto as seguintes questões: quais são as vozes autorizadas a participar do debate público? Quem são os sujeitos que podem decidir as agendas públicas? Até onde chega o sistema democrático? Muitos discursos políticos se esvaziam de conteúdo quando se trata de responder a essas perguntas.

A marcha dos indígenas do TIPNIS, na Bolívia, questiona a real plurinacionalidade da Constituição Boliviana. A criminalização do protesto social é um indicador das disputas de legitimidade que o discurso de direitos trouxe ao cenário público. Um governo como o de Evo Morales, na Bolívia, fez uma das contribuições mais desafiantes e inovadoras para a experimentação social e institucional ao consagrar o Estado plurinacional e os direitos da mãe terra, mas enfrenta, em todos os meios de comunicação, uma marcha indígena de pés descalços, de vozes silenciadas e proscritas, com acusações de todo tipo, criminalizando-os por se oporem à construção de uma estrada que atravessa um parque nacional.

“A América Latina e a população ‘indígena’ ocupam um lugar basal, fundamental, na constituição e na história da Colonialidade do Poder. Daí vem seu atual lugar e papel

³ “El impulso y su freno” nome de um texto clássico de Carlos Real de Azúa, Banda Oriental, 1964.

na subversão epistêmica/teórica/histórica/estética/ética/política desse padrão de poder em crise, implicada nas propostas da Colonialidade Global do Poder e do Bem Viver⁴ como uma existência social alternativa”. (Quijano; 2011)

A evolução dessa “transição paradigmática” depende de como se desenvolvem os diferentes eixos conflituosos em que ela se expressa, tanto étnicos, regionais, culturais como de classe (Santos, 2010, pp. 130). É um terreno de extrema complexidade, já que supõe pôr em jogo práticas políticas e institucionais novas, que desenvolvem ao mesmo tempo a capacidade crítica e o fortalecimento de um amplo espectro de sujeitos políticos. Esse último aspecto resulta crucial já que interpela sobre quem são os sujeitos das mudanças, que legitimidade têm essas vozes e suas demandas. O conflito desse processo se joga na ampliação ou no fechamento do espaço de ação para esse amplo espectro de protagonistas.

Com o protagonismo de novos sujeitos políticos surgem demandas e propostas que abrem a possibilidade de questionar radicalmente a colonialidade do poder e de refundar o Estado. Luis Tapia diz que os movimentos sociais tiveram a capacidade de abrir o tempo histórico. *“O tempo histórico se abre quando há o controle das condições naturais da vida social ou do processo de produção-reprodução social do espaço; isso implica tanto a abertura do espaço público, como a instauração de um espaço público que não seja meramente representativo”* (2011:132).

No entanto, as tensões e os conflitos em torno da arquitetura do poder poderiam correr o risco, segundo o mesmo autor, de fechar esse horizonte, privilegiando uma concentração do político no Poder Executivo e reduzindo a plurinacionalidade mais a um lema do que a um experimento complexo e de difícil trânsito, mas aberto ao exercício de práticas libertárias.

Essas tensões e esses conflitos, com diferentes intensidades, fazem parte do pano de fundo das tensões que atravessam as organizações da sociedade civil que buscam promover o protagonismo de amplos setores na definição da coisa pública.

O grupo musical Calle 13 nos convida a que nos comportemos mal, a sermos laranja com sabor de pera, a colocar a irreverência e o inconformismo com a desigualdade como parâmetro e indicador de nosso papel na sociedade.

Gudynas assinala que *“os governos progressistas valorizam positivamente as exportações de matérias-primas. Seu aumento é apresentado como um de seus êxitos, e eles defendem ativamente meios para incrementá-las ainda mais. Mesmo no presente contexto de crise, em vários países se sustenta que um dos remédios para as restrições econômicas atuais é promover um novo salto nas exportações de commodities. Portanto,*

⁴ Anibal Quijano em: www.paradigmasalternativos.org, destaca que: “Bem Viver” é, provavelmente, a formulação mais antiga na resistência “indígena” contra a Colonialidade do Poder. Foi, notavelmente, cunhada no Vice-Reino do Peru, por nada menos que Guaman Poma de Ayala, aproximadamente em 1615, em sua **NOVA CRÔNICA E BOM GOVERNO**. Carolina Ortiz Fernández foi a primeira a chamar a atenção sobre esse feito histórico: **“Felipe Guaman Poma de Ayala, Clorinda Matto, Trinidad Henríquez y la teoría crítica. Sus legados a la teoría social contemporánea”**, Em YUYAYKUSUN, No. 2, Universidad Ricardo Palma, dezembro 2009.



as metas de exportação se transformaram em um fator promotor chave da manutenção e da expansão do extrativismo. O êxito exportador e a busca de investimentos estrangeiros se converteram nos dois pilares chaves das estratégias econômicas do progressismo. Enquanto o velho extrativismo apontava para as “exportações” ou para o “mercado mundial”, os governos progressistas substituíram esse discurso por um que aponta para a “globalização” e para a “competitividade” (Gudynas, 2008: 196).

Analisar e debater essas perspectivas constitui um ponto de partida necessário para que as enormes expectativas e apostas nas mudanças não sejam novamente frustradas em uma região rica em tradições e lutas, inovações e experimentações.

Uma das principais transformações das últimas décadas reside precisamente no deslocamento dos limites da “política”, o que tem implicado uma verdadeira reestruturação do campo político. As lutas sociais protagonizadas por sujeitos em movimento têm feito transbordar o “político” para fora das estruturas e hierarquias formais (parlamento, estruturas governamentais), gerando demandas que modificam a agenda pública e levam os debates políticos a ruas e barricadas, assembleias e comunidades. Mas esse transbordamento não alude exclusivamente ao lugar do debate, refere-se também aos temas da política; o etnocentrismo, o patriarcado, a heteronormatividade, transbordam e subvertem a concepção liberal da política e irrompem na voz de novos atores e movimentos que transformam “ausências em presenças” (de Sousa 2006). A ação dos movimentos criou os espaços para o surgimento de “*uma contra-hegemonia que alimenta novos marcos de sentido, (...), novas formas de interrogar a realidade, o que implica uma emancipação de esquemas de interpretação ideologicamente arcaicos (monoculturais, racistas, sexistas, homofóbicos, belicosos, etnocêntricos, antropocêntricos, masculinizados, etc.) e implica responder às novas exigências democráticas que essas novas perguntas colocam*” (Vargas 2010: 50).

QUE PAPEL AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PODEMOS-DEVEMOS JOGAR?

Na assembleia mundial realizada em Istambul, em 2010, as organizações da sociedade civil definiram os princípios que devem reger suas ações. Esses oito princípios deveriam definir um campo de atores diferenciado de uma diversidade muito ampla de organizações, incluídas aquelas criadas para terceirizar serviços do Estado e servir para a canalização de recursos de forma ilícita. São eles:

1. Respeitar e promover os direitos humanos e a justiça social;
2. Incorporar a equidade e a igualdade de gênero ao mesmo tempo em que se promovam os direitos das mulheres e das meninas;
3. Centrar-se no empoderamento, na apropriação democrática e na participação de todas as pessoas;
4. Promover a sustentabilidade ambiental;

5. Praticar a transparência e a prestação de contas;
6. Estabelecer parcerias equitativas e solidárias;
7. Criar e compartilhar conhecimentos e se comprometer com o mútuo aprendizado;
8. Comprometer-se com a conquista de mudanças positivas e sustentáveis.

Como podemos ver, nesses princípios faltam alguns pontos substanciais, entendendo que não basta proclamar os direitos humanos como suporte da ação das ONGs se queremos constituir um campo de atores comprometidos com a luta por uma sociedade sem exclusões. As lutas contra o racismo e a heteronormatividade são campos transversais para a politização da agenda. Inclusive em organizações tão diversas e plurais como as nossas.

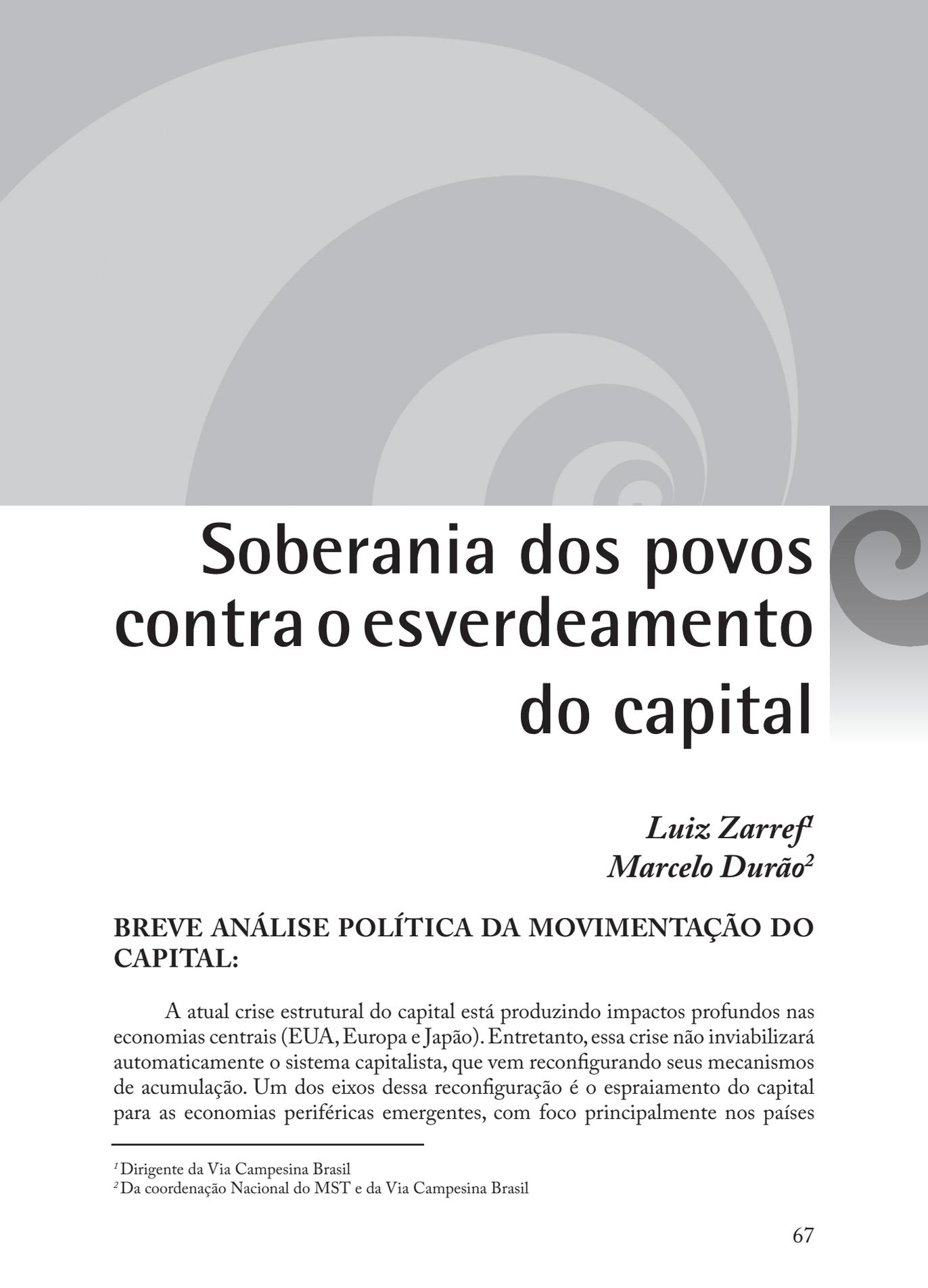
Porque como diz Judith Butler “*a transformação social não ocorre simplesmente por uma concentração massiva a favor de uma causa, mas sim precisamente através das formas em que as relações sociais cotidianas são rearticuladas e novos horizontes conceituais são abertos por práticas anômalas e subversivas*”³.

REFERÊNCIAS

- AZÚA, C. R. *El impulso y el freno*. Banda Oriental, Montevideo, 1964.
- GUDYNAS, E; GUEVARA, R; ROQUE, F. (Coord.) *Heterodoxos: Tensiones y posibilidades de las políticas sociales en los gobiernos progresistas de América del Sur*. CLAES. Montevideo, 2008.
- BUTLER, J; LACLAU, E; ZIZEK, S. *Contingencia, Hegemonía, Universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda*. FCE. Buenos Aires, 2003
- QUIJANO, A. “¿Buen vivir?: Entre el “Desarrollo” y la Descolonialidad del Poder”. 2010. Disponible en: www.paradigmasalternativos.com
- SANTOS, B. S. *Conocer desde el Sur: para una política emancipadora*. Lima: Universidad Nacional de San Marcos y PDTG. 2006.
- _____. *Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*. PDTG-IIDS. Lima, 2010.
- TAPIA, L. *Movimientos sociales: Cierres y aperturas del tiempo histórico*. In: VARGAS, G., DAZA, M.; HOETMER, R (eds.). **Crisis y movimientos sociales en nuestra América: Cuerpos, territorios e imaginarios en disputa**. Programa Democracia y Transformación Global. Lima, 2011.
- VARGAS, V. *Pistas para pensar algunas dimensiones de una nueva hegemonía*. Reflexiones colectivas, escrituras horizontales. Articulación Feminista Marcosur. AFM. Montevideo, 2010.

³ Judith Butler, 2003 P. 20





Soberania dos povos contra o esverdeamento do capital

*Luiz Zarref¹
Marcelo Durão²*

BREVE ANÁLISE POLÍTICA DA MOVIMENTAÇÃO DO CAPITAL:

A atual crise estrutural do capital está produzindo impactos profundos nas economias centrais (EUA, Europa e Japão). Entretanto, essa crise não inviabilizará automaticamente o sistema capitalista, que vem reconfigurando seus mecanismos de acumulação. Um dos eixos dessa reconfiguração é o espraiamento do capital para as economias periféricas emergentes, com foco principalmente nos países

¹Dirigente da Via Campesina Brasil

²Da coordenação Nacional do MST e da Via Campesina Brasil



conhecidos como BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Grandes projetos de estruturação desse capital estão em curso nesses países, e definirão também as formas como a acumulação capitalista se dará nos outros países periféricos.

Os antigos mecanismos de industrialização, exploração da mais valia urbana e avanço do agronegócio estarão no centro da expansão do capital nesses países. Entretanto, há um elemento comum a eles que não será descartado nesse novo período: as áreas naturais e os territórios dos povos do campo. A leitura da Via Campesina sobre a Rio+20, e as últimas disputas nas convenções de diversidade biológica (CDB) e mudanças climáticas (UNFCCC), é de que o capital está se organizando para se apropriar desses territórios e transformar a natureza em uma série de mercadorias.

No Brasil, por exemplo, temos cerca de 220 milhões de hectares em Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Somando-se aí as áreas das comunidades tradicionais, quilombolas e camponesas, que possuem expressivas áreas conservadas, chegamos a mais de um quarto de todo o território nacional onde o capital ainda não possui mecanismos de acumulação. Essa realidade se repete na imensa maioria dos países do Sul e da Ásia, o que se apresenta como um potencial flanco de expansão do capital em crise.

Não é possível pensar que no atual nível de voracidade e de crise do capital essa imensidão de território seja desprezada. Muitas são as possibilidades de exploração dessas áreas naturais conservadas. Em um primeiro momento, poderão realimentar o capital financeiro, por meio de papéis de carbono ou de biodiversidade, negociados e especulados em bolsas de valores. Mas, em um passo posterior, poderão adentrar sobre esses territórios (uma vez que eles já estarão comercializados), para realizar a acumulação primitiva sob várias formas: roubo do conhecimento tradicional associado à biodiversidade dessas áreas, roubo de minérios e madeiras, etc.

É a esse novo flanco de expansão do capital que se convencionou em chamar de Capitalismo Verde. Para a Via Campesina, apesar da qualificação “verde”, estamos falando do mesmo capitalismo de sempre, com a mesma necessidade de geração de lucro a partir da mais valia e da acumulação primitiva. É o mesmo capital que explora o petróleo, os minérios, que expande as indústrias automobilísticas, farmacêuticas e tantas outras. Mas é uma face do capital que busca enganar o planeta, em um momento que a crise ambiental pode colocar em cheque a sua hegemonia. É uma face que se apresenta como ética, preocupada com o planeta, mas que no fim é apenas uma fachada para o mesmo de sempre.

Ao observarmos as convenções ambientais da ONU, é possível identificar uma estratégia bem definida de regulamentação desse novo flanco de expansão do capital. É possível identificar claramente os alicerces da tese capitalista que será defendida na Rio+20.

AS CONVENÇÕES DA ONU E SEU ATRELAMENTO AO PROJETO POLÍTICO DO CAPITAL:

As convenções ambientais jamais chegaram a consensos consistentes. Entretanto, a Rio 92 possibilitou alguns importantes avanços, colocando a questão ambiental no âmbito da relação sociedade-Estado. Definiram-se questões importantes como o Princípio da Precaução e a criação das três convenções que ocorrem até os dias atuais: Desertificação; Diversidade Biológica (CDB); e Mudanças Climáticas (UNFCCC). Todas as três deveriam criar uma governança global sobre o meio ambiente, ao mesmo tempo em que responderiam às alterações ambientais que ocorressem ao longo dos anos.

CONVENÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS:

A principal pauta dessa convenção foi a definição, por parte dos países, de metas de redução de emissões de gases efeito estufa (GEE). Apesar da pressão dos movimentos e de várias organizações, os instrumentos para essa redução foram propositalmente vagos e com um progressivo atrelamento ao mercado. A partir do Protocolo de Quioto (1997), criaram-se mecanismos importantes para a entrada do mercado nesse espaço, como os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Sequestro de Carbono.

Apesar do fracasso dessas falsas soluções, o interesse do capital se consolidou cada vez mais nas convenções seguintes. Nas convenções de Copenhagen (2009) e de Cancun (2010), o que se viu foi o império das propostas do capital e a derrota de toda a agenda popular, que estava sintetizada na proposta boliviana dos direitos da Mãe Terra. Ambas as convenções não debateram as mudanças climáticas, mas sim serviram como grandes feiras internacionais do capitalismo esverdeado.

Muitos são os instrumentos do capital para transformar as mudanças climáticas em um flanco de maior acumulação. O investimento massivo em novas fontes de energia, como eólica, geotérmica, hidrelétrica, fortalece transnacionais como Siemens e General Electric e abandona o debate sobre a destinação dos atuais 15 terawatts produzidos anualmente, que na realidade alimentam indústrias predatórias de commodities. O desenvolvimento de espécies transgênicas resistentes às alterações do clima, como seca ou maior intensidade de chuva. A criação de um fundo internacional para o clima, atrelado ao Banco Mundial, que endividará os países a partir da obrigação de implementarem as falsas soluções.

Entretanto, o principal instrumento que vem sendo trabalhado é a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). Esse mecanismo pretende transformar as florestas em áreas de compensação da poluição de outros países, pagando valores por toneladas de carbono que supostamente seriam “sequestradas” pelas florestas. Apenas essa intenção já deve ser rechaçada, uma



vez que é absurdo permitir que as florestas limpem a sujeira feita pelo Norte, além de sabermos que essas toneladas apenas legitimarão um aumento velado das emissões. Porém, o principal problema desse instrumento reside na possibilidade de apropriação dos territórios dos povos da floresta e do campo, uma vez que as empresas que pagam pelo REDD passam a ter direitos contratuais sobre o “carbono sequestrado”, que nada mais é do que toda a biomassa que ali está.

CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA:

Essa convenção historicamente foi um espaço voltado às pautas da sociedade. Importantes regulações e proibições de tecnologias transgênicas (como o Terminator e as Árvores transgênicas) foram conquistadas na CDB. Entretanto, nos últimos quatro anos, ocorreu um forte atrelamento da CDB às empresas, que teve seu ponto mais forte em 2010, na convenção em Nagoya (Japão).

A pedido do G7, um economista da diretoria de mercados futuros do Deutsche Bank defendeu um estudo chamado *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* (TEEB - A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade). De forma resumida, esse instrumento quantifica monetariamente todas as relações ecossistêmicas, desde a beleza cênica até a polinização das abelhas. A partir de uma padronização dessa metodologia, será possível transformar em mercadoria toda a natureza, indo muito além do sequestro de carbono.

Diversas reuniões vêm ocorrendo em vários países do mundo para se criar as regulamentações nacionais para a consolidação desse mecanismo. Aproveita-se da tradicional pauta dos povos do campo e da floresta, que historicamente exigiram o pagamento pelo uso sustentável que fazem da biodiversidade, e colocam uma cortina de fumaça chamada “Pagamento de Serviços Ambientais”, que não responde à pauta popular, mas sim à mercantilização da natureza.

RIO +20: A TESE CAPITALISTA AVANÇANDO SOBRE A NATUREZA DOS POVOS:

Diante do avanço orquestrado do capitalismo dentro da CDB e da UNFCCC (e do descaso com a convenção sobre desertificação, de onde não foi possível, ainda, extrair mecanismos para a acumulação capitalista), há uma clara intencionalidade na Rio+20, conferência que vai celebrar os 20 anos da Rio 92 e que reunirá todas as convenções sobre meio ambiente. A proposta é unir os caminhos trilhados em cada uma das convenções paralelas e lançar para o mundo a síntese das falsas soluções: a Economia Verde.

O objetivo central é trocar o Estado, tão presente na Rio 92, pelo mercado na mediação sobre os bens comuns e os territórios. Com o discurso de que a crise climática e ambiental é urgente e de que os Estados são lentos, corruptos e

obsoletos, o capital busca enganar o mundo e consolidar esse novo flanco de sua expansão.

O último documento apresentado pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) para a Rio+20 chega a ser escandaloso. Considera que *“o caminho do desenvolvimento deve manter, aprimorar e, quando possível, reconstruir o capital natural como um bem econômico crítico”*. E vai além: *“Uma economia verde, com o passar do tempo, cresce mais rapidamente do que a economia marrom, enquanto mantém e restabelece o capital natural (...). Um cenário de investimento verde de 2% do PIB mundial proporciona um crescimento a longo prazo, entre 2011-2050”*. Ou seja, além de defender que a tal economia verde deve servir para a continuidade da acumulação capitalista, defende que 98% do PIB continue atrelado ao tradicional sistema de acumulação capitalista que vem levando nosso planeta ao colapso. Corroborar, portanto, nossa leitura de que são falsas soluções para os povos e para o planeta, mas reais soluções para um capitalismo em crise.

Por último, o atrelamento da Rio+20 aos interesses do mercado fica ainda mais claro quando o texto defende a relação dessa conferência com a OMC: *“As negociações atuais da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio oferecem a oportunidade de promover uma economia verde. Uma conclusão bem sucedida dessas negociações poderia contribuir para a transição para uma economia verde”*.

Ou seja, as propostas a serem defendidas na Rio+20 estão em clara oposição às reais e necessárias mudanças que devem ocorrer nas relações de produção, bem como confrontam a ideia de soberania dos povos. Ao mercado, tudo.

A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

A partir dessa leitura política, a Via Campesina tem buscado se organizar com os grupos políticos que possuem uma visão anticapitalista e contrária à mercantilização da natureza. É importante uma frente ampla, que articule organizações do campo e da cidade e que demonstre que as verdadeiras soluções para o colapso ambiental estão junto à agricultura camponesa, à reforma agrária e urbana e à justiça social.

Não será tarefa simples questionar o esverdeamento do capitalismo durante a Rio+20. Sendo uma modalidade dos megaeventos, a Rio+20 contará com um aparato repressivo muito forte, que estará em treinamento na cidade do Rio de Janeiro para se preparar para a Copa do Mundo (2014) e para as Olimpíadas (2016). Contará também com uma massiva propaganda, que buscará associar a economia verde ao combate à fome e à miséria. Portanto, utilizará diversos aparelhos do Estado para avançar na construção da hegemonia desse novo flanco.

Por isso, os movimentos e as organizações populares devem buscar uma estratégia comum de: I) Denunciar a maquiagem verde do capitalismo e seus novos instrumentos, como REDD, Biologia Sintética e outros; II) Debater com



a sociedade as reais causas da crise ambiental, atrelando-a às outras facetas da crise estrutural do capital (financeira, alimentar, energética, etc.); III) Reafirmar as verdadeiras soluções à crise: agricultura camponesa, agroecologia, economia solidária, soberania energética.

A partir dessa análise de que o capitalismo verde irá avançar justamente sobre os países onde os povos do campo e da floresta ainda estão em seus territórios, temos a clareza de que é fundamental bloquearmos esse flanco do capital imediatamente. Contra a globalização do capitalismo, que quer devorar nossa natureza e roubar nossos territórios, devemos globalizar a nossa luta. Devemos dar uma mensagem clara ao mundo contra as falsas soluções, defendendo a Mãe Terra, a agricultura camponesa e a soberania dos povos.

GLOBALIZEMOS A LUTA, GLOBALIZEMOS A ESPERANÇA!

Experiências de economia solidária como estratégias de um outro desenvolvimento

Por Débora Rodrigues¹ e Damien Hazard², com apoio de Bruna Hercog³, Associação Vida Brasil

Existe hoje, no Brasil, uma diversidade de experiências coletivas de geração de renda, representadas em empreendimentos econômicos coletivos, organizados sob a forma associativista ou cooperativista, e orientadas pelos princípios da autogestão, da democracia e da solidariedade. É a chamada economia solidária que tem se apresentado como forma de organização da produção, da comercialização, do consumo e das finanças solidárias, e que traz em sua essência não apenas os aspectos econômicos, mas também valores e práticas que permitem a reconstrução

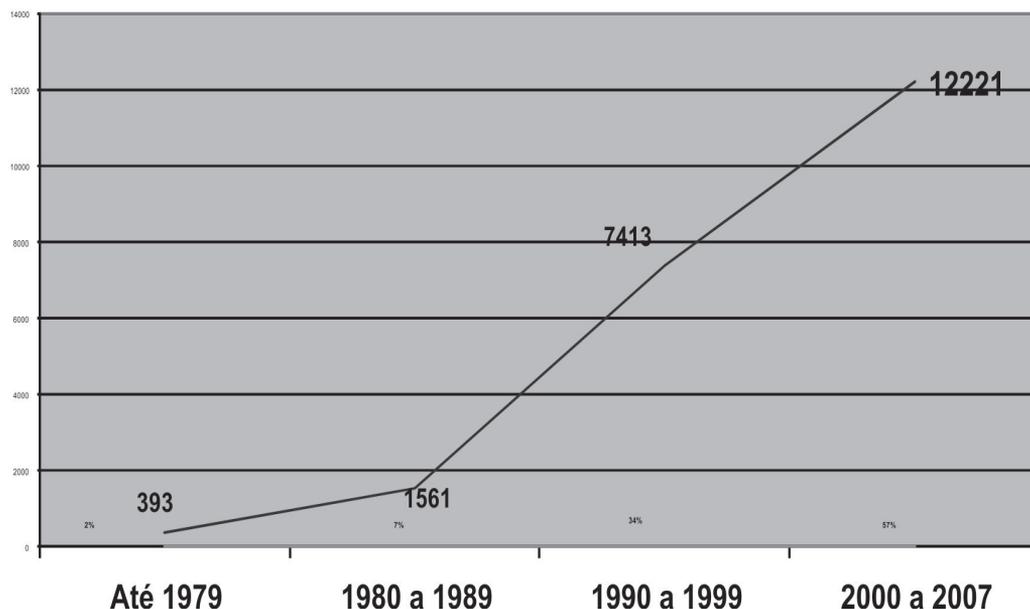
¹ Coordenadora do programa de Geração de Renda e Economia Solidária da Vida Brasil e Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Escola de Administração da UFBA.

² Coordenador geral da Vida Brasil em Salvador, Bahia, e Mestre em Economia Internacional e do Desenvolvimento.

³ Assessora de comunicação da Vida Brasil e jornalista.

dos sujeitos sociais. Na realidade, a economia solidária é uma prática de caráter eminentemente político, em uma ideia de processo permanente de transformação da realidade social pela ação econômica e política de trabalhadoras e trabalhadores.

Nas últimas décadas, as práticas de economia solidária multiplicaram-se no território brasileiro. Os dados do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), como resultado do mapeamento de economia solidária no Brasil, retratam a sua expansão recente.



Eixos do gráfico: Número de empreendimentos X Décadas

TABELA I: EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Fonte: SIES 2005/2007

Existiam em 2007⁴, no Brasil, 1.687.035 trabalhadoras e trabalhadores organizados em Empreendimentos Econômicos Solidários, que atuam nos setores de produção de bens, consumo, prestação de serviços, finança solidária e comércio justo. O conceito adotado pelo SIES considera o Empreendimento Econômico Solidário como um grupo de pessoas que desenvolvem atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e/ou crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. As quatro características essenciais de tais empreendimentos são, portanto, além da ação econômica, a cooperação, a autogestão e a solidariedade.

O fato de existirem apenas 393 empreendimentos nascidos até 1979 nos 12.221 repertoriados não significa que a economia solidária não tenha sido importante nas décadas anteriores, mas que poucos sobreviveram até os dias

⁴ Os dados do SIES devem ser atualizados em 2012.

atuais: muitos empreendimentos nasceram e desapareceram, portanto não foram pesquisados. As práticas solidárias de trabalho são antigas e já existiam, por exemplo, na época colonial, ligadas notadamente às culturas ancestrais africanas e indígenas. Ou ainda no período da industrialização com as primeiras cooperativas de manufatura e agropecuárias. Como lembra Paul Singer, a economia solidária hoje traz em seu bojo as características próprias de experiências históricas de organização dos trabalhadores em resistência ao modelo capitalista.

A economia solidária, contudo, ganhou um novo sentido no mundo contemporâneo. As transformações do mundo do trabalho, nas últimas décadas, atingiram maciçamente os trabalhadores brasileiros, ampliando a economia informal e provocando novas configurações nesse setor. O aumento do desemprego, a partir da década de 90, acirrou a situação de exclusão social vivenciada pela sociedade, principalmente pelas camadas populares. O desemprego passou a atingir maciçamente os grupos ditos vulneráveis, tais como as mulheres, os negros, os jovens e as pessoas com deficiência, como resultado de um intenso processo de globalização da economia, de privatizações, de reestruturação produtiva, de precarização das relações trabalhistas e fragilização dos direitos humanos.

Todos esses fatores propiciaram a procura por novas configurações na economia como alternativa à escassez de postos de trabalhos. Assim, ganharam força as práticas associativistas, cooperativistas e autogestionárias, que representam uma alternativa às formas exploratórias e excludentes do modelo capitalista de organizar as relações sociais e econômicas. Nesse contexto, a economia solidária apresenta-se como estratégia de organização comunitária, de resistência e de conquista de direitos, expressa nas lutas de diversos movimentos sociais, dos povos e comunidades tradicionais e de organizações sociais voltadas à construção de uma sociedade mais justa e pautada em outro modelo de desenvolvimento.

A Associação Vida Brasil, que coordenou o mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários em estados do Nordeste, foi confrontada com uma multiplicidade de experiências locais. São cooperativas de mulheres ou mistas, voltadas para produtos alimentícios, confecção, cooperativas de agricultores familiares, trabalhadoras e trabalhadores de resíduos sólidos, artesãos e artesãs, trabalhadores da construção civil, produção cultural, grupos de cultura popular, grupos artísticos, associações de pessoas com algum tipo de deficiência, remanescentes de quilombos ou ainda grupos indígenas envolvidos coletivamente em atividades produtivas.

Não é apenas a atividade econômica que une essas cooperativas. Há outras características que possibilitam que elas afirmem sua identidade conjunta e busquem direitos coletivos. São mulheres, homens, jovens, pessoas com deficiência, moradores de um mesmo local, membros de uma mesma etnia,



praticantes da mesma religião ou de um mesmo espaço de culto. O surgimento e a atuação dos empreendimentos apresentam-se, nesse sentido, como expressões de cidadania, da busca e da conquista de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, na maneira de produzir, de se relacionar entre si, com seus clientes e fornecedores, de pensar, de preservar o meio ambiente, de intervir nos espaços de participação política. Muitos dos empreendimentos encontrados, durante as visitas do mapeamento, não tinham nem noção do seu pertencimento ao campo da economia solidária, mas passaram a partir daí, a entendê-la e a identificar-se com ela. Se a prática era antiga, o conceito de economia solidária, cinco anos atrás, ainda era bastante novo!

Diversos autores apontam dois principais elementos propulsores da economia solidária: de um lado, o aumento do desemprego resultante do processo de reestruturação produtiva e a conseqüente luta pela sobrevivência que leva milhares de trabalhadores a buscarem formas alternativas de geração de renda; do outro, a mobilização dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que, no contínuo enfrentamento ao modelo capitalista de desenvolvimento, se veem desafiados a desenvolver ações de caráter socioeconômico em uma perspectiva emancipatória.

Nesse sentido, a economia solidária rompe com a visão linear do capital e possibilita o resgate do sentido da ação criadora do trabalho como seu elemento central, retomando a concepção do homem como produtor de riqueza trazida por Karl Marx no século XIX. Assim, a economia solidária coloca uma perspectiva de trabalho que tem sua centralidade no homem e no cuidado com os meios de manutenção da vida no planeta. Para Arruda (2003), as experiências de economia solidária “são práticas fundadas em relação de colaboração solidária, inspiradas por novos valores culturais que colocam o ser humano, e não o capital e a acumulação, como sujeito e finalidade da atividade econômica”. A economia solidária articula em seu espaço a dimensão econômica, que possibilita a socialização da riqueza, e a dimensão política, em que estão presentes a gestão coletiva e a democracia participativa no exercício da atividade laboral.

A economia solidária é a expressão de uma nova centralidade, humana e local. A atuação articulada dos atores locais, pactuados em torno de objetivos comuns, contribui para a construção de um novo modelo de organização socioeconômica que se contrapõe ao capitalismo global vigente. A economia solidária se articula com o desenvolvimento local à medida que desenvolve uma linha de atuação e participação que vai além das questões estritamente econômicas. Os dados do SIES (2005/2007) mostram que os atores da economia solidária estão envolvidos nos espaços de discussão e articulação dos seus territórios, como revela a figura abaixo.

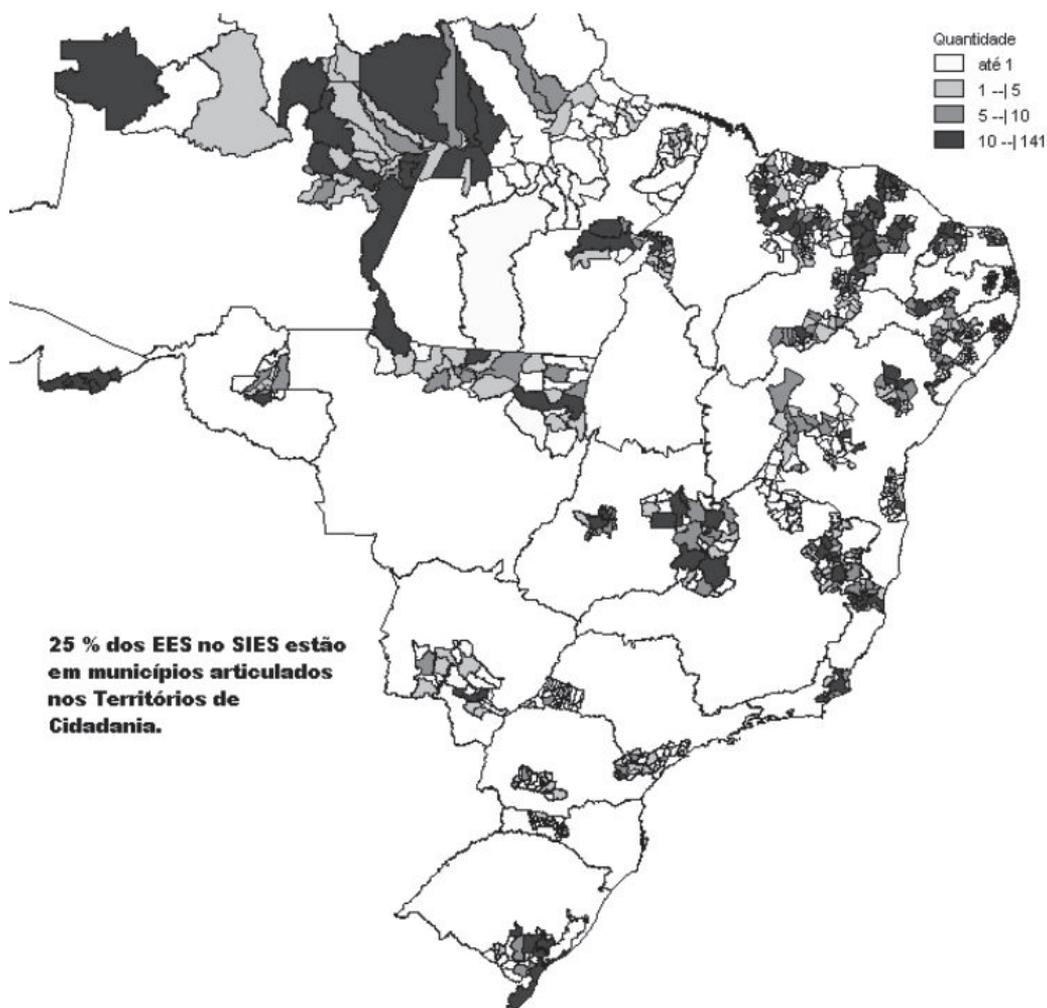


Figura 1: Mapa da dos EES articulados nos Territórios

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2007

As articulações dos territórios, em contrapartida, são espaços de fomento à economia solidária. A organização de empreendimentos de economia solidária em redes de economia solidária também tem fortalecido sua integração e mobilização para o aproveitamento das potencialidades dos recursos locais.

Um exemplo valioso de empreendimento de economia solidária, a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), ajuda a entender como as práticas da economia solidária contribuem para o fortalecimento de uma outra economia e, principalmente, de um outro desenvolvimento, baseado nas dimensões econômicas, sociais e ambientais da sustentabilidade.

A COOPERCUC articula 16 grupos de produção, localizados em comunidades rurais dos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos, na Bahia. A sede principal fica em Uauá, cidade de 25.993 habitantes, localizada no semiárido



baiano. A Cooperativa nasce no contexto da mudança do paradigma de “combate à seca” para o pensamento de que é possível aprender a “conviver com o semiárido”. A concepção da convivência contribui para o debate sobre uma nova perspectiva do desenvolvimento, apresentando aspectos que dialogam com os princípios da sustentabilidade, à medida que ela “expressa uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza” (SILVA, 2008, p. 188).

A crítica ao modelo de desenvolvimento pensado para o semiárido, baseado na visão de “combate à seca”, fundamenta-se na compreensão de que a seca é uma questão natural e que é possível aprender a conviver com o semiárido. Assim, coloca o desafio de se pensar novas estratégias de enfrentamento da problemática do semiárido brasileiro. No debate acerca da noção de “convivência”, uma das estratégias está relacionada à perspectiva de transformações produtivas, que respeitem a complexidade sociocultural e ambiental dessa região.

No contexto de mudança do paradigma de desenvolvimento para o semiárido, as organizações sociais que atuam nessa região constroem novas práticas de produção que buscam o fortalecimento da agricultura familiar e um desenvolvimento sustentável. “O semiárido passa a ser concebido enquanto um espaço no qual é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental e combinando a qualidade de vida das famílias sertanejas com o incentivo às atividades econômicas apropriadas”. (SILVA, 2008, p.24).

A COOPERCUC é um dos resultados da experimentação dessas novas práticas e é fruto do trabalho desenvolvido por religiosas da igreja católica nas comunidades rurais dos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos. Aos poucos, a experiência foi se propagando de uma comunidade para outra, por meio dos encontros realizados pelas mulheres para trocar receitas e saberes, surgindo assim o “Grupo Unidos do Sertão”. Ainda na década de 1990, o trabalho passou a ser fortalecido pelo Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (IRPAA), em Juazeiro, na Bahia, entidade que atua no semiárido brasileiro, trabalhando no desenvolvimento de projetos voltados para a construção e o fortalecimento de conhecimentos e práticas de produção apropriadas às realidades ambiental e cultural dessa região. O trabalho foi realizado em parceria com as Dioceses de Juazeiro e de Paulo Afonso.

A atuação do IRPAA, voltada para formação/educação da população sertaneja no desenvolvimento de técnicas apropriadas ao semiárido, fortaleceu a experiência das mulheres do “Grupo Unidas do Sertão”, através do projeto Pro-CUC, que passou a realizar a transformação das frutas em compotas, doces, sucos, polpas pasteurizadas e geleias, garantindo um maior aproveitamento das frutas e o armazenamento por um período maior de tempo. Esse aproveitamento potencializou a alimentação das famílias e contribuiu para a diminuição da perda das frutas do umbuzeiro, que produzem apenas durante um período do ano.

As práticas de aproveitamento das frutas nativas do sertão, principalmente o beneficiamento do umbu, representam alternativas econômicas para as famílias. A comercialização das frutas sempre apresentou preços baixos por serem comercializadas *in natura*, apenas no período da safra. O beneficiamento, além de possibilitar o consumo durante todo o ano, também agrega valor ao produto e amplia o mercado consumidor.

Na região norte da Bahia, a comercialização dos frutos do umbuzeiro sempre significou uma fonte de renda para as famílias das comunidades rurais. Por falta de alternativa de comercialização, a venda do umbu *in natura* era realizada de forma precária nas feiras livres e nas ruas das cidades da região, ou feita junto aos atravessadores, o que faz o produto percorrer um longo percurso entre o produtor e o consumidor.

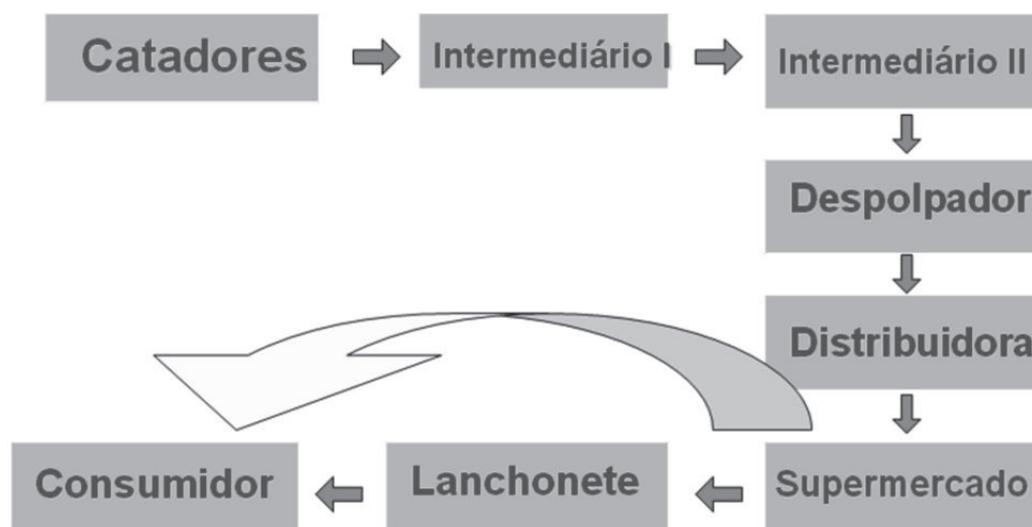


FIGURA 6: Caminhos da comercialização do umbu *in natura*

Fonte: Rede Sabor Natural do Sertão

O processo de beneficiamento do umbu permitiu reduzir o número de intermediários e potencializar o processo de comercialização, agregando valor ao produto e possibilitando o aumento da renda das famílias produtoras.

A rede interna da COOPERCUC articula 16 grupos de produção que envolvem 141 cooperados, dos quais 91 são mulheres e 50 homens. Levando em conta as pessoas que participam do trabalho dos grupos produtivos, a cooperativa envolve de 250 a 350 famílias em suas atividades, entre cooperados e não cooperados, nas 16 comunidades, distribuídas nos três municípios de sua área de atuação.

Atualmente, a COOPERCUC produz dezoito tipos de produtos, como geleias, compotas, doces, sucos, polpas e picles. Alguns grupos chegam a entregar



700 toneladas/ano de produtos para serem comercializados. A venda é feita para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (65%), para o mercado justo europeu (25%) e o restante para outros mercados. A cooperativa tem ampliado a venda para lojas em grandes cidades brasileiras, a exemplo de Salvador, onde possui 26 compradores, entre eles duas redes de supermercado.

A COOPERCUC, além da organização da cadeia da fruticultura nos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos, desenvolve atividades de formação e capacitação técnica nas comunidades e possui representação em fóruns e redes e em espaços de articulação das políticas públicas voltadas para o apoio à economia solidária e à agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, convivência com o semiárido e educação no campo. Nos municípios onde atua, assume um papel importante na articulação e na mobilização da população sertaneja, de organizações sociais e órgãos públicos, principalmente nas questões relacionadas à preservação ambiental da caatinga, suas potencialidades econômicas e as da agricultura familiar.

O elemento mobilizador da COOPERCUC é o envolvimento das comunidades rurais em torno da problemática do semiárido na busca por melhores condições de vida, sem ter que buscar trabalho nas grandes cidades. Diante da compreensão de que é possível produzir e viver com dignidade nessa região, a ação da cooperativa se dá através de uma multiplicidade de intervenções capazes de impactar na construção de conhecimentos, mudanças de valores, aprendizados de novas técnicas de produção e novos fazeres, desenvolvimento e aproveitamento de novas tecnologias. A COOPERCUC traz na sua prática cotidiana a concepção da “*Convivência com o Semiárido*”.

A estratégia de desenvolvimento está posta nessa experiência na contraposição ao padrão de produção capitalista. A ideia de sustentabilidade social, ambiental, política e econômica perpassa todas as ações desenvolvidas no âmbito da vivência da COOPERCUC. Na esfera local, os grupos produtivos, localizados nas comunidades rurais, organizam-se no processo de fortalecimento do poder local, transformação cultural das comunidades e afirmação da ética solidária, num permanente construto dos aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais.

Os valores observados na experiência da COOPERCUC também estão presentes em milhares de outras iniciativas de Empreendimentos Econômicos Solidários, em que são desenvolvidas práticas produtivas sustentáveis que preservam a diversidade ambiental e sociocultural, articulam as dimensões econômica e política, possibilitam a gestão coletiva e a distribuição igualitária dos bens produzidos. Por meio do aproveitamento das potencialidades dos recursos econômicos, culturais e socioambientais dos territórios onde estão inseridos, os Empreendimentos Econômicos Solidários desenvolvem uma multiplicidade de intervenções capazes de impactar na construção de conhecimentos, mudanças de valores, aprendizados de novas técnicas e produção de novos fazeres. É

onde reside uma outra concepção de desenvolvimento, já em marcha, na qual a ideia de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental possibilita o resgate de valores, a reapropriação dos espaços locais e a construção de processos participativos e autônomos para os sujeitos sociais. Assim, a economia solidária se coloca como um caminho para estruturar mudanças paradigmáticas e civilizatórias nos mais diversos âmbitos: fortalece sistemas produtivos sustentáveis; incentiva o consumo ético, consciente e responsável; valoriza o trabalho humano; reconhece a contribuição da mulher e do feminino para a economia; estimula a inclusão de todas as pessoas no processo de desenvolvimento; e reduz, enfim, as desigualdades de renda e de riqueza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, M. *Sócioeconomia solidária*. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 232-242.
- FRANÇA FILHO, G. C. *Teoria e prática de economia solidária: problemática, desafios e vocação*. Civita, Porto Alegre. V.7, n.1, p.155-174, jan/jun., 2007.
- _____. *A economia solidária no Brasil*. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.; MEDEIROS, A. (Org.); *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.57-71.
- GAIGER, L. I. *A economia solidária e o espaço público: algumas observações sobre os agentes mediadores*. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.; MEDEIROS, A. (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 223-235
- _____. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MTE, SENAES. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. 2007. Brasília: MTE, SENAES. 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>. Acesso em: 22 set. 2009.
- _____. *Guia de Orientações e Procedimentos do SIES: 2009/2010*. v.01. Brasília: MTE, SENAES. 2009. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_guia_2009_01.pdf. Acesso em: 12 jul. 2009.
- SILVA, R.M.A. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.
- _____. *Dilemas e perspectivas da construção local e territorial de desenvolvimento sustentável e solidário*. In: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE GESTORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Caderno de Texto. Rio de Janeiro, 2009.
- SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes. 1998.

- 
- _____. *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. Estudos Avançados, São Paulo, v.18, n. 51, p.7-22, 2004.
- _____. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: SANTOS, B.S. (Org). *Produzir para viver; os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P.81-127.

A monetarização das Amazônias: surfando na pororoca ou remar contra a maré?

João Daltro Paiva¹

A tematização da Amazônia no debate sobre os modelos de desenvolvimento e a superação da pobreza é um discurso recorrente no âmbito acadêmico, da sociedade civil e dos governos em suas três esferas. Essa evidência da Amazônia relaciona-se com sua superlatividade e diversidade econômica, social, cultural e ambiental. De certa forma, a Amazônia se impõe como exigência temática, e desconsiderá-la em uma agenda nacional e internacional que se proponha a enfrentar os desafios planetários é apostar em um caminho que leva do nada para lugar nenhum.

Ao mesmo tempo, as formas de abordagem da Amazônia são diversas, mas há uma que tem permanecido como uma constante, a qual denomino de

¹ Diretor do Regional Amazônia da Abong, Coordenador Executivo da Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes – APACC, associada da Abong desde 2005.



monetização das Amazôniaas. Ela é compreendida como a redução e a sintetização da heterogeneidade e das diversidades dessa região à sua valoração monetária, ou seja, como as Amazôniaas podem ser transformadas em dinheiro. Trata-se, então, de reduzir categoricamente (no sentido de formas interpretativas e intencionalidades de intervenção política e social) os povos, os recursos naturais, e as culturas amazônicas à sua potencial expressão em forma de mercadorias.

Considero essa abordagem distinta da valoração econômica das Amazôniaas, na medida em que ao valorar economicamente essa região não se trata de reduzi-la a uma mercadoria (um bem utilizável que se compra e vende), mas de compreendê-la e reconhecê-la em suas dinâmicas internas de produção e reprodução permanente da vida. Algo que muitas comunidades já fazem, por exemplo, ao se recusarem a derrubar açaiçais nativos para extração do palmito, porque compreendem que a árvore em pé lhes dá muito mais do que uma renda, ela significa a continuidade da sua existência: modos de produção, formas de expressão cultural, manutenção de práticas alimentares saudáveis, etc.

Pela visão monetarista da Amazôniaa tudo o que nela existe é passível de mercantilização. Assim, até a água, que é tida como um bem sagrado para muitos povos originários da Amazôniaa, ou fonte de alimentos para diversas comunidades e via de trânsito e comunicação urbana e rural, pode ser reduzida à sua potencialidade em ser mercantilizada, como analisa HAGE (2011):

A Amazôniaa possui a maior bacia hidrográfica do mundo. O maior reservatório de água doce existente no planeta Terra, com uma extensão de 4,8 milhões de Km², que representa cerca de 17% de toda a água líquida e 70% da água doce do planeta. A grande maioria dos rios amazônicos é navegável, são vinte mil quilômetros de via fluvial que pode servir ao transporte em qualquer época do ano, e, além disso, abrigam cerca de 1.700 espécies de peixes, além de outras espécies que compõem a diversidade biológica marinha da chamada *Amazônia Azul*, ainda pouco conhecida, mas já cobiçada e em constante exploração.

Esse potencial hídrico é visto pelos setores produtivos de larga escala na região como um enorme potencial energético para alimentar a exploração e a extração de minérios e os projetos das grandes barragens são colocados na ordem do dia, causando grandes impactos ambientais, econômicos e socioculturais, poluindo rios, desestruturando os modos de vida de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e comprometendo a sobrevivência dessas populações.

Ainda que em um grau maior de complexidade, essa forma de compreender as Amazôniaas não é inédita, mas herdeira dos diversos ciclos econômico-desenvolvimentistas que essa região já experimentou, com uma dinâmica interna recorrente, marcada pela extração predatória, pela devastação dos sócio-ecossistemas locais, pela exportação dos recursos naturais e pela não-responsabilização pelos

danos sociais, culturais e ambientais causados. Esse percurso é o mesmo desde as drogas do sertão, no período colonial, passando pelo boom da borracha em meados do século XIX e início do XX, quando ocorreu a corrida pelo ouro e a expansão das monoculturas do arroz, do milho e da soja, até o contexto atual com as obras de infraestrutura e integração previstas no PAC (no nível nacional) e no IIRSA (no nível sul-americano).

Sob esse aspecto, o Estado brasileiro assume um papel decisivo na efetivação de uma lógica para a região que desconsidera suas singularidades, em nome de afirmar o “interesse maior” da inserção do Brasil no cenário mundial como liderança econômica e política no jogo do capitalismo global, como observado pelos participantes do Seminário “De que Brasil e de que Amazônia o mundo precisa”, sistematizado por Piro (2008):

O território amazônico está consideravelmente submetido aos projetos econômicos e estratégicos do governo federal brasileiro, cujo modelo lhe impõe grande pressão. Subjugada, a Amazônia não é considerada como um território capaz de conceber projetos próprios, mas sim como uma reserva de recursos a explorar, uma fronteira interior.

Atualmente não existem modelos alternativos ao produtivismo brutal que se aplica a essa região, e nem ferramentas de planificação que permitam elaborá-los.

Assim, no âmbito da geopolítica macroestrutural, a monetarização da vida das Amazônias torna-se uma condição necessária para que o Brasil assegure sua hegemonia regional e se firme no capitalismo mundial. Outro componente utilizado na construção de uma argumentação legitimadora para essa forma de compreender e intervir na região tem sido a superação da pobreza, como pode ser visualizado em alguns trechos do discurso da presidenta Dilma Roussef, na cerimônia de assinatura do termo de pactuação do plano “Brasil Sem Miséria” com os governadores do Norte, na cidade de Manaus (AM) em 28/9/2011 (<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos>):

Nós estamos em um momento em que a nossa taxa de desemprego atingiu o menor nível, nós temos o menor desemprego... taxa de desemprego da nossa história.

E isso é importante no país. Foram várias iniciativas que levaram as pessoas a saírem de uma situação de miséria e pobreza extrema e chegarem à condição de classe média nos anos recentes. [...]

[...] E agora nós estamos dando um passo além: nós estamos melhorando, com os senhores governadores e os senhores prefeitos, todas as nossas políticas. Porque tem uma coisa que nos distingue, e faz com que nós sejamos respeitados no mundo: nós somos um dos países que faz uma das políticas de distribuição de renda mais efetivas no mundo. Não só entre os países emergentes – a China, a Rússia e a Índia – mas também, quando você vê a situação de concentração de renda em países ricos. [...]



[...] Porque quando este país for de 190 milhões de consumidores... É por isso que ele é grande, porque ele tem uma população da dimensão da nossa população, que faz com que nós sejamos capazes de enfrentar qualquer crise, porque nós somos também uma parte substantiva dessa grande defesa, que é o nosso mercado interno.

É isso que faz com que este país quando cresce, quando investe, quando consome, quando faz política social, não seja presa fácil da crise internacional. Nós temos força para enfrentar essa crise. Por quê? Fizemos uma política de distribuição de renda, que melhorou o nosso país. Melhorou não só eticamente, porque tem de ser um compromisso ético deste país fazer com que todo mundo tenha oportunidade, fazer com que todo mundo tenha acesso a serviço de qualidade, mas também é um grande feito econômico. E foi isso que nós mostramos, nós provamos: que crescer significa distribuir renda, e distribuir renda significa crescer.

Este grande mercado brasileiro, ele, hoje, é uma parte importante do fato de nós podermos ficar com a cabeça erguida e encarar todos os países do mundo, porque, além disso, nós temos responsabilidade também com o nosso meio ambiente, nós temos responsabilidade com a Amazônia, nós temos responsabilidade com o desenvolvimento limpo, nós temos, por exemplo, aqui, responsabilidade com a Zona Franca de Manaus. [...]

O discurso de Dilma é explícito e inequívoco, a superação da pobreza passa por dois caminhos. Um deles é o da formação de uma nova classe média, resultante da ampliação do mercado de consumo interno, da inserção da população pobre como consumidora até o limite de que todos/as os/as brasileiros e brasileiras estejam nessa mesma condição, e de uma política agressiva de distribuição de renda. O outro caminho é o do crescimento econômico mediado pelos investimentos estruturantes, compreendendo-se, por exemplo, que aí estejam situadas as grandes obras preconizadas pelo PAC.

Tanto em um caminho quanto no outro, a via da superação da desigualdade entre ricos e pobres no Brasil não aparece como uma ação estratégica, não emerge como possibilidade para desconstruir o cenário que o Censo 2010 (IBGE) apontou, em que os 10% mais ricos da população brasileira ganharam, em 2010, 44,5% do total de rendimentos, enquanto os 10% mais pobres ficaram com meros 1,1%, ou seja, a renda nominal mensal dos mais pobres estava na faixa de R\$ 137,06, enquanto que a renda nominal mensal dos mais ricos era de R\$ 5.345,22. País onde a renda familiar mensal dos 10% mais ricos era de R\$ 9.501, enquanto as famílias mais pobres viviam com apenas R\$ 225 por mês.

A alternativa apresentada não passa pela universalização de políticas que garantam direitos fundamentais como educação, saúde e alimentação, mas sim pela tese de que é suficiente gerar condições para que os pobres tenham poder de compra e capacidade de consumo para que tenham acesso à alimentação, saúde e educação de qualidade.

Igualando cidadania a consumo, nivelando garantia de direitos com compra de bens e serviços, tornando o produtivismo uma meta nacional e o consumismo um horizonte de vida pessoal e familiar, conforma-se uma espécie de ideário para todos os brasileiros e brasileiras, o qual é replicado intensamente pela mídia comercial com profusão de reportagens e artigos sobre a nova classe média e também pela propaganda governamental.

É a partir desse olhar que se torna necessário transformar as Amazônias em dinheiro, pois é uma “fantasia” – palavras da presidenta Dilma – não mercantilizar as águas por meio de imensas hidroelétricas; é irracional não ocupar os milhares de hectares de florestas com ações ditas “produtivas” (extração de madeira, gado, monoculturas de soja, milho, arroz, dendê e eucalipto); é ilógico não explorar os recursos minerais do subsolo (ouro, minério de ferro, alumina) sob a alegação de que há povos originários que ocupam esses territórios; é uma insanidade não extrair em larga escala as essências das oleaginosas nativas (muru-muru, açai, andiroba, buriti), ainda que isso altere as formas de produção e reprodução das comunidades tradicionais. Enfim, as Amazônias têm sentido e significado se forem reduzidas ao lucro e à acumulação e mais ainda, sob essa perspectiva, as Amazônias são a “tábua” de salvação para a superação da pobreza na região e no país.

Porém, análises da realidade recente têm demonstrado que as expectativas altamente positivas apresentadas pelo discurso hegemônico sobre a monetarização da Amazônia como alternativa de superação da pobreza não correspondem ao que efetivamente vem acontecendo na região. Igualmente, as populações locais vêm se contrapondo a esse discurso. E, nesse ponto, permita-me o leitor deixar que falem algumas das outras vozes da Amazônia:

Sobre as barragens na Amazônia (Carta Pública do Encontro dos 4 Rios):

Nós, povos indígenas, negros e quilombolas, mulheres, homens, jovens de comunidades rurais e urbanas da Amazônia brasileira, participantes do I Encontro dos Povos e Comunidades Atingidas e Ameaçadas por Grandes Projetos de Infraestrutura, nas bacias dos rios da Amazônia: Madeira, Tapajós, Teles Pires e Xingu, em Itaituba, oeste do Pará, entre os dias 25 e 27 de agosto de 2010, vimos através desta carta denunciar a todas as pessoas que defendem a vida que:

[...]

As ameaças que vêm sofrendo as populações dos rios Madeira, Tapajós, Teles Pires e Xingu também são motivos de nossas preocupações, ocasionadas pelos falsos discursos de progresso, desenvolvimento, geração de emprego e melhoria da qualidade de vida, vendidos pelos governos e consórcios das empresas, em uma clara demonstração do uso da demagogia em detrimento da informação verdadeira, negada em todo o processo de licenciamento e implantação dos empreendimentos, a exemplo do que vem ocorrendo no rio Madeira, onde a construção dos complexos hidrelétricos de Santo Antonio e Jirau já expulsou mais de três mil famílias ribeirinhas de



suas terras, expondo-as a marginalidade, prostituição infantojuvenil, tráfico e consumo de drogas, altos índices de doenças sexualmente transmissíveis e assassinatos de lideranças que denunciam a grilagem de terra por grandes latifundiários, estes os “grandes frutos” desse modelo de desenvolvimento.

Defendemos: [...]

O “bem viver” como princípio de vida em contraponto à lógica da acumulação, da competição, do individualismo, da superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras e dos nossos recursos naturais;

Um projeto de integração de nossos povos, com respeito à sociobiodiversidade e aos nossos modos tradicionais de produção que geram qualidade de vida e segurança alimentar;

Sobre a monocultura do arroz na Região do Marajó (depoimento do Sr. Prudêncio em uma plenária preparatória de elaboração do PTDRS daquele Território da Cidadania, em 2010):

“Em Cachoeira do Arari vêm acontecendo problemas com os arroteiros que vieram de outra região e se instalaram no referido município, onde compraram terras, pois os mesmos plantaram arroz, segundo informação por ter subsídios do governo, que em pouco tempo conseguiram autorizações dos órgãos ambientais competentes, logo esta denúncia precisa ser averiguada até para saber se tudo isso procede. Os referidos fazendeiros já desviaram o curso do igarapé fazendo tapagem para conservar água para poderem irrigar a plantação, essa tapagem vem prejudicando o curso d’água, e também tem informações de que jogaram agrotóxicos sobrevoando a área por helicóptero. Ainda existem homens armados vigiando a área da fazenda. Esse assunto vem preocupando muito os moradores locais.”

Sobre a monocultura do dendê para produção de agrocombustíveis na Região do Nordeste Paraense (depoimento do Sr. Elias Kempner, presidente do STTR de Abaetetuba no seminário “O Desenvolvimento Regional e as Questões Agrárias e Fundiárias no Baixo Tocantins”, realizado pela FASE Amazônia, em março de 2012):

[...] Temos ausência de políticas voltadas para os agricultores que realmente atendam as suas necessidades. Muita gente se ilude com o dendê, vejo que isso não está certo. [...] Temos crimes ambientais, tudo está se degradando. Na cidade (*de Abaetetuba*), já temos 17 “bocas de fumo”, quem trouxe isso? Vejo que é resultado dos grandes projetos. Mas esperamos um fim em tudo disso.

[...] Quero questionar o modelo de desenvolvimento no Baixo Tocantins, isso é uma resposta e busca de alternativa de desenvolvimento, que está sendo implantado na região. Os agricultores pensam que o modelo deve ser outro, que não esteja concentrado no agronegócio e sim um modelo sustentável com a preservação do meio ambiente e com justiça social. Hoje com a implantação do dendê se vê um modelo excludente.

[...] A empresa (*de extração do óleo de dendê*) está dando garantia de 25 anos (*para a compra da produção de dendê*), como ela pode garantir se ela não sabe o que vai acontecer daqui a 25 anos? Eu já vi isso com o açúcar, hoje as terras estão com o usineiro. Isso não vai dar certo, pois nós vamos perder as terras. Temos que ter uma visão crítica, temos que ser sujeito de uma construção que será boa para os agricultores e agricultoras.

O discurso de Dilma Roussef em Manaus defendeu de forma explícita e inequívoca a monetarização das Amazônias. No contraponto, o discurso desses homens e mulheres amazônidas também é explícito e inequívoco, mas em outra perspectiva: a mercantilização das Amazônias não tem sido um caminho de superação da pobreza, ao contrário, tem intensificado a exploração do trabalho, desconstruído práticas culturais ancestrais, ampliado a desigualdade social na região e os conflitos agrários e ambientais. Assim, desvela a insuficiência do modelo de desenvolvimento atualmente pensado e implementado para a região, mostrando ainda mais sua irracionalidade e, por que não dizer, sua dogmatização, como pensamento único que busca a todo custo desqualificar ou invisibilizar os pensamentos discordantes.

Sob esse contexto tão adverso, pode-se perguntar: como continuar as lutas? A inspiração para continuar o enfrentamento vem de uma pequena história que vivi e que igualmente inspira o título deste texto: um dos fenômenos naturais impressionantes nas Amazônias é a pororoca². As ondas formadas pelo encontro dessas águas têm atraído praticantes de surf e, com isso, as municipalidades onde o fenômeno ocorre têm aproveitado para transformá-la em atração turística.

No Pará, o evento principal acontece na cidade de São Domingos do Capim (a 130 km de Belém, capital do estado), no Nordeste Paraense, denominado de Festival da Pororoca. Entre as lendas que circulam entre o povo tem a que diz que a pororoca surgiu a partir do sonho de um pescador. Esse homem estaria sonhando com os “três pretinhos”, personagens mitológicos (chamados na região de encantados, porque habitam o mundo mítico das águas). Eles estavam dançando, alegres, no rio, e, para a surpresa do pescador, conta a lenda, quando ele acordou se deparou com uma enorme onda na sua frente, que teria emborcado a sua embarcação.

Por conta de atividades da APACC, estive em um destes festivais e, circulando pela cidade, percebi certo ar de frustração entre os turistas, que me disseram a razão: as ondas estavam pequenas naquele ano, enquanto os próprios moradores relatavam ter visto quando crianças ondas de até seis metros de altura. Na beira do rio, comentei o assunto com um morador e a resposta foi simples e direta: “Os pretinhos estão tristes! Todo mundo agora só quer saber de ganhar dinheiro com a pororoca. Eles não estão gostando!”.

² *Pororoca, macaréu ou mupororoca é a forma como são denominados os macaréus que ocorrem na Amazônia. Trata-se de um fenômeno natural produzido pelo encontro das correntes fluviais com as águas oceânicas.*



Naquela fala, permeada do saber mítico das Amazônias, percebi uma expressão de resistência à lógica de monetarização que abordo neste texto. Para aquele homem a pororoca não se reduzia a uma oportunidade de comercialização ou uma chance de negócio. Seu saber, suas lendas, sua relação com as forças da natureza não estavam à venda. Com certeza ele vendeu sua produção – era um agricultor familiar – no decorrer do evento, mas isso não significou vender a si mesmo.

Os pretinhos me disseram, por meio daquele agricultor, que a resistência e o enfrentamento ao pensamento único sobre as Amazônias, o desenvolvimento e a superação da pobreza se dão na ação política e na contraposição simbólica e ideológica. A conjugação dessas duas dimensões se torna ainda mais necessária nos dias atuais, em que o desenvolvimentismo produtivista se traveste de utopia, enclausurando a política no pragmatismo e rotulando a transformação social como discurso do impossível ou do fantasioso. Por isso, com os pretinhos, continuaremos a remar contra a maré do individualismo e a dançar na pororoca dos sonhos coletivos e da utopia revolucionária.

Semiárido: proposta de convivência com a seca

João Suassuna¹

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

Representando 18,3% do território brasileiro, o Nordeste é formado por nove estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

A região semiárida nordestina é, fundamentalmente, caracterizada pela ocorrência do bioma da caatinga, que constitui o sertão. O sertão nordestino apresenta clima seco e quente, com chuvas que se concentram nas estações de verão e outono. A região sofre a influência direta de várias massas de ar (a Equatorial Atlântica, a Equatorial Continental, a Polar e as Tépidas Atlântica e Calaariana) que, de certa forma, interferem na formação do seu clima. Mas essas massas

¹ Engº Agrônomo e Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco



adentram o interior do Nordeste com pouca energia, tornando extremamente variáveis não apenas os volumes das precipitações caídas, mas, principalmente, os intervalos entre as chuvas. No Semiárido chove pouco (as precipitações variam entre 500 e 800 mm, havendo, no entanto, bolsões significativos de 400 mm), e as chuvas são mal distribuídas no tempo, sendo uma verdadeira loteria a ocorrência de chuvas sucessivas, em pequenos intervalos. Portanto, o que realmente caracteriza uma seca não é o baixo volume de chuvas caídas e sim a sua distribuição no tempo. O clima do Nordeste também sofre a influência de outros fenômenos, tais como: o El Niño, que interfere principalmente no bloqueio das frentes frias vindas do sul do país, impedindo a instabilidade condicional na região; e a formação do dipolo térmico atlântico, caracterizado pelas variações de temperaturas do oceano Atlântico, variações estas favoráveis às chuvas no Nordeste, quando a temperatura do Atlântico sul está mais elevada do que aquela do Atlântico norte.

A proximidade da linha do Equador é outro fator natural que tem influência marcante nas características climáticas do Nordeste. As baixas latitudes condicionam à região temperaturas elevadas (média de 26° C), número também elevado de horas de sol por ano (estimado em cerca de três mil) e índices acentuados de evapotranspiração, devido à incidência perpendicular dos raios solares sobre a superfície do solo (o Semiárido evapotranspira, em média, cerca de 2 mil mm/ano, e em algumas regiões a evapotranspiração pode atingir cerca de 7 mm/dia).

Em termos geológicos, o Nordeste é constituído por dois tipos estruturais: o embasamento cristalino, representado por 70% da região semiárida, e as bacias sedimentares. No embasamento cristalino, os solos geralmente são rasos (cerca de 0,60 m), apresentando baixa capacidade de infiltração, alto escoamento superficial e reduzida drenagem natural. Em uma comparação grosseira, é como se esses solos estivessem sobre um prato, em que a pouca quantidade de água que consegue se infiltrar é armazenada no fundo.

Os aquíferos dessa área se caracterizam pela forma descontínua de armazenamento. A água é armazenada em fendas/fraturas na rocha (aquífero fissural) e, em regiões de solos aluviais (aluvião), forma pequenos reservatórios, de qualidade não muito boa, sujeitos à exaustão devido à ação da evaporação e aos constantes bombeamentos realizados. As águas exploradas em fendas de rochas cristalinas são, em sua maioria, de qualidade inferior, normalmente servindo apenas para o consumo animal; às vezes, atendem ao consumo humano e raramente se prestam à irrigação. As águas que têm contato com esse tipo de substrato se mineralizam com muita facilidade, tornando-se salinizadas. São águas cloretadas, classificadas para irrigação, de acordo com normas internacionais de RIVERSIDE, acima de C3S3 e que apresentam, normalmente, resíduos secos médios da ordem de 1.924,0 mg/l (média geométrica obtida através da análise de 1,6 mil poços fissurais escavados no estado de Pernambuco), com valor máximo de 31.700 mg/l. Além da qualidade inferior da água, os poços apresentam baixas vazões, com valores médios de 1.000 litros/h.

Nas bacias sedimentares, os solos geralmente são profundos (superiores a 2 metros, podendo ultrapassar 6 metros), com alta capacidade de infiltração, baixo escoamento superficial e boa drenagem natural. Essas características possibilitam a existência de um grande suprimento de água de boa qualidade no lençol freático que, por sua profundidade, está totalmente protegido da evaporação. Apesar de serem possuidoras de um significativo volume de água no subsolo, as bacias sedimentares estão localizadas de forma esparsa no Nordeste (verdadeiras ilhas distribuídas desordenadamente no litoral e no interior da região), com seus volumes distribuídos de forma desigual. Para se ter uma ideia dessa problemática, estima-se que 70% do volume da água do subsolo nordestino estejam localizados nas bacias do Piauí/Maranhão.

Em termos volumétricos, estima-se, no embasamento cristalino, um potencial de apenas 80 km³ de água/ano, enquanto nas regiões sedimentares esse volume pode chegar a valores significativos, como os existentes nas seguintes bacias: São Luís/Barreirinhas, com 250 km³/ano; Maranhão, com 17.500 km³/ano; Potiguar/Recife, com 230 km³/ano; Alagoas/Sergipe, com 100 km³/ano; e Jatobá/Tucano/Recôncavo, com 840 km³/ano.

O relevo do sertão é marcado pela presença de depressões interplanálticas transformadas em verdadeiras planícies de erosão, devido à grande extensão dos pediplanos secos bem conservados, embora em processo de erosão. Os solos são, em geral, pedregosos e pouco profundos. Seus principais tipos são o bruno-não-cálcico, os planossolos, os solos litólicos e os regossolos, todos inadequados para uma agricultura convencional. Porém, ocorrem também vários tipos de solos com vocação agrícola. A caatinga, vegetação xerófila aberta, de aspecto agressivo devido à abundância de cactáceas colunares e, também, pela frequência dos arbustos e árvores com espinhos, distingue fisionomicamente essa região. No entanto, encontram-se encravadas nessa extensa região áreas privilegiadas por chuvas orográficas, isto é, causadas pela presença de serras e outras elevações topográficas, que permitem a existência de matas úmidas, regionalmente conhecidas como brejos. São os brejos de altitude do Nordeste.

A economia agrícola do sertão é caracterizada por atividades pastoris, predominando a criação extensiva de gado bovino e de pequenos ruminantes (caprinos e ovinos), e a cultura de espécies resistentes à estiagem, como o algodão e a carnaúba nas áreas mais secas, e a produção de grãos (milho e feijão) e mandioca nas áreas mais úmidas. A cana-de-açúcar é bastante cultivada nos brejos de altitude, como em Triunfo, Pernambuco.

O agreste, como faixa de transição entre a Zona da Mata e o sertão, caracteriza-se por uma diversidade paisagística, contendo feições fisionomicamente semelhantes à mata, à caatinga, e às matas secas. Essa faixa se estende desde o Rio Grande do Norte até o sudeste da Bahia. É no agreste em que se desenvolvem atividades agropastoris caracterizadas por sistemas de produção gado/policultura, sendo a zona responsável por boa parte do abastecimento do Nordeste. Nela são



produzidas hortaliças, frutas, ovos, leite e seus derivados, além de gado de corte e aves. Ela fornece, também, fibras de algodão, sisal e óleo vegetal como matéria-prima para a indústria.

O Nordeste tem, aproximadamente, 47 milhões de habitantes, dos quais 17 milhões vivem na região semiárida. No exacerbar de uma seca, 10 milhões de habitantes passam sede e fome.

O Semiárido corresponde a 53% da área do Nordeste, e é uma zona sujeita a períodos cíclicos de secas. Estudos realizados sobre a distribuição de chuvas no globo terrestre atestam que essa aridez é determinada pelo processo de circulação atmosférica global, exógeno à região, estabelecido, possivelmente, no final da era glacial, com efeitos avassaladores. Entre suas vítimas estão essencialmente o homem e suas atividades produtivas agroextrativistas e pecuárias. Há previsão, do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos (CTA), de novo ciclo de seca no Nordeste já a partir de 2003, sendo que, os piores anos tendem a estar entre 2004 e 2008.

O século XX inaugurou nova forma de lidar com a seca. O governo, com vistas a combater seus efeitos, criou uma dotação orçamentária para tal e instalou três comissões: a de açudes e irrigação, a de estudos e obras contra os efeitos das secas e a de perfuração de poços. Dessas três, apenas uma permaneceu, a de açudes e irrigação. Não tendo desempenho satisfatório, ensejou a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas, hoje o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Conviver com a seca passava, quase exclusivamente, pela construção de grandes obras de engenharia para represar água. Esta foi vista como o recurso natural mais importante, tornando sua acumulação condição necessária e suficiente para fixar o homem no Nordeste semiárido. O resultado foi priorizar a implantação do Programa de Açudes Públicos (aqueles que têm capacidade suficiente para ultrapassar um período de seca sem se exaurirem, embora com suas águas em constante uso).

Devido à facilidade de escoamentos superficiais e à baixa capacidade de infiltração da água no solo, as características do escudo cristalino possibilitaram a construção de um número expressivo de açudes e barragens em todo o Semiárido nordestino, estimado em mais de 70 mil, que represam cerca de 30 bilhões de metros cúbicos de água. Isso representa a maior reserva superficial de água artificialmente acumulada em região semiárida do mundo. Porém, apenas 30% desse volume são utilizados na irrigação e no abastecimento das populações, consubstanciando-se numa evidente falta de planejamento na gestão dos recursos hídricos da região.

Por outro lado, as descargas dos rios nordestinos representam uma infiltração de água nos seus aquíferos da ordem de 58 bilhões de m³/ano, o que significa dizer que a extração de apenas um terço dessas reservas representaria potencial suficiente para abastecer a população nordestina atual, com a taxa de 200/litros/

habitante/dia, preconizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e irrigar mais de 2 milhões de hectares com uma taxa de 7.000 m³/ha/ano.

A exploração dos açudes foi planejada em duas vertentes: uma envolvendo atividades agrárias e de abastecimento populacional e outra qualificada de complementar, abrangendo a atividade pesqueira. A partir dos açudes, foi dado o primeiro passo na definição das áreas a serem irrigadas. Desse modo, a água represada seria distribuída através da instalação dos perímetros irrigados. Pretendia-se induzir a passagem da agricultura extensiva para a intensiva, diminuindo os seus riscos diante dos efeitos da seca. Foram implantados os perímetros irrigados do Cedro, no Ceará; Sumé e São Gonçalo, na Paraíba; Cruzetas e Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte. A região conta atualmente com aproximadamente 50 perímetros irrigados e cerca de 300 açudes públicos.

A política de irrigação, como uma estratégia de intervenção governamental, só foi considerada prioritária nos fins da década de 1960, a partir da criação do Grupo Executivo para Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEIDA). Porém, foi com o Programa de Integração Nacional (PIN) que a política de irrigação tomou maior impulso. Nesse âmbito, foi criado o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), 1972/1974, associando-o às medidas de combate aos efeitos das secas e ao desenvolvimento regional. Estava baseado na filosofia de que a irrigação constitui o núcleo do desenvolvimento rural, representando, dessa maneira, um mecanismo muito importante de modernização da vida rural.

Em relação à prática irrigacionista, apesar de vários estudos sobre solos e recursos hídricos no Nordeste, não existe ainda uma estimativa confiável da área irrigável da região contando com as águas que podem ser transpostas do rio São Francisco. As áreas efetivamente irrigáveis no Nordeste Semiárido, inseridas no polígono das secas, são de cerca de 2.200.000 ha, não sendo prudente esperar que esse potencial supere 2.500.000 ha.

Tomando-se por base essa última estimativa mais otimista, a conclusão a que se chega é de que aproximadamente apenas 2% da área do Nordeste são passíveis de irrigação, devido às limitações existentes em termos de qualidade de solos e, o que é mais grave, de quantidade e qualidade de água (o Nordeste, incluindo o norte de Minas sob jurisdição da Sudene, tem aproximadamente 1.640.000 km²).

Apesar dessa constatação, as ações de governo, notadamente as de âmbito estadual, têm sido frequentemente voltadas para o desenvolvimento da pequena irrigação nos 98% restantes da área, localizada, na maioria das vezes, em terrenos de aluvião sobre o embasamento cristalino, aproveitando-se a existência de fontes de água, como poços amazonas, pequenos açudes, rios etc., para realizar os bombeamentos necessários.

Ações dessa natureza foram implementadas no estado de Pernambuco, em projetos voltados a produtores de baixa renda, a exemplo do Chapéu de Couro, Asa Branca, e Água na Roça, bem como o projeto Canaã, na Paraíba, ou mesmo projetos como o Sertanejo, GAT/PDCT-NE e Polo Nordeste, na esfera federal,



tendo em vista a preocupação sempre constante dos governantes, de buscar alternativas viáveis para a fixação do homem no campo.

SUSTENTABILIDADE NO SEMIÁRIDO

A síntese histórica da ocupação e uso das terras no Semiárido vai nortear a reflexão sobre as ações antrópicas instaladas desde a colonização até os nossos dias, e as medidas estruturadoras necessárias a serem empreendidas, visando o desenvolvimento da região.

O primeiro momento se estabelece quando a civilização canavieira alija os rebanhos de seus domínios e o homem se adentra no Nordeste, em busca de condições para criá-los. Encontra, no sertão, o meio propício para desenvolver a pecuária. Grandes extensões de terras, cobertas por uma vegetação arbórea esparsa, entremeada por extrato graminóide. Essas gramíneas constituíam o pasto natural, base da alimentação para o gado. Introduziram-se os rebanhos acompanhados da mão de obra necessária aos seus cuidados. Esse momento foi marcado por uma convivência. Utilizava-se o que estava disponível na natureza. A transformação do espaço dava-se pelo uso direto da caatinga.

O segundo momento tem lugar quando se inicia o desmatamento da caatinga com o objetivo de intensificar a formação de pastagens artificiais, respondendo à demanda do rebanho. Inicia-se um processo maciço de desorganização/reorganização das comunidades naturais. Não havia a preocupação com o manejo e tampouco com a preservação da caatinga. Concomitantemente, o aumento da população provoca a expansão das culturas alimentares, mobilizando, assim, novas áreas. No primeiro caso, há um acelerado processo de sucessão, com reflexos para a fauna. E, no segundo, há substituição por verdadeiros agroecossistemas, dispersos por toda a área sertaneja. O uso do solo é, pois, intensificado.

Diante desse fato, a água no Semiárido passou a ser um elemento escasso, porém com um papel fundamental no processo de intervenção ali instalado. Apesar de as zonas de “estresse” hídrico terem vantagens no tocante à formação de pasto e à proteção sanitária, apresentam desvantagem acentuada, no que diz respeito ao uso da terra para a agricultura. Otimizar a utilização da água existente passou a ser uma grande preocupação. É nesse contexto que o Programa de Grande Açudagem aparece como empreendimento do governo federal.

Os grandes açudes públicos provocam o aparecimento de verdadeiros oásis. As fazendas assumem aspecto grandioso, manifestado na casa do fazendeiro, nos currais e na habitação do vaqueiro. Espalhadas por toda a fazenda estão, também, as casas dos moradores. Essa complexa paisagem expressa toda uma conjuntura ecossociológica própria do Semiárido. É a reorganização do espaço com produção e reprodução das relações sociais.

A grande açudagem representou, por um lado, a presença do governo no Semiárido, dentro de uma estratégia já descrita. Por outro, foi um agente

exógeno responsável pela introdução de profundas modificações na paisagem. O represamento de grandes massas de água subtrai do ambiente elementos importantes, como solo e vegetação. Nesse caso, foi subtraída uma boa parte de solo aluvial, constituindo, assim, um problema mais qualitativo do que quantitativo. Entretanto, essa situação seria minimizada se a proposta de exploração dos grandes açudes atendessem às reais necessidades da população ali existente. Isso não aconteceu.

A açudagem vai desempenhar, também, um papel importante na passagem de uma agricultura dependente das chuvas, sazonal, para uma agricultura intensiva, irrigada. Dentro da proposta do DNOCS para manejo de grandes massas de água represada, está a instalação dos perímetros irrigados. Esses perímetros ampliaram a base das intervenções no ambiente. Os elementos flora e fauna já experimentaram os mais graves níveis de degradação. A vegetação nativa está hoje restrita a pequenas áreas.

Os efeitos antrópicos se diversificaram. A vegetação natural é largamente substituída pelo sistema agropastoril. O solo vai perdendo progressivamente a matéria orgânica e instala-se na paisagem um acentuado processo de erosão. Observam-se campos de pastos, amplas extensões com culturas de algodão, entremeadas com milho e feijão. Ao longe, ou próximo delas, manchas de caatinga com indícios de devastação crescente.

A proposta de zoneamento de uso do solo tem sido qualificada como ineficaz para elevar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais no Semiárido. Apontam, como principais problemas, a dimensão da área destinada a cada família e a falta de desapropriação das terras. Este último fato facilitou, sobremaneira, a apropriação, por parte dos fazendeiros, de toda a faixa de influência do açude. Em alguns casos, a cerca estendeu-se até a lâmina d'água. Esse prolongamento da propriedade mostra que a açudagem beneficiou bastante o latifundiário, criando condições para suprir as necessidades de seu rebanho.

Boa parte dos solos encontra-se hoje abandonada, seja por esgotamento dos nutrientes em decorrência do uso intensivo, seja devido à instalação de processos erosivos resultantes da devastação da cobertura vegetal, seja ainda pela salinização. Núcleos de desertificação já começam a aparecer no Nordeste, como aqueles em Gilbués, no Piauí.

O terceiro momento é marcado pela introdução da irrigação no Semiárido, a qual, iniciada de forma planejada em 1968, assume grandes proporções, em 1985, com o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE). Esse momento, então, se caracteriza pela pressão sobre os recursos naturais, causada pela irrigação, cujos efeitos atingem de modo particular o solo e a água. A salinização e a contaminação são visivelmente marcantes.

A irrigação depende da topografia, da drenagem e da constituição física e química do solo. No Semiárido, em geral, predominam solos rasos e de difícil drenagem.



Como solos predominantes, encontram-se os bruno-não-cálcicos, planossolos, planossolo-solódicos e solonetz-solodizados. Todos apresentam problemas de drenagem devido ao teor e à qualidade de argila no horizonte B, agravados, ainda pela alta quantidade de sais presentes no planossolo-solódico e solonetz. Portanto, todos favorecem altamente a salinização.

O problema se agrava quando se atenta para o fenômeno da evapotranspiração que, no Semiárido, tem uma importância crucial. A evapotranspiração depende do teor de água no solo, apesar de ser esta analisada, quase sempre, como dependente exclusivamente da atmosfera. A quantidade de água adicionada ao solo, pela precipitação ou irrigação, vai promover uma maior evapotranspiração se a drenagem for eficiente. Esse fato aumenta a propensão à salinização. A dimensão do problema de salinização tem assumido proporções assustadoras. A título de exemplo, o perímetro irrigado de Moxotó, em Pernambuco, apresenta mais de 30% de suas terras salinizadas, em quarenta anos de funcionamento. Dados de pesquisa atestam que esse percentual se estende aos demais perímetros irrigados no Nordeste.

Outro problema grave nos perímetros irrigados é a contaminação das águas e, conseqüentemente, dos solos por agrotóxicos, algas e bactérias. As culturas irrigadas são de ciclo curto: tomate, melão e milho. No caso do Moxotó, foi constatado que as culturas de tomate e melão recebem uma carga violenta de agrotóxicos. Não há orientação para a população aplicar adequadamente, e tampouco é supervisionado o uso desses venenos. O plantio das culturas nas bordas do açude tende a agravar o problema. O excesso de água bombeada para irrigação volta à represa e, com ela, estão partículas de argila em suspensão e pesticidas. Por meio desse mesmo mecanismo, a água da chuva carrega para o interior das represas algas e bactérias nocivas à vida humana, provenientes, muitas vezes, das carcaças de animais mortos deixadas ao relento. O resultado de tudo isso é a contaminação das águas (na década de 90, em clínicas de hemodiálise no município de Caruaru, em Pernambuco, ocorreram óbitos ocasionados pela existência de uma microalga na água utilizada no processo de filtragem do sangue dos pacientes) e, a longo prazo, o assoreamento do açude.

Os pontos levantados até o presente demonstram a magnitude do problema ambiental no Semiárido. Ao desmatamento excessivo, juntam-se a erosão, a salinização e a contaminação do solo e da água. O quadro é agravado pela situação de pobreza absoluta a que está submetida a população daquela área, além de incipientes serviços públicos de saúde e de educação.

É importante considerar que no sertão está a estrutura fundiária mais concentrada do país, além de relações sociais muito atrasadas. O processo de modernização da agricultura no sertão pouco tem contribuído para resolver o problema crucial daquele espaço. A estrutura fundiária continua bastante concentrada. O destino da produção dos perímetros irrigados é prioritariamente a agroindústria, a qual mantém uma forte dominação sobre os pequenos agricultores,

tendo o Estado como mediador. Outro importante benefício desse processo é constituído pelas empresas produtoras de insumos agrícolas e agrotóxicos.

A agricultura no Semiárido caracteriza-se como uma atividade subordinada à indústria, quer como consumidora de produtos, quer como fornecedora de matéria-prima. Nesse particular, as políticas públicas têm-se revelado ainda insuficientes para a adequada proteção e conservação dos recursos naturais ali existentes. No que se refere ao aspecto demográfico, a situação parece crítica. O incremento populacional do Nordeste foi de cerca de 25% no período de 1940 a 1980. Por sua vez, dados sobre a estrutura fundiária revelam que apenas 5,5% das terras pertencem a fazendeiros com menos de 10 ha, enquanto as propriedades com mais de 1.000 ha detêm 30% das terras. Além disso, as grandes propriedades destinam suas terras em grande parte à pastagem, confirmando a prioridade que a criação de gado tem sobre outros tipos de práticas agrícolas.

Traçando um paralelo desse fato com o que ocorre na área pernambucana do submédio São Francisco, onde está concentrada boa parte do programa de irrigação, a questão não muda. Enquanto a população apresenta um crescimento vegetativo da ordem de 4%, os estabelecimentos com área superior a 200 ha cresceram de 556% para 600% no período de 1970 a 1980.

Diante desse quadro, percebe-se que o Nordeste necessita urgentemente de um programa de intervenção no Semiárido, com medidas de médio e curto prazo, de abrangência não só nas questões estruturadoras de produção agrícola mas, e principalmente, no que diz respeito à conservação e recuperação ambiental.

AÇÕES ESTRUTURADORAS PARA O SEMIÁRIDO

Diante dos ciclos de secas que costumam ocorrer naturalmente no Nordeste, sem que existam meios de evitá-los, o homem, por meio do uso de tecnologias apropriadas, tem promovido esforços no sentido de enfrentar seus efeitos, tornando possível a sua convivência com o meio árido da região.

Quando se trata de tecnologias agrícolas para o Semiárido – entendidas aqui como aquelas fixadoras do homem no campo –, deve-se ter em mente um ponto que é fundamental: a exploração da capacidade de suporte da região. Nesse aspecto, pode-se encarar a questão com muito otimismo.

Como já foi visto anteriormente, apenas 2% da área do Nordeste são passíveis de irrigação. Apesar de restrita, devido a problemas de qualidade de solos, bem como de quantidade e qualidade de água, a região poderá vir a ser um dos maiores polos de fruticultura do mundo. Estima-se o potencial irrigado do Vale do Rio São Francisco em aproximadamente um milhão de hectares. Como termo de comparação, o Chile, país com clima temperado, vem produzindo anualmente, em aproximadamente 200 mil hectares irrigados, algo em torno de 1,5 bilhão de dólares em frutas. Temos, seguramente, nas margens do São Francisco, a capacidade de produzir cinco vezes mais do que o Chile, com uma



vantagem adicional: o Semiárido nordestino é uma das poucas regiões do mundo com clima tropical, significando dizer que não há ocorrência de neve nos invernos. Esse aspecto, aliado à intensa insolação - o Semiárido tem aproximadamente três mil horas de sol por ano - possibilita, com técnicas avançadas de irrigação, até três colheitas por ano. A uva, a manga e o melão são bons exemplos de produção nas margens do São Francisco.

Ainda em relação à irrigação, deve-se levar em conta tanto os solos irrigáveis, o relevo, as disponibilidades hídricas, como as lavouras a serem irrigadas. Inclusive, devem-se considerar as especificidades de cada subárea na ampliação do espaço sertanejo. Dessas definições dependem um planejamento correto e uma política ajustada para a área. Somente sabendo, com razoável aproximação, o quanto se pode de fato irrigar será possível definir uma política correta que atenda às reais possibilidades de irrigação em todo o Semiárido nordestino.

Fala-se muito em um extenso lençol de água no subsolo do Nordeste, e que sua exploração poderia ser a solução para resolver de vez os problemas hídricos da região. Não é bem assim. Nesse particular, é preciso um pouco de cautela. Água de subsolo só existe quando a geologia assim o permite.

As áreas sedimentares, que possibilitam a acumulação de água no subsolo, são muito esparsas na região. No Semiárido, o estado do Piauí é o que apresenta o maior percentual de áreas sedimentares (praticamente todo o estado) e tem demonstrado exemplos de fartura hídrica, como os poços jorrantes no município de Cristino Castro. Quando houver possibilidade de exploração das águas dessas áreas no Semiárido, assim deve ser feito. O que não se pode é extrapolar o exemplo do Piauí para o Nordeste como um todo. Nos demais estados, as áreas sedimentares são por demais esparsas, não justificando aquela premissa inicial de exploração intensa das águas do subsolo. Para se ter uma ideia do problema, 70% do Semiárido encontram-se sobre um embasamento cristalino, no qual as únicas possibilidades de acesso à água ocorrem através de fraturas nas rochas cristalinas e nos aluviões próximos a rios e riachos. Em geral, essas águas são poucas e extremamente salinizadas.

Paralelamente à questão da água do subsolo da região, fala-se muito nos dias de hoje, na polêmica transposição das águas do Rio São Francisco como alternativa redentora para mitigar a sede dos nordestinos. Essa questão precisa ser tratada com cuidado.

As prioridades iniciais do Rio São Francisco foram para gerar energia elétrica e irrigar. Isso deveria ser encarado como uma questão de segurança nacional. O rio, por ter seu curso no Semiárido inteiramente sobre regiões cristalinas, apresenta, como de regra, afluentes com caráter temporário. Esse aspecto traz, como consequência, uma redução de sua vazão no período de estiagem. Para solucionar esse problema, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) construiu a represa de Sobradinho para manter a vazão do rio em patamares adequados à geração de energia elétrica no complexo de Paulo Afonso. Sabe-se, no entanto,

que Sobradinho tem operado em regimes críticos – em novembro de 2001 chegou a apresentar apenas 5,8% de sua capacidade útil de acumulação – voltando à tona as ruínas das cidades que foram submersas com o represamento de suas águas, o que significa dizer que o rio praticamente havia voltado ao leito normal como antes de ser represado.

Somado a esse problema da vazão, é importante esclarecer que o uso da água do São Francisco na irrigação é consuntivo, ou seja, a água não retorna ao rio após ser levada até as culturas. Nesse quadro de penúria hídrica, querer subtrair mais água do rio para abastecimento das populações é, na melhor das hipóteses, uma ação inconsequente. O racionamento de energia ora vigente é uma prova de que não teremos água para atender a tudo isso (geração, irrigação e abastecimento). Caso a sociedade concorde na necessidade de serem planejados os usos múltiplos das águas do São Francisco, por meio de um orçamento que garanta os volumes necessários para tal, seria de bom termo que essa decisão fosse tomada com certa antecedência, para possibilitar, ao setor elétrico, tempo suficiente para se organizar e alterar a origem da energia (mais de 90% da energia gerada no Nordeste são oriundos das hidrelétricas existentes no São Francisco). Essas medidas são indispensáveis, pois ajudarão a população a se conscientizar da importância da questão da água no contexto desenvolvimentista do país, em particular da região nordeste.

Ação muito mais coerente, quanto a esse aspecto, seria a de se propiciar um melhor gerenciamento no uso das águas das grandes represas do Nordeste. Orós, no estado do Ceará, por exemplo, que possui dois bilhões de metros cúbicos de água, até hoje não justificou o porquê de sua construção. As águas estão lá se evaporando e não se conhece um projeto de envergadura que justifique a sua condição de maior represa do Ceará. O estado da Paraíba assumiu a vanguarda na campanha de um bom gerenciamento das águas de represas. Está para ser concluído o canal Redenção que irá transportar as águas dos açudes Coremas/Mãe D'água para irrigação nas várzeas do município de Souza. A represa Armando Ribeiro Gonçalves, no Rio Grande do Norte, que chega a ser um pouco maior que Orós (possui 2,2 bilhões de metros cúbicos) está irrigando os municípios de Açu e Ipanguaçu e têm surgido vários polos interessantes de fruticultura na região. Essa represa sozinha teria condições de abastecer, com 200 litros/habitante/dia, toda a população norte-rio-grandense, nos próximos vinte anos. O bom uso das águas das represas seria uma alternativa mais coerente na atual conjuntura, em detrimento da alternativa de transposição das águas do São Francisco.

Outras questões também são merecedoras de apoio, como forma de se tentar minimizar os problemas de abastecimento das regiões sedentas nordestinas.

É preciso que se dê continuidade ao processo de construção de grandes represas na região, fazendo-se, sempre que possível, a interligação de suas bacias, como forma de utilizar melhor suas águas. A perfuração de poços em regiões sedimentárias é outra alternativa importante, a qual deve ser apoiada



conjuntamente com a ampliação do programa de construção de cisternas no meio rural, principalmente para o atendimento das comunidades carentes (uma cisterna de 12 mil litros abastece, com água potável, uma família de cinco pessoas durante os oito meses sem chuvas na região), e com as pesquisas na reutilização de águas servidas para usos menos nobres, tais como aguar jardins, lavar calçadas, automóveis, dar descargas em sanitários etc. É preciso, contudo, que se ponha em prática a cobrança da água, prevista no Código das Águas de 1934, que já estabelecia a água como um bem público e, portanto, sujeita à outorga e à cobrança, prevendo-se o destino do dinheiro cobrado em aplicações nas próprias bacias.

Outro aspecto importante e merecedor de atenção é o setor extrativista vegetal. Tem-se no Semiárido uma riqueza enorme de plantas adaptadas ao ambiente seco que poderiam ser economicamente exploradas. Alguns exemplos podem ser citados: como produtoras de óleos, Catolé, Faveleira, Marmeleiro e Oiticica; de látex, Pinhão, Maniçoba; de ceras, Carnaúba; de fibras, Bromeliaceas; medicinais, Babosa, Juazeiro; frutíferas, Imbuzeiro e, de um modo geral, as forrageiras. Tem-se um número enorme de plantas e, praticamente, não se conhece nada sobre elas. Portanto, a conservação da caatinga e o manejo florestal, no sentido de proporcionar a permanência de tais espécies no ambiente, e, conseqüentemente, o seu usufruto pela população, são caminhos que precisam ser perseguidos para recuperação da cobertura vegetal. Ações de governo, nesse sentido, são importantíssimas.

No tocante ao reflorestamento, com plantas exóticas, necessita-se de melhor estudo para ter maior segurança ao introduzi-las no Semiárido. Na área do sertão do Moxotó, já existem exemplos de reflorestamento com eucalipto, com conseqüências danosas para o solo.

A pecuária talvez seja a mais importante das alternativas para a região seca, principalmente por se tratar de uma região carente em proteína. Ações realizadas com sucesso no Cariri paraibano, especificamente no município de Taperoá, têm demonstrado que o cultivo da palma e a fenação de forrageiras resistentes à seca, como é o caso do capim Buffel e do Urocloa, aliado à criação de um gado igualmente resistente e de dupla aptidão (carne e laticínios), a exemplo do Guzerá e do Sindi oriundos dos desertos da Índia e de pequenos ruminantes melhorados geneticamente (caprinos e ovinos), têm possibilitado a sobrevivência digna do homem na região. A piscicultura é outra alternativa que poderá ser desenvolvida através da utilização do potencial de açudes já instalado. Ações governamentais que deem suporte aos produtores, sejam eles pequenos, médios ou grandes, principalmente no setor de crédito rural, são importantes e oportunas.

É igualmente importante o suprimento de volumoso para os animais nos períodos de estiagem. Para tanto, seria indispensável uma política de fornecimento de bagaço de cana, oriundo das usinas de açúcar localizadas nas regiões úmidas do Nordeste, para ser hidrolizado e ofertado aos animais nas fazendas.



É preciso que se olhe com reservas o cultivo de grãos nos limites do Semiárido. A instabilidade climática da região é severa e torna a produção de grãos uma verdadeira loteria. Não se pode expor o homem nordestino a situações vexatórias de preparar o solo, plantar as sementes e ver, posteriormente, a produção se perder com a seca. Estudos da EMBRAPA atestam que as colheitas seguras, nos limites do Semiárido, ocorrem em apenas 20% dos casos. Em dez anos agrícolas, apenas dois apresentam colheitas com sucesso. Esse percentual é muito baixo se levado em consideração que a fome dos animais, aí incluído o homem, ocorre em 100% dos casos. Atualmente, basta a ocorrência de uma única chuva para levar os governos estaduais a abarrotarem o Semiárido com sementes selecionadas, e acharem que essa prática é sinônimo de boa administração. O que ocorre, na maioria das vezes, é que outras chuvas demoram a cair e todo o trabalho do nordestino no preparo do solo e plantio é desperdiçado, e o que é pior, ele normalmente não dispõe de uma alternativa que lhe garanta o sustento e a vida. Muitas vezes termina por se alimentar de cactáceas – alimento que é fornecido aos animais em períodos críticos – como única opção de alimento disponível, como se verificou, por várias vezes, em Pernambuco. Como produzir grãos numa região com problemas climáticos tão severos, se há condições de se produzir, e com competência, a proteína animal em termos de carne, leite, ovos e peixes e, a partir desses produtos, adquirir os grãos necessários à alimentação, produzidos em outras localidades do país, em condições mais propícias para assim fazê-lo? É uma questão de se adequar uma política agrícola (da qual efetivamente não se dispõe) a uma realidade regional.

Finalmente, procedida a avaliação das possibilidades reais de irrigação e reformulada, em profundidade, a política de intervenção do Estado nas outras alternativas de produção agrícola, torna-se necessário planejar soluções gerais e locais que impliquem opções culturais adequadas à irrigação, às práticas agrícolas de uma maneira geral, e à comercialização da respectiva produção. Sobre essas questões é de fundamental importância a criação de um programa de crédito rural que adeque a política agrícola a uma realidade regional, no qual os produtores nordestinos tenham possibilidades de pagar suas dívidas com o produto gerado nas suas propriedades.

Em qualquer circunstância, impõe-se condicionar qualquer obra pública de irrigação à prévia desapropriação das áreas a serem beneficiadas. As terras irrigadas pelo poder público, bem como aquelas com melhores solos, devem ser destinadas ao pequeno agricultor. Deixam-se, portanto, aquelas que demandam manejo sofisticado para as empresas que dispõem de capital e meios de torná-las produtivas. É necessário, ainda, um grande esforço da pesquisa agrícola no sentido de desenvolver sistemas de produção, contemplando, de modo integrado, as culturas, os cultivares, as raças específicas de animais para criação em ambiente árido, o uso de insumos, a nutrição das plantas e dos animais, as necessidades



hídricas, os aspectos fitossanitários, etc., utilizando, inicialmente, o estoque de conhecimentos já desenvolvido pelas instituições de pesquisa da região.

PROPOSTA DE AÇÕES:

CRÉDITO RURAL

- Criação de um programa de crédito, adequando a política agrícola à realidade regional, que possibilite aos produtores, sejam eles pequenos, médios ou grandes, a quitação de suas dívidas com o produto gerado nas propriedades;

Irrigação e abastecimento

- Desenvolvimento de estudos e pesquisas que promovam um melhor conhecimento dos fatores causadores da salinização em ambientes áridos;
- Desenvolvimento de planos de manejo para uso de águas salinas;
- Promoção de pesquisas visando à determinação do comportamento de certas culturas quando submetidas à irrigação com águas salinas;
- Seleção de espécies halófilas (plantas que se desenvolvem em ambientes salinos), e seu cultivo em locais comprovadamente degradados pela ação dos sais;
- Desenvolvimento de técnicas de recuperação de solos salinos que sejam economicamente viáveis;
- Desenvolvimento de estudos visando ao levantamento preciso do potencial irrigável de todo o Nordeste, incluindo as áreas aluviais e aquelas localizadas em regiões sedimentárias;
- Apoio para o melhor gerenciamento no uso das águas das grandes represas nordestinas, tanto para irrigação, como para o abastecimento das populações, incluindo a interligação de suas bacias, como forma de se utilizar melhor suas águas;
- Apoio a programas de instalação de cisternas no meio rural, principalmente para o atendimento às comunidades carentes e, dependendo da situação de precariedade da oferta hídrica, a sua extensão para o meio urbano;
- Estudos visando à reutilização de águas servidas para fins menos nobres, tais como: irrigação de jardins, lava-jatos, lavagem de calçadas, descargas sanitárias e em alguns usos industriais;
- Cobrança da água, conforme prevista no Código das Águas de 1934, que já estabelecia a água como um bem público e, portanto, sujeito à outorga e à cobrança.

EXTRATIVISMO VEGETAL

- Aprofundamento de estudos das plantas da caatinga, que permita o levantamento do potencial frutícola, forrageiro e de produção de fármacos, bem como o de extração de óleos, látex, ceras e fibras, com vistas a evitar a extinção de espécies na região e, conseqüentemente, possibilitar o seu uso pela população;
- Desenvolvimento de estudos sobre o plantio de espécies florestais exóticas, com vistas a se ter mais segurança na sua introdução, principalmente em relação aos danos causados ao meio.

PECUÁRIA

- Desenvolvimento de ações, no sentido de fortalecer o processo de criação de raças bovinas adaptadas à região, oriundas dos desertos da Índia (Guzerá e Sindi), bem como de pequenos ruminantes melhorados geneticamente, com vistas a possibilitar a sobrevivência digna do homem nos períodos de estiagem;
- Ampliação do cultivo da palma forrageira, bem como o de forrageiras perenes, a exemplo dos capins buffel e urocloa, como forma de estabelecer suporte alimentar suficiente aos animais no período de seca;
- Estabelecimento de políticas que possibilitem aos fazendeiros do Semiárido a aquisição de bagaço de cana das usinas de açúcar, em volume suficiente para o atendimento das necessidades dos animais no período de estiagem;
- Desenvolvimento de pesquisas para determinação do melhor processo de hidrólise do bagaço de cana para ser ofertado aos animais;

PRODUÇÃO DE GRÃOS

- Incentivo ao plantio de culturas de grãos (milho e feijão) nas regiões com características de umidade compatível ao desenvolvimento de tais culturas, como por exemplo, nos brejos de altitude.

NECESSIDADE DE PESQUISAS

- Aproveitamento do conhecimento gerado nas instituições e centros de estudos da região, para promover o apoio às pesquisas que visem ao desenvolvimento de sistemas de produção de forma integrada, contemplando as culturas, os cultivares, os espaçamentos, a pecuária adaptada a ambientes secos, o uso de insumos, a nutrição das plantas e dos animais, as necessidades hídricas, e os aspectos fitossanitários.



ORGANIZAÇÕES EM DEFESA
DOS DIREITOS E BENS COMUNS

2012



ORGANIZAÇÕES EM DEFESA
DOS DIREITOS E BENS COMUNS